



Revista Vernáculo

Número 34, 2º sem/2014

Dossiê História Rural: estudos históricos e abordagens

Organizador

Márcio Antonio Both da Silva

Edição do Número

Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagen

Fonte: Museu de Arte de Santa Catarina.
<http://www.masc.sc.gov.br/?mod=acervo&ac=obra&id=95>

Especificações da obra: Título: Morro; Autor: Hiedy de Assis Corrêa; Nome artístico: Hassis; Técnica: guache sobre papel; Ano de criação: 1957; Dimensões: 35 x 48 cm

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Bruna Boni Hess, Francielle de Souza, Frederico Custodio Pinheiro da Silva, Hilton Costa, Larissa Urquiza Perez de Moraes, Leonardo Brandão Barleta, Monah Nascimento Pereira

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira
(UNIOESTE-PR)
Andréa Carla Doré
(UFPR)
André Akamine Ribas
(UFPR)
André Luiz Cavazzani
(Universidade Positivo – PR)
Artur Henrique Franco Barcelos
(FURG)
Benito Bisso Schmidt
(UFRGS)
Bruno de Macedo Zorek
(UNICAMP-SP)
Camila Jansen de Mello de
Santana
(UEPG-PR)
Carlos Eduardo Suprinyak
(UFMG)
Caue Kruger
(PUC-PR)
Diogo da Silva Roiz
(UEMS)
Elaine Cristina Senko
(UFPR)
Erivan Cassiano Karvat
(UEPG-PR)
Fernando Felizardo Nicolazzi
(UFRGS)

Fagner Carniel
(UEM-PR)
Gabriel Santos Berute
(UNISINOS)
Jonas Wilson Pegoraro
(UNICURITIBA)
Lennita Oliveira Ruggi
(UFPR)
Lise Fernanda Sedrez
(UFRJ)
Lorena Avellar de Muniagurria
(USP)
Lúcio Souza Lobo
(UFPR)
Marcelo Fronza
(UFMT)
Márcio Antonio Both da Silva
(UNIOESTE-PR)
Marcos Luís Ehrhardt
(UNIOESTE-PR)
Martha Daisson Hameister
(UFPR)
Roberto Guedes Ferreira
(UFRRJ)
Rodrigo Turin
(UNIRIO–RJ)
Tiago Luis Gil
(UnB)

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Dossiê História Rural: Estudos Históricos e Abordagens

Apresentação do Dossiê “História Rural: Estudos Históricos e Abordagens”

Marcio Antônio Both da Silva7

Lei de terras, imigração e apropriação territorial no Paraná da segunda metade do século XIX

Alex Sander Sanoto.....12

Colonização do oeste do Paraná: possibilidade de pesquisa através das fotografias do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Município de Cascavel

Janaina Rodrigues dos Santos

Kellin Caroline Schöne

Sara Munique Noal34

Debates em torno das políticas públicas para a modernização da agricultura

Fábio Adriano Ortiz57

ACARPA e CLUBES 4-S: a modernização da agricultura em Marechal Cândido Rondon/PR (1960-1970)

Cíntia Wolfart80

Estado e questão agrária: o processo de modernização da agricultura no oeste do Paraná (1960-1990)

Simone Cristina dos Santos101

Entre narrativas e narradores: viver no campo em Marechal Cândido Rondon na década de 1980

Paloma Mariana Caetano.....123

Revista *Etnias no Paraná*: uma análise sobre as identificações da população paranaense

Raiane C. Ramirez dos Santos148

Terra, trabalho e trabalhadores: área rural e relações de trabalho em Foz do Iguaçu – Paraná

Lucas Eduardo Gaspar172

Artigos

Política educacional no campo: um projeto educativo em desenvolvimento na Escola de Agroecologia Milton Santos Paiçandu-PR

Vânia de Menezes207

Impressão de leitura

O direito do escravo e do liberto à posse da terra: O caso dos herdeiros de Casimiro Lúcio Ferreira

Mariah Fank.....234

O sindicato dos trabalhadores rurais, a comissão pastoral da terra e a luta dos expropriados da Itaipu em Guaíra/PR durante aos anos de 1975 e 1990.

Ana Paula Lenhardt.....240

Dossiê

**Dossiê História Rural: Estudos
Históricos e Abordagens**

Apresentação do Dossiê “História Rural: Estudos Históricos e Abordagens”

Marcio Antônio Both da Silva¹

Nos últimos anos, em termos da historiografia nacional, assistimos a uma retomada da produção de pesquisas que têm por foco de análise temas referentes ao universo rural brasileiro. Esse campo de estudos foi objeto de grande consideração no período entre 1980 e 1990, mas nas últimas décadas, embora a produção de investigações não tenha desaparecido completamente, perdeu parte da atenção que inicialmente recebia. A recente constituição de grupos de pesquisa, a publicação de livros e coleções, a elaboração de simpósios temáticos nos encontros nacionais e regionais da Associação Nacional de História (ANPUH), a realização de pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática agrária têm evidenciado a força atual dessa retomada.

Esses grupos, encontros, publicações e pesquisas também têm demonstrado que os temas clássicos que eram alvo de atenção nas décadas de 1980 e 1990 vem sendo revisitados a partir de outras perspectivas teóricas e de abordagem. Além disso, indica que novos assuntos passaram a ser motivo de estudo e preocupação por parte dos

¹ Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon/PR. Bolsista Produtividade Fundação Araucária. Contato: marcioboth@gmail.com

historiadores que se identificam como pertencentes ao campo da chamada História Agrária. Assim, passamos de abordagens mais centradas nas questões da estrutura e da economia agrária brasileiras para análises que, sem necessariamente abandonar o econômico e o estrutural, têm como foco de preocupação problemas referentes a questões como as da identidade cultural, das relações e conflitos sociais, dos contatos entre diferentes grupos étnicos, dos diversos processos de povoamento e colonização, das leis e do direito agrário e tantos outros mais. Em outros termos, uma retomada, cuja principal característica é amplificação dos temas e problemas que são e podem ser abordados por essa “nova” História Agrária que, por ser “nova” ou assim se apresentar, passou a ganhar novos nomes, por exemplo, o de História Rural.

Em linhas gerais, o dossiê que faz parte desta edição da *Revista Vernáculo* é um demonstrativo da produção recente de estudos sobre o mundo rural brasileiro. Circunstância que fica ainda mais palpável ao se levar em conta que o conjunto de artigos, resenhas de livros e resumos de monografia que compõem este dossiê são produzidos por alunos e alunas que estão em processo de formação ou que recém completaram o curso de graduação em história, portanto, ainda tem muito a oferecer em termos do desenvolvimento das pesquisas e abordagens apresentadas neste dossiê. Trata-se de estudantes vinculados ao curso de graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e que vem desenvolvendo trabalhos de Iniciação Científica ou Monografias de

Conclusão de Curso que têm como foco de suas análises questões referentes ao rural, mais precisamente ao rural no estado do Paraná.

O dossiê é composto por 8 artigos e, dialogando com eles, temos uma resenha e um resumo de monografia. Para facilitar a organização e a leitura, os artigos estão distribuídos em ordem cronológica. Assim, o dossiê inicia com texto produzido pelo aluno Alex Sander Sanoto que trata sobre o processo de apropriação das terras no Paraná durante na segunda metade do século XIX, sendo seu objetivo discutir assuntos relativos a aplicação da Lei de Terras de 1850 na província do Paraná. Na sequência, temos artigo elaborado pela equipe envolvida na realização do projeto de extensão “*Ações para a higienização, catalogação e digitalização do acervo do Museu da Imagem e do Som do município de Cascavel/PR*”. Neste artigo, são abordadas questões referentes as possibilidades de pesquisas sobre o processo de colonização da região Oeste do Paraná proporcionadas pelo acervo fotográfico do referido Museu.

O tema das políticas voltadas à modernização da agricultura e ao fomento e expansão do ensino rural, desenvolvidas pelo Estado do Paraná entre as décadas de 1950 e 1964 é objeto do artigo escrito por Fábio Adriano Ortiz. Igualmente, os três próximos artigos, produzidos por Cíntia Wolfart, Simone Santos e Paloma Caetano, tem por interesse discutir questões relativas ao processo de modernização da agricultura no Paraná. A primeira autora trata mais diretamente sobre a ação dos clubes 4S na região Oeste. No artigo “Estado e questão agrária” Simone

Santos busca discutir, a partir da análise de jornais de circulação local, o processo de modernização da agricultura no Oeste do estado do Paraná tendo como foco a propaganda e os conflitos dele resultantes. Paloma Caetano, por sua vez, trata do período entre 1970 e 1980, momento em que ocorreram profundas alterações nas relações de produção no campo. A autora trata dos impactos produzidos por tais mudanças na vida dos pequenos proprietários de terras da região Oeste do Paraná e, para tanto, utiliza como fonte cartas escritas por esses agricultores ao então deputado estadual do Paraná Gernote Gilberto Kirinus.

Os dois últimos artigos que finalizam o dossiê, um de autoria de Raiane dos Santos e outro de Lucas Gaspar, tratam de temas referentes a identidade étnica e aos trabalhadores do universo rural. Em seu artigo, Raiane dos Santos analisa os discursos presentes na *Revista Etnias no Paraná*, publicada em 1989, problematizando o esforço realizado pela revista e pelos grupos envolvidos na sua publicação no sentido da constituição de memórias e identificações étnico-culturais sobre o Paraná e seus habitantes. Lucas Gaspar, por seu turno, se propõe a analisar a vida e as relações de trabalho estabelecidas por trabalhadores rurais que vivem em Foz do Iguaçu/PR, município que tradicionalmente é apresentado e representado a partir de sua condição urbana.

Como escrevi anteriormente, dialogando diretamente com os temas desenvolvidos nos artigos, fazem parte desta edição da *Revista Vernáculo* uma resenha e um resumo de monografia. A resenha, de

autoria de Mariah Fank, toma por base a pesquisa elaborada por Elione Guimarães e publicada em formato de livro, a qual trata sobre a vida e as condições sociais experimentadas por ex-escravos herdeiros de terras no contexto do pós-abolição no município de Juiz de Fora/MG. Já o resumo de monografia, elaborado pela aluna Ana Paula Lenhardt, apresenta as discussões desenvolvidas por Simone Corrêa de Souza em Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2013, e que aborda questões referentes à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no município de Guaíra/PR, no contexto de construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu.

De maneira resumida, estes são alguns dos conteúdos abordados ao longo dos artigos que compõem este dossiê. Agradeço aos editores e ao conselho editorial da *Revista Vernáculo* pela provocação, pois o estímulo de organizá-lo oportunizou a constituição de um importante espaço para discussão, divulgação de pesquisas e troca de ideias. Agradeço também aos estudantes que contribuíram com seus artigos, resenhas e resumos. Por fim, desejo uma profícua leitura a todos.

Lei de terras, imigração e apropriação territorial no Paraná da segunda metade do século xix¹

Alex Sander Sanoto²

Resumo: Este artigo tem como interesse discutir o processo de apropriação das terras no Paraná durante o período que se estende entre 1854 e 1889. Mais detidamente, o objetivo é discutir aspectos relacionados à aplicação dos preceitos da Lei de Terras de 1850 para o caso específico da Província do Paraná. Num sentido mais geral, foram abordadas questões relativas ao processo de povoamento do território paranaense, tais como a imigração e o estabelecimento dos limites entre a propriedade pública e privada da terra. Para tanto, foram utilizados documentos produzidos pelo Estado, especialmente as Mensagens enviadas pelos presidentes da província à Assembleia Legislativa. Da mesma forma, também foi realizada análise da produção historiográfica que trata sobre o assunto e sobre o período.

Palavras-chave: Terra, Questão Agrária, Lei de Terras.

Abstract: The present paper intends to discuss the process of appropriation of land in the Province of Paraná in the period between 1854 and 1889. It aims to discuss in closer detail some aspects regarding the extent of enforcement of the clauses prescribed by the Land Act of 1850 concerning the specific case of the Province of Paraná. In a broader sense, this paper also address some questions related to the process of settlement within the territory of Paraná, such

¹ Este artigo é resultado de pesquisa de Iniciação Científica que desenvolvi entre os anos de 2011 e 2012 sob orientação do professor Marcio Antônio Both da Silva. O projeto contou com apoio de bolsa de IC modalidade PIBIC/UNIOESTE.

² Aluno do 4º ano do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

as those regarding immigration and the setting of boundaries between public and private land. Therefore, this article deals with some documents issued by the State, especially the Messages sent by the presidents of the Province to the Legislative Assembly. Likewise, it offers an analysis about some historiographical works focused on that subject and historical period.

Keywords: Land, Agrarian Question, Land Act of 1850.

O presente artigo tem por objetivo discutir o modo como ocorreu a ocupação do território do estado do Paraná a partir da segunda metade do século XIX, em específico dos anos de 1854 à 1889, relacionando esse processo com a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida com a Lei de Terras. No artigo busco enfatizar algumas outras questões pertinentes a esse processo, como por exemplo: questões imigratórias na província, a situação em que se encontrava a economia do estado paranaense, aspectos relacionados à agricultura, colonização, erva-mate, indígenas, dados demográficos, produção da Província e as diversas transformações e problemas que ocorrem no Paraná após sua elevação a condição de província em 1853.

A escolha do recorte temporal proposto nesse trabalho, se dá justamente pelo fato do Paraná conseguir sua autonomia provincial em relação a São Paulo e ser elevado a condição de província em 1853 como já escrito, e também, pelo fato de uma das fontes que servirão de base a análise, ser as mensagens presidenciais enviadas à Assembleia Legislativa provincial, que só passaram a ser escritas no caso do Paraná, a partir do ano de 1854. Quanto ao marco final (1889), sua escolha se

deu pelo fato de ocorrerem significativas alterações no Brasil, onde, uma delas é a queda do Império e a Proclamação da República. Já nos primeiros anos da República, no ano de 1891 em específico, ocorre a organização de uma nova Constituição, sendo que a partir dela a responsabilidade de legislar sobre as terras passa a ser dos estados.

Para o desenvolvimento desse trabalho, algumas bibliografias relacionadas ao tema foram de grande importância. Uma delas, foram as análises produzidas por José de Souza Martins no livro *O cativo da terra*³, que foram de extrema importância para a compreensão do processo de apropriação territorial brasileiro, relacionando no nosso caso, com a província do Paraná, além, de nos mostrar o quanto a Lei de Terras de 1850 teve importância significativa na expansão das relações capitalistas em direção ao campo, cujo resultado mais significativo foi a mercantilização do acesso às terras. Outra leitura que contribuiu muito para esse trabalho, foi o livro, *Paraná: Ocupação do território, População e Migrações*⁴ de Sérgio Odilon Nadalin, onde, pude conhecer os processos relativos a vinda de imigrantes e o modo como ocorreu a sua fixação, bem como, os motivos que estavam envolvidos na imigração direcionada à Província do Paraná.

No caso do Paraná, pode-se dizer, que seu amadurecimento iniciou-se a partir do século XIX, mais especificamente, a partir da segunda metade. Alguns autores, como por exemplo Sérgio Odilon

³ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: LECH, 1981.

⁴ Nadalin, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

Nadalin, demonstram que a vinda do imigrante, principalmente europeu, era uma maneira de preencher os espaços demográficos vazios no mapa, pois, desde do início da colonização o Paraná enfrentava grandes dificuldades em ocupar seu vasto território. Desse modo, Nadalin, destaca que o principal problema que essa província enfrentava, dizia respeito a existência de regiões que não estavam densamente habitadas (ponto de vista que desconsiderava o papel e a presença de indígenasque estavam espalhados por diversas áreas da província e também de lavradores pobres, os quais, com a nova Lei de Terras, dificilmenteconseguiram manter as suas posses). Outra circunstânciaque gerava temores nas autoridades governamentais brasileiras era a possibilidade de uma possível invasão desses territórios por parte dos países vizinhos.Assim,foram frequentes os argumentos para incentivar o desenvolvimento de políticas voltadas a atrair imigrantes para se estabelecerem como produtores agrícolas na província.

Sérgio Nadalin ainda destaca o quanto era evidente que o Paraná estava longe de ser o território que mais recebia imigrantes no período,contudo, a sua presença e movimentação na província era considerável, fato que fica visível ao se levar em conta o número de colônias fundadas. Nestes termos, se da década de 1820 até a de 1850

foram estabelecidas apenas três colônias no Paraná, desta última data até 1890, foram 46 o número de colônias criadas⁵.

A relação entre a Lei de Terras e a imigração está diretamente vinculada aos fatores que caracterizavam aquele momento histórico. Ocupa lugar de destaque, neste sentido, a emergente possibilidade de emancipação dos escravos, principalmente os problemas relativos à necessidade de existência de um contingente de pessoas dispostas a trabalhar em substituição da mão de obra cativa. Portanto, era necessário limitar o acesso dessas pessoas a terra. Assim,

a Lei de Terras instituiu no Brasil a terra como mercadoria e permitiu a vinda de imigrantes para promover a grande e a pequena lavoura [...]. E, ao impedir que desde o início esses camponeses pudessem se tornar proprietários, reafirmava o que deles se esperava: colonos morigerados e laboriosos como força de trabalho para as propriedades agrícolas do Estado ou Particulares. Portanto, a Lei de Terras, ao dificultar o acesso à propriedade ao conjunto da população campesina, ao mesmo tempo colocava este coletivo aos ditames do capital⁶.

Um dos principais fundamentos da política imigratória desenvolvida pelo Império foi o de ocupar espaços considerados pouco povoados, especialmente nas regiões que faziam fronteira com outras

⁵ Dados coletados em: MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Paraná Cultural, 1969, p. 164-167.

⁶ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Coleção história do Paraná: vida material e vida econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

nações e corriam risco iminente de serem conquistadas pelas nações vizinhas, como é o caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Contudo, mesmo diante do aumento no número de estrangeiros que entraram no Brasil a partir de 1850, o movimento de imigrantes em direção as terras do Paraná ainda era pequeno se comparado com outras províncias – as do sudeste especialmente.⁷

Já na primeira mensagem enviada à Assembleia legislativa, escrita pelo presidente da província Theofilo Ribeiro Resende em 1854, é possível perceber a vinda do imigrante Europeu para esta província, as dificuldades de adaptação em nossas terras, principalmente por se tratar de outro clima, tendo como resultado, grandes problemas de saúde, que foi um dos assuntos abordados durante todo o período, devido a grandes febres que surgiam com o tempo em determinadas regiões. Por meio desta mesma mensagem, é possível perceber as dificuldades e precariedade em que se encontrava a província, pois existiam poucas estradas, e as existentes se encontravam em péssimas condições, não havia hospitais, e a primeira mensagem já deixa bem visível a falta de médicos.

Outra situação que era apresentada como um problema para província é a presença de indígenas, nas mensagens eles são tratados como “selvagens e ladrões”. Nos primeiros anos da província foram quatro grandes aldeamentos, sendo eles localizados nos municípios de

⁷ Nadalin, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001

Palmas, Guarapuava, Tibagi e Jatahy. Segundo os presidentes, os índios causavam um enorme problema, por seus ataques as fazendas, pois geralmente praticavam saques e em algumas vezes deixavam feridos. E, na grande maioria dos casos, esses problemas ocorriam em fazendas próximas aos aldeamentos.

Na maioria das mensagens, uma possível solução a questão indígena é apresentada a partir do desenvolvimento e expansão da catequese, assim, partia-se do pressuposto de que os ensinamentos adequados pudessem resolver os conflitos existentes entre indígenas e os povoadores.

Nesse sentido, observamos um trecho de um relatório enviado à Assembleia Legislativa pelo administrador da província Rodrigo Menezes em 1879:

No intuito de evitar conflictos, cuja conseqüencias seriam para lamentar, dirigi-me ao governo imperial solicitando autorização para mandar medir uma área de terreno devoluto para a collocação dos indios e para arbitrar a gratificação de 20\$000 mensaes a cada um dos caciques dos pontos alluditos, investindo-os do caracter de director.

Concedida a autorização por aviso de 22 de Agosto do annoproximo passado, expedi ordem ao juiz commissario do municipio de Guarapuava para proceder a escolha de teros apropriados áquelle

mister, e a medição em um perimetro para ser em commum habitados pelos indios.⁸

Através de um outro trecho do relatório do presidente Alfredo Taunay de 1886, observamos mais nitidamente o quanto o processo de catequização era importante para a Paraná, do ponto de vista dos dirigentes desta província. No seguinte trecho: "São todos mansos e ordeiros, de modo que hoje póde-se viajar e habitar em completo sossego aquella importante região, tanto que nenhum facto criminoso notável, commetido pelos indios, registra a estatistica de taes lugares"⁹. Mais adiante no mesmo relatório parágrafos a baixo, o presidente registra: "attesta d'um modo animador a indole pacifica do indio, quando catechisado". Podemos perceber a partir das breves citações, a preocupação justamente na catequização como meio de se “amansar” esses índios e assim não ter problema com esses indivíduos. Pois, de primeiro momento, esses sujeitos são marginalizados, representados como invasores de fazendas que agem de forma violenta, mas, que em um segundo momento, que se dá após a catequização, esses índios deixam de ser “selvagens e violentos”. Segundo os relatos presentes nas mensagens, após a catequização o número de casos de invasões de

⁸ MENEZES, Rodrigo Octavio de Oliveira. *Relatório apresentado A' Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 31 de março de 1879*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1879. p.76

⁹ TAUNAY, Alfredo Descragnolle. *Exposição da administração da província do Paraná ao vice-presidente em 3 de maio de 1886*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1886. p. 103

fazendas reduz consideravelmente e as regiões próximas de aldeamentos passam a apresentar pouco perigo aos colonizadores.

A partir da segunda mensagem, escrita pelo presidente da província Zacarias de Goes Vasconcellos em 1855, já é possível notar a presença e importância dos escravos africanos na Província, os quais geralmente vinham de São Paulo, para trabalhar na abertura de algumas matas no Paraná. Ainda na década de 1850, as mensagens já mostram o surgimento de diversas vilas, como Castro, Ponta Grossa, Morretes, Palmas, Guarapuava, Antonina e Campo Largo.

Se observarmos as primeiras mensagens provinciais, notamos que todas elas abordam o assunto da imigração europeia, assim como na mensagem escrita pelo presidente da província do Paraná Henrique de Beaurepaire Rehan em 1856. Na mensagem, consta o seguinte trecho: "uma das ideias, que mais prende a atenção pública no Brasil, é certamente a da colonização. Os meios porém até agora empregados, para realizá-la, nem sempre tem produzido os mais vantajosos resultados"¹⁰. Esse trecho mostra que nos primeiros anos do Paraná enquanto Província, não foi possível realizar a vinda de um grande número de imigrantes, pelo menos, não na proporção esperada ou necessária aos olhos das autoridades governamentais, confirmando ainda o que já havíamos dito. Em outras passagens, Rehan mostra que os poucos imigrantes que para essa terra vieram, foram bem recebidos,

¹⁰ REHAN, Henrique de Beaurepaire. *Relatório apresentado A' Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1 de março de 1856*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1856. p.38

tiveram trabalho bem pago, e comida de fácil acesso. Interpretação que, por seu turno, precisa ser questionada, pois a produção bibliográfica, antes citada, que se preocupou em analisar a situação vivida pelos imigrantes quando de sua chegada ao Brasil, tem demonstrado que suas condições de vida e recebimento não eram as melhores.

A respeito da imigração ainda, o presidente da Província de 1860, José Francisco Cardoso, escreveu o seguinte:

Desde que o governo imperial e o país se empenharam com afincos na repressão do ilícito tráfico de escravos, e que conseqüentemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante comércio, as visitas de nossos labradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a única esperança que lhes restava, contra a decadência da produção agrícola.

Entre dois sistemas reconhecidos para facilitar a vinda de colonos, é sem contestação preferível da emigração espontânea: a lei de 18 de setembro de 1850 assim o visou, ordenando a demarcação dos terrenos do modo a extremar o domínio público do particular.¹¹

Neste trecho, o presidente demonstra a relação prática existente entre a Lei de Terras de 1850 e a imigração, processos detidamente estudados por José de Souza Martins em seu livro antes citado. Neste

¹¹ CARDOSO, José Francisco. *Relatório apresentado A' Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1860*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1860. p. 60

sentido, é importante sublinhar a íntima ligação entre a defesa dos interesses dos grandes possuidores de terras, o processo de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre e o estabelecimento da propriedade privada da terra não só no Paraná, mas no Brasil como um todo.

Neste sentido, José de Souza Martins destaca o aumento na entrada de imigrantes europeus no Brasil a partir de 1850. Embora este fenômeno estivesse mais presente nas províncias do sudeste do Brasil, onde o trabalho cativo era mais presente do que nas províncias do sul, cabe registrar que a necessidade dessa substituição levou a elaboração da Lei de Terras de 1850, a qual valia para todo o Brasil e não só para as províncias do sudeste. Martins também problematiza o quanto o trabalho livre teve significados distintos para os principais sujeitos envolvidos nesse processo. Onde, para os escravos, o trabalho livre significava que agora ele seria livre e poderia vender a sua força de trabalho, porém, quanto ao acesso a terra seria difícil, pois a lei de 1850 buscava impor limites ao acesso de apropriação, e uma dessas formas era que o acesso a terra só poderia se dar através da compra. Dessa forma, a Lei de 1850 também dificultou o acesso a terra aos imigrantes e as pessoas que não tinham condições financeiras para pagar pelos espaços territoriais que ocupavam. Como já dito, restava-lhes, portanto, a opção de vender sua força de trabalho para tentar sobreviver. Nestes termos, a defesa da imigração é uma constante ao longo das mensagens, e, geralmente, ela adota o seguinte conteúdo:

Abusaria de vossa ilustração se me ocupasse de demonstrar-vos a necessidade de promoverdes a emigração de colonos morigerados e laboriosos, que, conhecedores de processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos, ao manejo e cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possui a província, e cuja prodigiosa fertilidade abrange todo o gênero de produção agrícola, limitarei pois indicar-vos o meio, que me parece mais adaptável, para consessão de tão almejado bem.¹²

Seguindo adiante, ainda no mesmo relatório, o Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato Mattos, nos traz mais um trecho pertinente ao assunto:

é para lamentar que esta província, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente o trabalho do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a maior parte daqueles gêneros¹³.

Nesses dois trechos de relatório, além da importância de produtos de gêneros alimentícios, fica evidente o quanto as terras do Paraná eram férteis e necessitavam urgentemente de pessoas, que além

¹² MATTOS, Francisco Liberato de. *Relatório do Presidente da provincia do Paraná na abertura da assembleia lgislativa provincial em 7 de Janeiro de 1858*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1858. p. 21

¹³ Ibidem.

de ocupar essas terras, saibam manejar, para que possam produzir com habilidade e rapidez. Porém, esses projetos promovidos pela província não levavam em conta o papel dos indivíduos que já estavam fixados nessas terras, que em sua maioria eram habitadas por indígenas e lavradores pobres. Desse modo, a elite político-econômica que administrava a província do Paraná, que estava envolvida diretamente na execução dos projetos de colonização, tentava modificar e dar novos padrões à agricultura paranaense e tudo aquilo que não atendesse aos seus projetos deveria ser modificado. Para tanto elegia que grupos seriam mais adequados para realizar tal tarefa:

A tal respeito, o Exm. Snr. Dr. Tannay fez largas considerações sobre a colocação dos imigrantes, e declarou que desejava principalmente ver o alemão, e o habitante do norte da Europa, atraídos pela possibilidade de cultivarem o trigo, centeio, aveia e quando muito a vinha, e não fascinados pelo café e outros produtos intertropicais, que lhes trairão grandes vicissitudes, pela diferença de vida a que tinham de sujeitar-se.¹⁴

Nesse trecho retirado de uma mensagem de 1886, podemos observar que havia uma certa preferência de quais sujeitos deveriam se estabelecer no Paraná. Nesse caso, imigrantes alemães, por ter mais experiência em um determinado cultivo. O grande problema nisso tudo, e que não é citado nos relatórios, é o modo como isso se dava na

¹⁴ TAUNAY, Alfredo Descragnolle. *Exposição da administração da província do Paraná ao vice-presidente em 3 de maio de 1886*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1886. p. 102

prática, ou seja, a vinda do imigrante para essa província e a conquista do seu pedaço de terra e de seu espaço para cultivo.

Outro trecho que nos possibilita fazer uma análise a respeito da posse da terra e que envolve diretamente a Lei de 1850 e o projeto imigratório, diz o seguinte:

A Lei de Terras consagrava aquilo que não existia plenamente: a terra como equivalente de capital, como renda territorial capitalizada. Ao mesmo tempo, torna-se explícito, enfatizado e socialmente reconhecido que o trabalho é o fundador da riqueza, que o trabalho é a virtude essencial do trabalhador. Para se ter acesso a propriedade, isto é, a riqueza, é preciso trabalhar e poupar.¹⁵

Seguindo a perspectiva de Martins, outra mudança que está diretamente envolvida nesse contexto, são os fatores que dão significado de riqueza e status aos sujeitos, além, do que seria significado de privilegio e valor. Até 1850 o escravo é que era o fator de produção e de valor. Contudo, a partir da lei de terras ocorre uma mudança, pois a terra passa a ser o fator de riqueza. Além disso, o trabalho que era considerado coisa de escravo passa por um processo de valorização. Essas mudanças são visíveis nos projetos imigratórios e a busca por imigrantes que fossem trabalhadores e morigerados vinculasse diretamente a esses fatores.

¹⁵ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: LECH, 1981. p. 147.

O presidente da província Joaquim d' Almeida Faria Sobrinho de 1888, relata como em alguns períodos foi insignificante a entrada de imigrantes no Paraná em relação a outras províncias dos Sul. Além disso, o número de imigrantes era bastante variável, por exemplo, em 1888 chegaram ao Paraná 383 imigrantes, em 1875 número ficou na casa dos 308 imigrantes, já em 1887 o número subiu para cerca de 800 imigrantes. O presidente também destaca a grande diferença existente em relação ao estado de São Paulo, pois, no mesmo ano que entraram 383 imigrantes no Paraná, São Paulo registrava a entrada de mais de 23.000 europeus¹⁶.

Alfredo Taunay, em uma *exposição da administração a província do Paraná*, já citado aqui, nos mostra o modo como ele observava a questão da produção na província no ano de 1886 no seguinte trecho:

A grande questão é, a par da bem entendida economia, buscar a aumentar as fontes de receita. Na imigração, no desenvolvimento da indústria de pinho, que pode no futuro dar imensos resultados, no aperfeiçoamento da fabricação do mate, na exposição das poderosas forças vivas da Província, vejo largos horizontes abertas as suas esperanças e ambições.¹⁷

¹⁶ *Idem*

¹⁷ TAUNAY, Alfredo Descragnolle. *Exposição da administração da província do Paraná ao vice-presidente em 3 de maio de 1886*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1886. p. 121

Podemos perceber através desse pequeno trecho, algumas ponderações sobre pontos já esboçados aqui, mas que talvez nos permite observar com mais clareza. Pois, podemos perceber nesse trecho, algumas preocupações com a economia, que inclusive envolve consideravelmente a produção da erva mate e o aperfeiçoamento do seu processo, até mesmo a questão da imigração.

Desse modo, fica evidente a importância de conhecer os processos característicos da segunda metade do século XIX para compreender a história, pois, foi durante esse período que ocorreu a ocupação de parte do território geográfico da província, por meio da vinda dos imigrantes europeus, especialmente entre os anos de 1829 e 1911, quando chegaram cerca de 83.012 imigrantes.¹⁸ Este crescimento populacional, também significou o aumento nos conflitos relativos a ocupação do território, principalmente se levarmos em conta que este contingente populacional se estabeleceu em áreas que historicamente eram alvos de disputas, seja por parte de grandes ou pequenos possuidores de terras.

Alguns estudos sobre a Província do Paraná, também nos mostram que o Paraná possuía outras fontes econômicas além das já citadas, como por exemplo, a criação e comércio de muare, o aluguel de pastagens para os tropeiros fazerem pausas para descanso durante suas viagens, que geralmente percorriam o trecho entre São Paulo e Rio Grande do Sul, a comercialização do gado, que tinha um peso

¹⁸ Sérgio Odilon Nadalin. *Idem, op, cit*, p. 78.

significativo na economia de todo o Sul do Brasil. Já como produtos destinados a comercialização e a exportação, a madeira e a produção de erva mate recebiam lugar de destaque. Contudo, cabe registrar que a erva mate sempre sofreu grandes alterações. Segundo Carlos Roberto Antunes dos Santos, tais variações podem ser verificadas em 4 momentos distintos: o piso (1842 a 1851), crescimento ou prosperidade (1852 a 1856), o auge (1856 a 1857), queda ou crise (1858 em diante).¹⁹

Seguindo as perspectivas de Carlos Santos, podemos compreender o ciclo de comercialização da erva-mate, onde o "piso" significa o início da sua produção, passando por um crescimento importante em 1852 e se deparando com a primeira crise em 1858, vindo a se estabilizar no mercado em 1869.

Analisando os relatórios, observamos que também são citados dados sobre os rendimentos da província, bem como os principais produtos a gerarem tais divisas econômicas. Segue, como exemplo, os números apresentados pelo presidente da Província José Francisco Cardoso em 1860 a respeito da renda geral da província desde sua fundação:

¹⁹ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material e econômica*. Curitiba: SEED, p. 45.

TABELA 1: Renda geral da Província do Paraná desde sua fundação até 1859²⁰

Ano	Renda
1853 a 1854	89:344U074
1854 a 1855	116:706U589
1855 a 1856	188:489U812
1856 a 1857	277:102U089
1957 a 1858	305:756U535
1858 a 1859	210:249U529

No Relatório da província elaborado pelo presidente Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho no ano de 1888, constam os seguintes números sobre a produção de erva mate:

²⁰ Tabela apresentada no Relatório da província emitida pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1 de março de 1860, p.8

TABELA 2: Produção de erva-mate no Paraná entre 1867 e 1887²¹

ANOS	QUANTIDADE
1867	12.462.217 quilos líquidos
1868	12.813.323 quilos líquidos
1869	13.365.559 quilos líquidos
1870	14.282.085 quilos líquidos
1871	13.714.260 quilos líquidos
1872	16.632.502 quilos líquidos
1873	13.442.407 quilos líquidos
1874	11.706.319 quilos líquidos
1875	11.559.116 quilos líquidos
1876	12.702.371 quilos líquidos
1877	13.209.020 quilos líquidos
1878	12.971.418 quilos líquidos
1879	14.087.730 quilos líquidos
1880	12.669.187 quilos líquidos
1881	12.949.917 quilos líquidos
1882	15.167.249 quilos líquidos
1883	15.300.731 quilos líquidos
1884	14.524.420 quilos líquidos
1885	14.502.504 quilos líquidos
1886	14.735.630 quilos líquidos
1887	18.880.000 quilos líquidos

²¹ Tabela apresentada no Relatório da província emitida pelo presidente Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho no dia 29 de dezembro de 1888, p. 35

A partir da análise das duas tabelas apresentadas pelos presidentes da província e também os dados apresentados por Carlos Roberto, podemos ter algumas impressões sobre os autos e baixos das economia da província no período aqui sob análise (1854-1889).

Como todo processo histórico, a colonização e o povoamento das terras da Província do Paraná são marcados por vários momentos. Assim, a relevância em realizar estas análises referentes a esse assunto são de extrema importância, pois, podemos perceber quem eram os sujeitos envolvidos no processo, bem como quem estava a sua frente, e ao mesmo tempo, observar que houveram sujeitos que acabaram ficando as margens desse processo, bem como, o modo como a Lei de 1850 veio a favorecer determinados grupos sociais e dificultar ainda mais o acesso a terra ao pequeno camponês, ao trabalhador livre, e aos imigrantes que vinham para cá acreditando que conseguiriam seu pedaço de terra para praticar seu cultivo. Percebe-se também como os projetos do Estado, ligado com as elites político-econômicas, eram elaborados visando interesses específicos, no caso aqui analisado mobilizar mão de obra barata e realizar a valorização das terras.

Este estudo também pode nos ajudar a ter uma maior compreensão de problemas sociais que estão presentes e são definidores da realidade dos dias de hoje. Problemas estes, que estão relacionados com a questão agrária brasileira, a qual teve sua origem no período colonial, mas que passa a tomar contornos mais nítidos a partir da

segunda metade do século XIX, com a promulgação da Lei de Terras em 1850.

Fontes:

CARDOSO, José Francisco. *Relatório apresentado a assembléa Legislativa da provincia do Paraná na abertura da primeira sessão da quarta legislação no dia 1 de março de 1860*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1960.

MATTOS, Francisco Liberato de. *Relatório de Presidente Francisco Liberato Mattos, apresentado na abertura da assembleia Legislativa Provincial, em 07 de janeiro de 1858*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1858.

MENEZES, Rodrigo Octavio de Oliveira. *Relatório apresentado A' Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 31 de março de 1879*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1879.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. *Relatório apresentado a Assembleia da provincia do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura no dia 15 de fevereiro de 1862*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1962.

REHAN, Henrique de Beaurepaire. *Relatório apresentado A' Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1 de março de*

1856. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1856. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1856.

RESENDE, TheofiloRibeirode. *Relatório do estado do Paraná apresentado ao vice-presidente Henrique de BeaurepaireRohan por ocasião de lhe entregar a adiministração da mesa provincia em 6 de setembro de 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1854

SOBRINHO, Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. *Relatório apresentado A' Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no ano de 1888*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1888. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1888.

TAUNAY, Alfredo Descragnolle. *Exposição da administração da província do Paraná ao vice-presidente em 3 de maio de 1886*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1886.

Referências:

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: LECH, 1981.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material e econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

Colonização do oeste do Paraná: possibilidade de pesquisa através das fotografias do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Município de Cascavel¹

Janaina Rodrigues dos Santos²

Kellin Caroline Schöne³

Sara Munique Noal⁴

Resumo: O presente artigo tem como principais objetivos expor as atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Ações para a Higienização, Catalogação e Digitalização do Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Município de Cascavel”, além de apresentar a possibilidade de pesquisa sobre a colonização da região oeste do Paraná por meio das fotografias disponíveis no museu. O projeto é resultado de uma parceria, firmada em 2009, entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon e a prefeitura do município de Cascavel. As

¹Este artigo compõe parte dos resultados das atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Ações para higienização, catalogação e digitalização do acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) do município de Cascavel/PR”. O projeto é desenvolvido sob orientação do professor Marcio Antônio Both da Silva, é contemplado com bolsa da Fundação Araucária e conta com o trabalho de estagiárias contratadas pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Cascavel.

²Acadêmica do 4º ano do curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Marechal Cândido Rondon.

³Acadêmica do 4º ano do curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Marechal Cândido Rondon.

⁴Acadêmica do 2º ano do curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Marechal Cândido Rondon.

atividades são desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) e consistem na higienização, catalogação, digitalização e a inserção no site do Museu da Imagem e do Som de um conjunto de fotografias (cerca de 40 mil) que retratam diferentes aspectos sobre a história do município de Cascavel e da região.

Palavras-chave: Museu; Fotografias; Colonização.

Abstract: "This paper aims at exposing to present the activities developed during the extension project "Actions for Hygienization, Cataloging and Digitization of the Collection of the Museum of Image and Sound (MIS) in Cascavel" and presents the possibility of research on the colonization of the western Paraná through the photos in the museum. The project is the result of a partnership, established in 2009, between the Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* Marechal Cândido Rondon and the city of Cascavel. The activities are developed at the Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Center for Research and Documentation on the West Paraná, CEPEDAL) and consists in cleaning, cataloging, scanning and including of the photographs (about 40 thousand) in the Museum of Image and Sound website, which portray different aspects of the history of the city of Cascavel and the region.

Keywords: Museum; Photographs; Colonization.

Introdução

O presente trabalho tem dois objetivos principais, primeiramente iremos discutir as questões referentes ao primeiro deles, que é apresentar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Ações para a Higienização, Catalogação e Digitalização do Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Município de Cascavel”, para

depois apresentarmos as possibilidades de pesquisa sobre a colonização da região oeste do Paraná a partir das fotografias disponíveis no acervo do museu. O projeto em questão foi firmado em 2009, através de um convênio entre a Prefeitura de Cascavel e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. As atividades do projeto são realizadas no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), o qual é um órgão suplementar vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da UNIOESTE e tem como objetivos proporcionar espaços para pesquisa e para preservação de acervos documentais sobre a região Oeste do Paraná e as populações de fronteira a ela vinculadas.

O MIS localiza-se no município de Cascavel, foi criado em 21 de abril de 1988 e conta com um acervo de cerca de 40 mil fotografias. Os assuntos tratados em tais fotografias são os mais diversos, abrangem questões relativas a administração pública, a vida cotidiana, a espaços sociais e a momentos vividos pela população que reside em Cascavel e região.

Nestes termos, devido ao conteúdo e a quantidade de fotografias, este projeto de extensão é de grande importância para toda sociedade cascavelense e da região. Ao disponibilizar online as cópias digitais das fotografias do acervo do MIS estamos atuando diretamente no sentido de facilitar o acesso a informações, memórias e histórias das pessoas que no seu dia a dia constroem a sua história, a do município e

a da região. É importante registrar ainda que o projeto contribui diretamente na preservação desses documentos.

Projeto Ações para Higienização, Catalogação e Digitalização do Acervo do Museu da Imagem e Som (MIS) do município de Cascavel.

As atividades realizadas no projeto consistem na higienização, catalogação, digitalização e inserção das fotografias do acervo no site do MIS. As pastas de fotografias e os catálogos são enviados do Museu de Cascavel para o CEPEDAL, quando recebidas, o trabalho consiste na conferência da numeração para na sequência realizar o processo de higienização (limpeza) das fotografias. Em seguida, realizamos o processo de digitalização, sendo que os catálogos são gravados em DVD's para serem enviados para o Museu e em um HD para constituição de cópias de segurança do material digitalizado. Ao final do processo, enviamos as cópias digitais de volta ao Museu junto com as pastas físicas das fotografias. Também realizamos o processo de inserção das fotografias no site do MIS. As informações inseridas são retiradas dos catálogos enviados pelo museu. Até o momento, julho de 2014, o total de fotografias inseridas no site é de 20.823.

Sobre as atividades realizadas no projeto, primeiramente devemos apontar que o Museu realiza o trabalho de separação dessas fotografias, organização delas em pastas por tema e também produzem os catálogos com as informações das fotos. As pastas com as fotografias

são separadas por folhas A4, para melhor conservação, são enviadas de Cascavel para o CEPEDAL onde realizamos as atividades antes relatadas. Cada um dos processos requer grande concentração, pois o erro de qualquer etapa pode comprometer todo o trabalho.

Ao recebermos o material, realizamos o trabalho de conferencia, a partir do qual constatamos a quantidade de pastas vindas, iniciando-se assim o processo de higienização, que consiste na limpeza das fotografias. A higienização é realizada com o uso de materiais específicos, que são pincéis de sardas finas, utilizados para a retirada de impurezas da superfície impressa da foto, pincéis de sardas grossas, utilizados para retirada de impurezas do verso da foto, este último jamais pode ser usado para limpeza da parte impressa, pois pode riscar e causar grandes danos ao material. Além dos pincéis, também utilizamos uma “bucha” confeccionada de raspas de borrachas envoltas em um pano de algodão, que serve para limpar a superfície do verso da foto, sem danificá-la. A borracha também é utilizada para a retirada de riscos feitos a lápis.

Paralelamente ao processo de higienização realizamos o trabalho de numeração das fotografias, ou seja, passamos o número vindo do museu escrito nas folhas que separam as fotografias, para o verso de cada foto. Isto é essencial para a nossa organização durante a digitalização, pois a ordem numérica deve ser mantida para que as informações do Catálogo enviado pela coordenação do Museu coincidam com as fotografias durante o processo de inserção online.

Depois de higienizadas e numeradas, as fotografias passam pelo processo de digitalização. Nesse momento as fotografias são expostas em ordem sobre a superfície do scanner. Depois de digitalizadas são recortadas individualmente pelo técnico da equipe de microfilmagem e digitalização, então, a equipe do projeto realiza a conferência da ordem das fotografias recortadas.

Posteriormente, realizamos a gravação das cópias digitais em DVD's, que devem conter uma pasta original, com o scanner completo, uma pasta em baixa resolução com as fotografias recortadas em formato JPEG, uma pasta em alta resolução com as fotografias recortadas em formato TIFF. O formato JPEG, serve para inserimos as fotos no site, e em TIFF, poderão ser usadas para produção de pôsteres, painéis, etc. O DVD também contém o catálogo digital com as informações que correspondem às fotografias. Após esse processo concluído, os documentos retornam ao museu juntamente com os DVD's, onde ficam arquivados para consultas e também para a realização de exposições que envolvem inúmeros temas.

Ademais, é realizada a etapa de inserção online das cópias digitais no site do MIS (www.cascavel.pr.gov.br/museu/). As informações do catálogo digital enviadas pela equipe que trabalha no Museu são transferidas para o site. A catalogação consiste em inserir no site a data em que fotografia foi tirada, quem a tirou, por quem foi identificada, por quem foi doada, a cor, o tamanho e a descrição. Além

disso, também são preenchidos campos que tratam dos seguintes aspectos: TEMA, ASSUNTO E GALERIA.

O projeto em questão possibilita o aumento do número de acessos a documentos que até então só poderiam ser consultados em seu local de guarda. O acervo fotográfico do MIS retrata momentos e situações que traduzem as mais variadas experiências vividas por pessoas que residem na região oeste do Paraná. Além disso, por meio do projeto de extensão, tais experiências vêm sendo levadas ao conhecimento de um público cada vez maior e, dessa forma, a execução do projeto contribui diretamente para o desenvolvimento da pesquisa histórica. Abaixo segue uma imagem ilustrativa da página de cadastramento:

IMAGEM 1: Página do cadastro das fotografias no site e exemplo de como é visualizada após as informações e a imagem.

The image shows a web application interface for photograph registration. On the left is the 'Cadastro de Fotos' form, and on the right is a preview of how the data is displayed in a browser window.

Form Fields (Cadastro de Fotos):

- Data da Foto: 00 - 00 - 0000
- Tema: Seleccione
- Assunto: Seleccione
- Galeria: Seleccione
- Créditos:
- Identificada por:
- Doador(a):
- Gestão: EDGAR BUENO - 2009-2012
- Cod Pasta:
- DVD:
- Tipo: ☐ P/B ☐ COLORIDA ☐ ENVELHECIDA ☐ AMARELADA
- Tamanho da Foto: ☐ 3X4 ☐ 10X15 ☐ 13X18 ☐ 30X40 ☐ 23X17 ☐ 12X18
- Ativar a foto: ☐ SIM ☒ NAO
- Selezione Foto:
- Descrição / Legenda:

Preview (Sistema de Gerenciamento Remoto - Mozilla Firefox):

- URL: http://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/museu/visualizar_fotos2.php?id=7627
- Data: 00 - 00 - 0000
- Sub-Título: FAMILIAS
- Título da Galeria: PIONEIROS
- Descrição: CHURRASCO DE CONFRATERNIZACAO.
- Créditos: DESCONHECIDO
- Doador(a): EMPRESTADO POR ADÃO
- Nome gestor: INDEFINIDA
- Dvd: MIS0338_S1

The preview also includes a photograph of a group of people at a churrasco (barbecue) event.

Fotografia como fonte histórica

A fotografia surgiu na década de 1830 e durante os primeiros anos ela era vista como o espelho do real, assim como a pintura que até então tinha a função de reproduzir exatamente o que se via. Após o surgimento da fotografia a pintura ficou marginalizada, pois se tornou muito mais simples registrar um momento a partir de um flash. Com o passar dos anos e com o desenvolvimento dos estudos acerca da fotografia a sua classificação enquanto espelho do real foi

desconstruída, passando a ser uma fonte histórica carregada de possíveis interpretações.

No início da pesquisa histórica sabemos que eram consideradas como fontes apenas documentos escritos, isto se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Mais tarde, estudos desenvolvidos por historiadores como Lucien Febvre e Marc Bloch passam a indicar que a noção de fonte histórica deveria ser ampliada⁵, propondo que todo material que fosse objeto sobre o qual o homem interferiu/agiu poderia servir como fonte para se escrever história. É neste contexto que a fotografia, enquanto fonte, ganha espaço, pois toda a produção material humana passa a ser considerada como tal.

Ao utilizarmos a fotografia como fonte é preciso uma série de procedimentos, pois assim como os documentos escritos ou monumentos (outras fontes históricas), a fotografia também traz consigo a intencionalidade de seu produtor. Dessa forma, devemos primeiramente fazer uma leitura inicial, que consiste na identificação, para depois interpretá-la e analisá-la. Durante este processo de análise devemos ter em mente que a imagem vai muito além do que conseguimos ver, pois ela é resultado de um ato carregado de sentidos, que é feito através de vários recursos, até mesmo técnicos. Portanto, a

⁵ Para saber mais ver: OLIVEIRA, Rosangela Silva; BITTENCOURT JUNIOR, Nilton Ferreira. A fotografia como fonte de pesquisa em História da educação. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-FONTES E METODOS EM HISTORIA DA EDUCACAO/A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE PESQUISA EM HISTORIA DA EDUCACAO.pdf>

Acesso realizado em 17/07/2014 às 15h 58min.

fotografia trata de uma escolha, de determinados isolamentos, focos, perdas, etc. Sobre a análise da fotografia enquanto documento histórico, a historiadora Ana Maria Mauad, nos traz uma questão:

Desde a sua descoberta até os dias de hoje a fotografia vem acompanhando o mundo contemporâneo, registrando sua história numa linguagem de imagens. Uma história múltipla, constituída por grandes e pequenos eventos, por personalidades mundiais e por gente anônima, por lugares distantes e exóticos e pela intimidade doméstica, pelas sensibilidades coletivas e pelas ideologias oficiais. No entanto, a fotografia lança ao historiador um desafio: como chegar ao que não foi imediatamente revelado pelo olhar do fotográfico? Como ultrapassar a superfície da mensagem fotográfica e, do mesmo modo que Alice nos espelhos, ver através da imagem?⁶

Para vermos através da imagem é preciso analisar o conteúdo da mensagem fotográfica, pois a fotografia é uma construção. Ao pensarmos a fotografia, temos não somente a fotografia em si, mas além dela temos o fotógrafo, que é um sujeito, que fará escolhas ao tirar a foto e temos o leitor que irá interpretá-la depois, levando em conta que as pessoas vivem diferentes experiências durante a vida, esta interpretação pode diferir uma da outra, portanto a imagem é carregada

⁶ MAUD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradascariocas, na primeira metade do século XX. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. Sér. v. 13, n. 1, p.133-174, jan-jun 2005. p. 136-137

de sentidos. Porém, mais do que isso a fotografia trata de uma marca, uma materialidade, e esta se volta para um respectivo presente em algum momento ou espaço, que nos leva a buscar suas interpretações.

Para tal análise é preciso considerar escolhas técnicas e também estéticas, como a iluminação, o enquadramento, também os objetos que compõem tal imagem. Além disso, a imagem sempre deve ser analisada em conjunto com seu contexto histórico.

Assim como as demais fontes de informação históricas, as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos. Assim como os demais documentos elas são plenas de ambigüidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, que aguardam pela competente decifração.⁷

Diante disto tudo, concluimos que a imagem não é somente aquilo que está no papel, e também que ela não fala por si só. É nesta conjuntura que entra o trabalho do pesquisador, que deve fazer as perguntas ao documento, tais como: quem a produziu? Quando? Por quê? Com qual objetivo? Para quem? Entre outras mais.

Após esta breve apresentação, passamos para a apresentação de algumas fotografias. Apresentaremos a seguir uma possibilidade de pesquisa que pode ser feita a partir do uso das fotografias que compõem

⁷ KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. p.22

o acervo do Museu da Imagem e do Som do município de Cascavel. Para tanto, tomaremos como referência o tema do povoamento e da colonização da região oeste do Paraná.

Colonização do Oeste do Paraná: Possibilidade de Pesquisa através das fotografias do Museu

A Europa, durante os séculos XIX e início do XX, sofreu intensas transformações econômicas, sociais e políticas as quais impulsionaram a vinda de imigrantes para o Brasil. Um dos grandes motivos que levaram o governo brasileiro a desenvolver políticas voltadas a atrair imigrantes europeus era o problema da substituição da mão de obra escrava pela livre. Questão que afetava diretamente a região sudeste do Brasil que na segunda metade do século XIX assistiu a expansão e o desenvolvimento da agricultura cafeeira. Contudo, mesmo que a maior parte dos imigrantes que vieram ao Brasil tenham se estabelecido no sudeste, uma parte significativa foi direcionada para outras regiões, especialmente para as províncias do Sul, onde se estabeleceram como pequenos proprietários de terras em núcleos coloniais administrados pelo Estado ou por empresas particulares. Por esse motivo passaram a ser chamados de colonos. Segundo pesquisa desenvolvida por Valdir Gregory “a colonização foi a instalação de pequenas propriedades rurais do tipo europeu em solo brasileiro, a

instalação da pequena propriedade de terra sob domínio do latifúndio em áreas permitidas por este”⁸.

O Rio Grande do Sul foi uma das províncias que mais recebeu esse tipo de colonização e, por volta de 1920, devido ao desenvolvimento das regiões coloniais e o considerável aumento demográfico dele resultante começou um processo de “exportação de migrantes” para outras regiões do Brasil, primeiramente Santa Catarina e Paraná. Na década de 1930 ocorreu uma intensificação na vinda de migrantes para o estado paranaense. Um exemplo disso é a forma como aconteceu o processo de colonização das terras que conformam a região oeste do Paraná, onde situa-se o município de Cascavel que oficialmente passou a receber a primeira leva desses migrantes a partir de 1930, sendo que 20 anos depois, em 1950, já era alçado a condição de município. Fato que demonstra a rapidez com que o processo foi realizado e o número significativo de pessoas que passam a se deslocar para região.

Diante destas informações gerais, cabe destacar que não é nosso objetivo recontar, interpretar ou contar a história do processo de colonização das terras do oeste paranaense pelas populações migrantes providas de diferentes regiões do Brasil. Essa história já foi objeto de diferentes análises e interpretações⁹. Nosso objetivo, portanto, é apenas

⁸ GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 25

⁹Para uma ideia geral dessa produção, ver: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. *Experiências e memórias de deslocamentos no Oeste do*

apresentar algumas fotografias que compõem o acervo do MIS e que, de forma direta e indireta, registram momentos desse processo. Nesse sentido, não realizaremos análises daquilo que está registrado nas imagens e apenas apresentaremos os dados de sua identificação e as descrições que foram realizadas por aqueles que doaram as fotografias ao Museu.¹⁰ Para dar conta disso selecionamos cinco fotografias que estão presentes no site do museu em diversas galerias e são listadas abaixo pela ordem cronológica de sua produção.

Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012. FREITAG, Liliane da Costa. As fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de um espaço vital: o extremo oeste paranaense (1937-1954). São Leopoldo: UNISINOS, 1997 [Dissertação de mestrado em História] GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. MULLER, Keith Derald. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, p. 83-139, jan./mar. 1986.

¹⁰ Cabe destacar que os dados de descrição presentes no Site são formulados pela equipe do Museu da Imagem e do Som de Cascavel, os quais são produzidos a partir de informações prestadas pelas pessoas que doaram as fotos ao museu. Portanto, como chamamos atenção na segunda parte deste artigo, antes de serem usadas precisam ser problematizadas.

A Colonização do Oeste do Paraná sob o olhar fotográfico

IMAGEM 2: Formação do lote colonial



TEMA: Meio Ambiente

ANO: Desconhecido

COR: Preto e Branco

TAMANHO: 23x17

DESCRIÇÃO: Desmatamento para plantação das primeiras lavouras e fixação dos agricultores no interior do município.

Árvores no chão, homens trabalhando e casas de madeira.

Disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/detalhe.php?imagem=20130123151945.jpg>

IMAGEM 3: Família migrante



TEMA: Pioneiros

ANO: 1949

COR: Preto e Branco

TAMANHO: 13 x 18

DESCRIÇÃO: Família Favarin – Macieira, Santa Catarina; Esq. p/ dir.: Idalino, Angelo; Ao fundo: Miguel, Olivio, Valentim, Ubelina, Agostino; A frente: Valdir Favarin, Maria com Olindo ao colo, Anita Favarin Redivo e Inacio Redivo.

Disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/detalhe.php?imagem=20120301171509.jpg>

IMAGEM 4: Poloneses



TEMA: Pioneiros

ANO: 1950

COR: Preto e Branco

TAMANHO: 23 x 17

DESCRIÇÃO: Senhores Felipe Stoker, Domingos Villaca, Olimpia Fogaca e outras famílias. Colonização dos Poloneses, que foram os primeiros colonos de Cascavel. Foto tirada na Igreja São Salvador.

Disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/detalhe.php?imagem=20120411183650.jpg>

IMAGEM 5: Transporte de migrantes



TEMA: Pioneiros

ANO: 1953

COR: Preto e Branco

TAMANHO: 10 x 15

DESCRIÇÃO: O Pampeiro - Primeiro ônibus adquirido por Armando Zanato para transportar colonos do RS para as terras de Cascavel e Corbélia – Benção por Sacerdote em Carázinho-RS.

Disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/detalhe.php?imagem=20140325143741.jpg>

IMAGEM 6: Cascavel



TEMA: Cidade-Cascavel

ANO: 1955

COR: Preto e Branco

TAMANHO: 23 x 17

DESCRIÇÃO: Avenida Brasil. Destaque para o Hotel Americano e Boiada, trazida pela família Gabana

Disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/detalhe.php?imagem=20120615151714.jpg>

IMAGEM 7: Processo de formação do município



TEMA: História

ANO: 1959

COR: Preto e Branco

TAMANHO: 23 x 17

DESCRIÇÃO: Vista aérea da cidade: ao centro a quadra onde hoje se localiza a catedral metropolitana. A direita o prédio da prefeitura e o colégio Rio Branco (hoje Marista). A esquerda, o colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/detalhe.php?imagem=20131126104009.jpg>

Considerações finais

O desenvolvimento das atividades vinculadas ao projeto de extensão “*Ações para a Higienização, Catalogação e Digitalização do acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Município de Cascavel*”, como é possível verificar nas descrições feitas acima, tem grande relevância em termos da pesquisa, do ensino e da extensão, uma vez que cumpre um papel importante no sentido de aproximar o conhecimento e os trabalhos que são desenvolvidos na universidade com a população que vive na região Oeste do Paraná e em outros territórios do Brasil. Para pesquisa, os trabalhos realizados permitem que os estudiosos tenham acesso a uma quantidade de fontes importantes e que tratam sobre diferentes aspectos da história da região e aqui chamamos atenção para o tema da colonização. Para o ensino, a disponibilização do acervo em forma digital permite que professores e alunos de diferentes níveis (ensino fundamental, médio e superior) tenham acesso a uma ferramenta alternativa para realizarem seus estudos e trabalhos.

Referências:

ABREU, Ana Lucia. *Acondicionamento e Guarda de Acervos Fotográficos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1999.

ALVES, Monica Carneiro; VALERIO, Sergio Apelian. *Manual para indexação de documentos fotográficos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos técnicos, 1998.

BITTENCOURT JUNIOR, Nilton Ferreira. A fotografia como fonte de pesquisa em História da educação. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-FONTES E METODOS EM HISTORIA DA EDUCACAO/A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE PESQUISA EM HISTORIA DA EDUCACAO.pdf> <Acesso realizado em 17/07/2014 às 15h 58min>.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

JUNIOR, Jaime Spinelli. *A Conservação de Acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de processos técnicos, 1997.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MAUD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradascariocas, na primeira metade do século XX. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. Sér. v. 13, n. 1, p.133-174, jan-jun 2005.

TACQUES; M, N, M. *Manual de Entrada de Dados em Formato MARC*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

Formas de contato:

Site do Museu: www.cascavel.pr.gov.br/museu/ ; Telefone do Museu: (45) 3902-1445; Facebook: Museu da Imagem e do Som MIS – Cascavel –PR.

Site da Unioeste: www.unioeste.br/; telefone CEPEDAL: (45) 3284-7869; Endereço: Rua Pernambuco, 1777, CEPEDAL Centro 85960-000 - MCR, PR - Brasil - Caixa-postal: 91.

Debates em torno das políticas públicas para a modernização da agricultura

Fábio Adriano Ortiz¹

Resumo: Este artigo tem por base trabalho de conclusão de curso que venho desenvolvendo e seu objeto de investigação são as políticas relativas à modernização da agricultura e ao ensino rural implementadas pelo Estado do Paraná nos anos de 1950 a 1964, período que se refere aos governos de Bento Munhoz da Rocha Neto, Moyses Lupion e Ney Aminthas de Barros Braga. Para esse artigo pretendo apresentar um balanço de alguns estudos produzidos e que tratam da temática. Assim, dialogarei com as obras de Sônia Regina de Mendonça, José Graziano da Silva e Roseli Alves Santos, a partir das quais contextualizarei questões referentes as políticas públicas, sobre o ensino rural e a modernização da agricultura em âmbito nacional e estadual.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ensino Rural; Modernização da Agricultura.

Abstract: This work is based on the Final Paper I have been writing this academic year and it is focused on the public policies regarding agricultural modernization and rural education implemented by the State of Paraná between 1950 and 1964 – a period that encompasses the governorships of Bento Munhoz da Rocha Neto, Moyses Lupion and Ney Aminthas de Barros Braga. Thus I intend to present a review of some produced studies that deal with thematic. In this way, I deal with some works of Sônia Regina de Mendonça, José Graziano da Silva and Roseli Alves Santos which enabled me to contextualize some issues concerning public policies, rural education and agricultural modernization in both Brazil and the State of Paraná.

Keywords: Public Policies; Rural Education; Agricultural Modernization.

¹ Graduando do 4º ano do curso de História da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Contato: ortiz.fabioadriano@gmail.com

Introdução

O processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, a partir de 1950 passou por importantes transformações no que diz respeito às formas de produção e cultivo da terra. Tal processo ficou conhecido como *a modernização da agricultura*, sendo que este tema foi estudado por alguns pesquisadores visando vislumbrar as engrenagens e objetivos dos sujeitos operantes nesse período. Boa parte do que foi produzido referente a este tema foram pesquisas e obras de geógrafos, historiadores e sociólogos. Para este artigo foram feitas leituras que tratam desse processo em contexto nacional e estadual.

O cenário que se apresenta como escopo inicial do processo de *modernização da agricultura*, tem como base principal a expansão do sistema capitalista no pós Segunda Guerra. Como destaca Sônia Regina de Mendonça², é neste período que se descobre a pobreza no mundo, e caberia aos países desenvolvidos a tarefa de conduzir os países pobres em seu processo de desenvolvimento.

Dentro desse contexto, há uma convergência de autores que discutem o tema. Tanto José Graziano da Silva, na obra “*A modernização dolorosa*”, como Roseli Alves dos Santos em “*O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná*”, apontam para a construção de um discurso que visava tecer uma

oposição entre o “*moderno*” e o “*arcaico*”, em que tal dinâmica estava pautada no processo de reprodução do capitalismo monopolista e que orientava para uma superação do atraso. Assim, aponta Graziano da Silva, “Com a esteriotipização do subdesenvolvimento mostrava uma economia onde o setor industrial era incipiente e o setor agrícola “atrasado”, ganharam destaque os modelos dualistas que procuravam mostrar um antagonismo entre ambos”³ e continua afirmando que

[...] as propostas formuladas para a superação desse pretenso antagonismo derivavam da imitação do caminho percorrido pelos países desenvolvidos, como se o subdesenvolvimento fosse um estágio anterior desse processo, como se os países hoje ditos desenvolvidos tivessem sido um dia subdesenvolvidos.⁴

Dessa forma, tanto Graziano da Silva, Santos e Mendonça apontam para discursos similares no campo nacional, onde apesar da agricultura ter sido a principal fonte de geração de capital da economia nacional, esta passa a carregar o fardo de ser o motivo de atraso do Brasil em relação a outras nações no plano mundial. Estes discursos já estavam presentes no cenário econômico e político anterior a década de 1950, sendo que políticas voltadas para a industrialização nacional já

² MENDONÇA, Sonia Regina. “ETA em marcha”: os Estados Unidos e o “ensino” agrícola no Brasil (1945-60). In: *Estado e educação rural no Brasil*: alguns escritos. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007. p. 79-110.

³ SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 17.

eram postas em prática no período do primeiro governo de Getúlio Vargas. Contudo, nesse período, apesar dos esforços voltados para a industrialização a agricultura ainda permaneceu como o “carro chefe” da economia nacional.

A partir da década de 1950, há a busca pelo desenvolvimento de uma política de racionalização da agricultura, com vistas a uma expansão da base da economia nacional. Essa política contribuiu tanto para o aumento da produção e da produtividade, quando para redução da mão de obra para as atividades rurais. Esse aumento da produção foi resultado de atribuição de técnicas, maquinários e insumos modernos. Porém, também gerou consequências como a expulsão de trabalhadores do campo e de pequenos proprietários.

Assim, o que se observa é a construção de um discurso visando uma ação prática de como deveria se organizar a agricultura brasileira. Dessa forma, para desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, mais precisamente no campo da agricultura, não haveria espaço para a policultura, ou seja, a produção deveria estar voltada para monoculturas, principalmente aquelas ligadas para atividade exportadora.

Nesse contexto, aponta-se para o papel exercido pelos Estados Unidos, na “condução” e difusão do que seriam as culturas agrícolas

⁴ idem, p. 17.

mais rentáveis. Como observa Miriam Hermi Zaar⁵, os Estados Unidos implementou um novo padrão alimentar, ou seja, através da via econômica e de interesses de seus produtores industriais, passaram a influenciar e consolidar um padrão do que seria produzido, como por exemplo, soja e trigo. No entanto, os países que não os produziam tiveram de importar tais produtos dos EUA, pondo este em posição confortável perante a economia mundial. Dessa forma, Segundo Zaar, no Oeste do Paraná:

A introdução do cultivo da soja e do trigo, foi um exemplo marcante de como ocorreu a articulação entre Estado-ideologia-capital. Uma articulação que promoveu a modernização da agricultura no oeste paranaense, efetivando principalmente em função das necessidades do capital industrial, instalado recentemente no país: promover a venda de insumos e máquinas agrícolas e a compra de produtos agrícolas, através da troca.⁶

Observa-se a partir disso que a agricultura ainda exercia importante função na economia nacional. Porém, de modo diferente do período anterior, quando tinha para si o papel central da economia, bem como recebia maior incentivo das políticas estatais. A partir desse momento a agricultura passa a fornecer capitais para o processo de

⁵ ZAAR, Miriam Hermi. *A produção do espaço agrário da colonização a modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 1999. p.29

⁶ idem, p.30

industrialização que se instalava no Brasil, através da venda de produtos voltados a exportação, sendo inicialmente o café e posteriormente a soja e o trigo. Além disso, ela ainda gerava retorno de capitais na compra de produtos industrializados, já que a indústria inicial que se instalava estava voltada para a produção e atendimento das demandas agrícolas.

No contexto paranaense, o Estado esteve diretamente ligado ao projeto modernizante nacional. Porém, este não se deu de forma homogênea no que se refere à temporalidade e espaço agrário. Assim é valido ressaltar que a modernização ocorreu em períodos diferentes em determinadas regiões do estado. A tese de Roseli Alves dos Santos traz um contexto mais amplo desse processo no Paraná. Apesar de ter seu trabalho centrado mais na região Sudoeste do estado, a autora constata que na referida região, apesar da busca por práticas mais modernas, o próprio relevo fez com que determinadas práticas disseminadas no contexto nacional, não pudessem ser efetivadas em grandes extensões. Dessa forma, outras culturas como a do milho foram mais usuais, já que era utilizada como alimento na suinocultura.⁷ Porém, afirma ainda que a partir da implementação do maquinário agrícola, novas práticas foram incorporadas a região.

⁷SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná*. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008. p. 246. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2008/santos_r_a_dr_prud.pdf, acesso em 29/09/2013.

Miriam Hermi Zaar desenvolve análise cujo foco é a região Oeste do estado. Em seu estudo, demonstra que o processo de modernização da agricultura teve um início mais tardio nesta região. A autora destaca que isso foi decorrente do processo de colonização da região que teve início na década de 1940, destacando que os municípios aos quais concentra seu estudo tiveram suas fundações a partir da década de 1950, o que inicialmente levou tal região a extração e comércio de madeira, efetivando o processo de modernização da agricultura posterior a década de 1970.⁸

No que é referente ao Norte do Paraná, a região possuía um protagonismo tanto na agricultura como na economia do estado. Tal protagonismo estava pautado na cultura cafeeira, que até então era um dos principais produtos voltados para a exportação em âmbito nacional, o que conferia a região um grande peso político e econômico. Porém, como afirma Margarida Cassia Campos

[...] a geada de 1953 forçou os produtores a plantar cereais como cultura, intercalando entre as “ruas” dos cafezais. Porém, esta ação não teve êxito devido às dificuldades de transporte e comercialização. Em 1955, procurando arranjar uma solução para outra grande geada ocorrida no mesmo ano, o Instituto Agrônomo de Campinas sugeriu o cultivo da soja entre os cafezais para amenizar a situação. Nesse contexto, tais ações surgiram para incentivar outra cultura que pudesse ser colocada a bom preço no mercado internacional e que causasse o menor

⁸ZAAR, *op cit.*

malefício aos cafezais em formação. A resposta do Paraná foi imediata: de 43 hectares plantados de soja em 1954, passou para 1.922 em 1955 e 5.253 em 1956.⁹

Observa-se nesse contexto, o intervencionismo direto do Estado na busca pela substituição da cultura até então predominante na região norte do Paraná, o café. Dessa forma é visível a preferência pelos setores dirigentes voltados a produção rural de que se buscasse produzir soja, sendo esta mais rentável e de menos riscos de produção, bem como alavancar as exportações gerando capital suficiente para subsidiar o processo de industrialização em curso.

Não somente a questão da modernização da agricultura buscou aumentar a capacidade produtiva, como também buscava transformar os braços utilizados até então na produção agrícola, em braços para as indústrias em formação. Desse modo, a introdução de novas técnicas e maquinários agrícolas contribui para um processo de êxodo dos trabalhadores rurais, para que fosse possível gerar uma mão de obra urbana suficiente a ponto de haver sobras e como consequência disso, o barateamento dessa mão de obra para as indústrias.

Dessa forma, com o processo de “esvaziamento” do campo, a atividade agrícola não somente no Paraná, mas em âmbito nacional,

⁹ CAMPOS, Margarida Cassia. *Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná*. Revista Geografar, v.6, n.1, p. 161-191, jun./2011. p. 179. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/view/21808/14203>, acesso em 29/09/2013.

passa a depender de outros instrumentos para a produção que até então eram supridos por uma massa de trabalhadores rurais. Assim, o processo iniciado com a implementação de novas técnicas e insumos agrícolas que visavam uma maior produção bem como a melhor utilização dos espaços voltados para esta, atinge um novo patamar.

Como destaca Graziano da Silva

[...] a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não-qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, como o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais.¹⁰

Assim, além do decorrente processo de êxodo rural existente em âmbito nacional, a indústria instalada no Brasil passa a ver aumentada a demanda por maquinário agrícola. Em outras palavras, o processo de deslocamento de trabalhadores para os centros urbanos, aliado a utilização de novas técnicas de produção e a adoção de insumos modernos como agrotóxicos, herbicidas e etc., faz com que a agricultura passe a necessitar de maquinários para facilitar o trabalho bem como dar mais celeridade a atividade produtiva e o conseqüente aumento da produção.

¹⁰GRAZIANO DA SILVA, *op cit*, p. 30

Nesse contexto, observa-se o estabelecimento no Brasil de políticas voltadas para o crédito rural e a criação de instituições estatais de financiamento da atividade agrícola. Assim, Pedro Cassiano Farias de Oliveira afirma que

O discurso veiculado pela ABCAR¹¹ era da inevitabilidade da industrialização para o desenvolvimento do país. Paralelamente, a agricultura deveria modernizar-se pois não poderia contar com o contingente de mão-de-obra, pois a industrialização forçava o êxodo rural. Para a aquisição dos insumos e maquinaria que aumentaria a produção fazia-se necessário o crédito rural, aliado a uma atividade de Extensão Rural que ensinaria o agricultor a implantar as novas técnicas agrícolas.¹²

Dessa forma, o que se buscava com a criação dessas instituições era financiar a atividade agrícola, bem como incentivar a aquisição de maquinários ditos modernos e facilitadores de tal atividade, como por exemplo, a utilização de tratores. Porém, o acesso a estes financiamentos era restrito aos grandes proprietários de terra, cuja propriedade da terra era uma forma de garantia do pagamento do financiamento. Nesse contexto, o pequeno produtor acabava por se ver em dificuldade para manter-se no meio rural o que por muitas vezes

¹¹ ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

¹² OLIVEIRA, Pedro Cassiano de. *Estado, extensionismo rural e grupos dominantes agrários no Brasil (1948-1974)*. Disponível em: http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/pedroCassiano_estadoExtensionismoRural.pdf, acesso em 30/04/2014. p.6

fazia com que vendesse sua terra e buscasse melhor sorte nos centros urbanos.

E válido salientar, como também enfatiza Pedro Cassiano, a inserção do capital estrangeiro, principalmente o estadunidense, na condução e efetivação dessa política de crédito bem como de extensionismo agrícola. Nesse contexto, o autor traz a ação direta de um dos agentes estadunidenses nesse processo, que foi Nelson Rockefeller, o qual firmou convênios com governadores de estados e exerceu influência direta no processo de efetivação da extensão agrícola no país.¹³

O próprio Estado do Paraná, através de uma de suas entidades criadas para a agricultura, a EMATER, veicula em seu histórico oficial a importância e o papel dos extensionistas e técnicos, que buscavam orientar esforços para o processo de modernização da agricultura. Nestes termos, consta no site oficial da referida entidade que

A partir de meados da década de 50, no século passado, o meio rural paranaense, até então pouco conhecido, começou a ser desvendado. Os agricultores e suas famílias tiveram os primeiros contactos com extensionistas rurais. Os técnicos faziam muitas perguntas, percorriam as lavouras, olhavam as criações, analisavam as condições de vida das famílias e, principalmente, tomavam nota de tudo, também levavam informações e novidades sobre as formas de produção agrícola, saneamento, alimentação e outros temas de interesse das famílias.

¹³ OLIVEIRA, *op cit*

As anotações resultam nos documentos denominados “Realidade Municipal” com foco no rural , com informações fundamentais para o conhecimento das atividades agrícolas e das condições de vida das famílias rurais além de indicarem caminhos para a melhoria da qualidade de vida e de estratégias de “modernização” do setor rural. Esses documentos foram exaustivamente utilizados na formulação de planos e projetos, tanto pelos extensionistas quanto por prefeituras e outras organizações privadas.¹⁴

É possível observar, diante de tal histórico, que, até a década de 1950, segundo o discurso oficial, havia pouco conhecimento dos modos como a agricultura paranaense se desenvolvia. Então, surge uma entidade capaz de desenvolver a agricultura no Paraná e que acabaria por resolver os problemas existentes no setor agrícola, levando à modernização. Outro ponto é a relevância dada ao tema da modernização, que somente a partir da criação da instituição, de acordo com o histórico oficial, é que foi possível a implementação do processo modernizante no meio rural paranaense.

Outras entidades foram criadas a partir de acordos entre o governo brasileiro e o governo estadunidense, dentre as quais destaca-se o ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano. De acordo com os estudos de Sonia Regina de Mendonça

¹⁴Sítio da EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Histórico da Extensão Rural Oficial*. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em 19/10/2013.

[...] os quadros do ETA definiam como seu objetivo “*contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos*”, mediante projetos específicos junto a áreas como a Extensão e o Crédito Rural subsidiado. Nesse sentido, ele desenvolveu inúmeros projetos – contratados tanto por entidades públicas, quanto privadas – funcionando mediante seu assessoramento e/ ou financiamento e não mais [...] por intermédio de medidas e ações unificadas que configuravam um programa geral de cooperação. Esses projetos abrangiam iniciativas junto a todas as unidades da federação brasileira e incidiam sobre os mais distintos âmbitos do universo agrário, envolvendo desde o fomento à produção agropecuária e a conservação de recursos naturais até – e, sobretudo – auxílio técnico – “educativo” a comunidades locais rurais.¹⁵

Por meio dessas informações podemos perceber que houve uma grande participação dos EUA nas atividades produtivas em vários países da América Latina, de tal modo que técnicos estadunidenses estiveram presentes no desenvolvimento de projetos e no estabelecimento de práticas no setor agrícola brasileiro.

A partir do que foi apresentado até aqui é possível verificar que as pesquisas que foram desenvolvidas sobre o tema da modernização da agricultura concordam que a década de 1960 foi um momento definidor dos rumos desse processo. O que explica esse direcionamento é o fato de que, a partir desse momento, passam a ser implementadas no meio

¹⁵MENDONÇA, *op cit* p. 79 (Grifos da Autora)

rural as novas técnicas, novos insumos e maquinários. Por sua vez, isso não é uma novidade, pois em períodos anteriores da história do Brasil também existiram esforços e políticas voltadas a modernização da agricultura. Contudo neste momento em específico a vinculação entre Estado, agências estatais, sociedades patronais, empresas multinacionais e o governo estadunidense passam a atuar conjuntamente objetivando realizar a referida modernização. Outro ponto a se salientar dentro dessa convergência é o fato de que a industrialização no Brasil, através do discurso oficial, passa a ter um caráter de indispensabilidade, que fica mais evidente a partir do governo de Juscelino Kubitschek na década de 1950, com o discurso e projeto altamente ideologizante dos “cinquenta anos em cinco”.

A educação e a modernização da agricultura

O primeiro fator importante referente á educação voltada para práticas modernas na agricultura, é a compreensão dos diferentes momentos em que ela tornou-se usual para este objetivo. Em dois períodos específicos a educação teve peso direto nesse processo. O primeiro período é referente ao pós abolição do trabalho escravo e o segundo efetivou-se a partir de 1930 mais incisivamente no período após a Segunda Guerra Mundial, onde diferentes sujeitos e interesses

permearam as disputas em torno do projeto modernizador da agricultura.¹⁶

Com referência ao primeiro período, após a abolição do trabalho escravo no Brasil, a preocupação inicial dos grandes proprietários de terra, era buscar alternativas para manter os trabalhadores no campo. Nesse período se implantaram as primeiras políticas voltadas para a qualificação do trabalhador rural, pautadas na superação das formas de produção apresentadas e consideradas atrasadas. Tais políticas foram implementadas inicialmente pelo MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1910, o qual buscou congregar e efetivar os interesses da burguesia agrária brasileira.¹⁷

Sonia Regina de Mendonça destaca que nesse período foram criadas diversas unidades de ensino agrícola, como os *Aprendizados* e os *Patronatos Agrícolas*.¹⁸ Organizados pelo MAIC, essas instituições buscavam “ensinar” os alunos de séries iniciais, noções de trato com a terra, bem como prepará-los para o trabalho na agricultura moderna no objetivo da superação do atraso.

Já no que se refere ao período que se inicia a partir da década de 1930, este pode ser dividido em outros dois períodos: o primeiro de 1930 a 1945; e o segundo posterior a Segunda Guerra Mundial. Porém,

¹⁶MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007.

¹⁷idem

¹⁸Ibidem

ambos são em parte semelhantes no tocante a atuação de organismos e organizações presentes nesse processo.

No que compreende o período de 1930 a 1945, é criado neste cenário em 1931 o Ministério da Educação e Saúde – MES, que passa a coordenar os projetos voltados a educação. A partir disso surgem atritos entre o MAIC, que até então era o órgão que desenvolvia as políticas referentes à educação rural, e o MES, que interfere diretamente nos projetos voltados para a educação rural, com destaque para a busca por uma educação mais voltada para a alfabetização, ao contrário da educação voltada para a qualificação e preparação da mão-de-obra.

Nesse contexto, Sonia Regina de Mendonça chama atenção para os atritos existentes entre as frações da classe dominante no Brasil, sendo que tais estão ligados a burguesia urbana, em torno do MES e a burguesia agrária arregimentada em torno do MAIC. Para tanto, observa a disputa entre o modelo de educação defendido por esses dois grupos e os ministérios do Estado que ambas ocupavam. De um lado o Ministério da Educação e Saúde possuía um orçamento mais volumoso e visava desenvolver um ensino o qual buscasse contemplar sua parcela dominante, com uma abordagem mais pautada no conhecimento político, com objetivo de formar novos dirigentes que defenderiam seus interesses, diferente do modelo veiculado pelo MAIC, voltado mais especificamente a formação de mão de obra especializada. Assim Ministério da Agricultura, dominado pela burguesia agrária, via seus recursos diminutos, e o consequente estrangulamento de seu projeto.

Dentro desse contexto a autora destaca que o fato do envio de escassos recursos por parte do Ministério da Educação, para a manutenção das escolas agrícolas, dificultou a sua manutenção.¹⁹

A disputa Ministério da Agricultura *versus* Ministério da Educação ganharia novos contornos a partir do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra, do qual resultou a assinatura do primeiro dos tratados firmados entre aquele país e a *Pasta da Produção*, dando origem à Comissão Brasileiro-Americana para a Produção de Gêneros Alimentícios, em 1942. Esta, através de recursos norte-americanos, atuaria junto às instituições de ensino agrícola incrementando a formação de trabalhadores rurais destinados a maximizarem a produção dos gêneros de primeira necessidade necessários ao “esforço de guerra”.²⁰

A partir da assinatura desse tratado, como enfatiza Mendonça, é que a influência e ação estadunidense, no tocante a educação rural no país se faria mais efetivamente. Os EUA, através de acordos firmados com o governo brasileiro, passam a financiar a pasta de agricultura com o objetivo de criar mais estabelecimentos de ensino agrícola no país. Tais estabelecimentos foram as *Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas, Escolas Agrotécnicas, Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão e Centros de Treinamento*²¹, os quais tinham

¹⁹ MENDONÇA, *op cit*, p. 64-65

²⁰ MENDONÇA, *op cit*, p. 66

²¹ MENDONÇA, *op cit*, p. 72

como função prover educação agrícola desde as séries iniciais até cursos mais avançados sobre a agricultura e suas técnicas modernas.

Ainda dentro desse contexto, houve o incentivo pelo Ministério da Agricultura para a formação dos *Clubes Agrícolas*, que segundo Mendonça

[...] acabou por introduzir uma nova duplicidade junto ao já dicotômico sistema de ensino brasileiro, uma vez que, embora definidos como entidades “extra-escolares”, incumbidas de divulgar conhecimento sobre a vida no campo, funcionavam em anexo às escolas primárias da zona rural e, em certos casos da própria cidade²².

A partir disso, observa-se que o ensino agrícola buscou, através da ação do Ministério da Agricultura, ampliar seus tentáculos para além das instituições de ensino oficiais, para que assim, o ideal modernizante se fizesse presente nas mais distintas relações sociais dos sujeitos envolvidos.

Como enfatizado, o interesse estadunidense com referência a educação rural já se fazia perceber durante o período da Segunda Guerra Mundial. Com o conseqüente fim do conflito a ação dos EUA tem um crescente aumento com a firmação de novos acordos entre governo brasileiro e estadunidense, principalmente ligados a pasta de agricultura. Entre esses acordos, o mais expressivo e que possuía ação

²² MENDONÇA, *op cit*, p. 74

direta sobre a agricultura foi o já citado ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano, que objetivou desenvolver políticas visando a difusão da extensão agrícola, técnicas modernas de produção, etc.

Nesse contexto, a extensão agrícola também desempenhou papel importante na difusão dos ideais modernizantes por meio da educação. Através de técnicos, o produtor seria orientado sobre como fazer o uso de novas máquinas agrícolas, pois segundo essa lógica de nada adiantaria a utilização de máquinas modernas se o produtor não tivesse o conhecimento necessário para o seu manejo²³. Assim os extensionistas, além de “passar” esse conhecimento ao produtor, embutiriam a necessidade de compra dessas máquinas para o aumento da produção.

É válido salientar o claro interesse estadunidense nesse processo, via ação educacional. Tal fato se revela no contexto mundial desse período, onde o mundo estava dividido em dois grandes blocos econômicos, o socialista e o capitalista. Assim, o interesse dos EUA, além do aumento de sua área de ação econômica, visava a difusão do pensamento capitalista em oposição ao socialismo.

Já no que é referente ao Estado do Paraná, as políticas educacionais voltadas para a área rural não se diferiam das práticas nacionais. Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza destacam que

“[...] com Munhoz da Rocha, apareceram as Escolas de Pesca e Trabalhadores Rurais e os serviços de Publicidade Agrícola, sempre na intenção de fornecer orientação técnica ao trabalhador rural e dar um *novo impulso aqueles que até hoje se guiavam por métodos empíricos e rotineiros*. Dessa forma, a transmissão de práticas de higienização e disciplinarização das novas populações completava a obra de ocupação e povoamento.”²⁴

Observa-se a preocupação em relação aos métodos que até então eram utilizados e a necessidade de superá-los – discurso que se assemelha com o citado histórico oficial da EMATER – como também a busca por práticas de higienização e a disciplinarização da população rural. Ou seja, a preocupação com a disciplina tem ligação direta com o contexto nacional e mundial.

Conclusão

As políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura, em âmbito nacional e estadual, estiveram ligadas aos interesses econômicos nacionais e internacionais, visando de maneira

²³ OLIVEIRA, *op cit*

²⁴ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. Planejamento Educacional e Movimentos Intelectuais. In: *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba – SEED, 2001. p. 105

particular a ampliação do modo de produção capitalista a partir do fomento de um modelo específico de atividade agrícola.

Contudo, como o evidenciado pelos estudos analisados, a modernização da agricultura não pode ter seu processo relegado somente a partir da década de 1950, com a introdução de maquinários e novas técnicas na atividade produtivas. Como verificado, o processo de modernização da agricultura já vinha sendo implantado em períodos anteriores, através políticas educacionais que primeiramente buscavam manter o trabalhador rural no espaço agrário dando-lhes “instrução” acerca do processo produtivo. Dessa forma, nos anos 1930 até 1950, como consagrado por parte da historiografia como a efetiva modernização da agricultura, por políticas que objetivaram preparar o trabalhador/produtor rural para a utilização dessas novas técnicas e maquinários, bem como estas buscaram manter o controle destes trabalhadores sobre a égide do Estado.

Referências

CAMPOS, Margarida Cassia. *Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná*. Revista Geografar, v.6, n.1, p. 161-191, jun./2011. p. 179. Disponível em:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/view/21808/14203>, acesso em 29/09/2013.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e políticas públicas no Brasil: uma questão conceitual. In: *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano de. *Estado, extensionismo rural e grupos dominantes agrários no Brasil (1948-1974)*. Disponível em: http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/pedroCassiano_estadoExtensionismoRural.pdf, acesso em 30/04/2014.

SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná*. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008. p. 246. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2008/santos_ra_dr_prud.pdf, acesso em 29/09/2013.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Sítio da EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Histórico da Extensão Rural Oficial. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>>. Acesso em 23/10/2013.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. Planejamento Educacional e Movimentos Intelectuais. In: *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba – SEED, 2001.

ZAAR, Miriam Hermi. *A produção do espaço agrário da colonização a modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 1999.

ACARPA e CLUBES 4-S: a modernização da agricultura em Marechal Cândido Rondon/PR (1960-1970)

Cíntia Wolfart ¹

Resumo: A cidade de Marechal Cândido Rondon está inserida numa região com alto índice populacional rural e tem uma economia com forte relação com a agricultura. Pode-se dizer que o Oeste do Paraná é um pólo da *agroindústria* ou *agronegócio*. Denota-se isso em diversos eventos e reuniões que possuem como tema o *agronegócio*. Esta região recebeu volumosos incentivos à “modernização” da agricultura por parte do Estado, por meio de instituições governamentais como a Acarpa (Emater), bem como, por organizações não governamentais, cooperativas, como a Copagril, além dos sindicatos, associações de produtores rurais, Associações de Jovens Cooperativistas e clubes 4-S. Esta rede conta com canais de difusão, que são os jornais locais e regionais como “*Rondon comunicação*” e “*O Alento*”, que se responsabilizaram pela disseminação de um determinado tipo de conceito de desenvolvimento para este território. Neles é possível observar intensas propagandas movidas pelas instituições no que dizia respeito a execuções de políticas voltadas para “modernização” da agricultura nesta região. Este artigo apresenta elementos de análise sobre a influência da Acarpa e dos clubes 4-S para a “modernização” da agricultura em Marechal Cândido Rondon presentes nos jornais de circulação na cidade entre os anos de 1960 e 1970.

Palavras – Chave: Oeste do Paraná; Modernização agrícola; Estado.

Abstract: The city of Marechal Cândido Rondon is embedded in a region with high rural population index and has an economy with strong connection with agriculture. It can be said that the West of Paraná is a hub of agribusiness. We can notice this based on various events and

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

meetings that discuss and talk about the agribusiness themes. This region received massive incentives to "modernization" of agriculture by the state, through government institutions like Acarpa (Emater), as well as by non-governmental organizations, cooperatives, as Copagril, beyond the trade unions, associations of farmers, Youth Cooperativists Associations and 4-S Clubs. This network count with broadcast channels, which are local and regional newspapers as “Rondon comunicação” (Rondon Communication) and “O Alento” (The Breath), which were responsible for the spread of a particular type of concept for this area. In them it can be observed intense advertisements filed by institutions in regard to execution of policies for "modernization" of agriculture in this region. This article gives an analysis on the influence of Acarpa and 4-S Clubs for the "modernization" of agriculture in Marechal Cândido Rondon present in circulation newspapers in the city between 1960 and 1970.

Keywords: West of Paraná; Agricultural modernization; State

A “modernização” da agricultura no Oeste do Paraná, especificamente no município de Marechal Cândido Rondon, é um fenômeno relativamente recente. É a partir dos anos de 1960 que algumas empresas, como a Copagril² conjuntamente com instituições como a Acarpa³ e os clubes 4-s⁴, buscaram desenvolver uma maior

² Cooperativa Agroindustrial - COPAGRIL.

³ De acordo com o site da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) a ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) foi uma organização que liderou o processo de difusão de tecnologia nesta região a partir de 1959. Os extensionistas desenvolveram junto com agricultores práticas de implantação e manejo de lavouras e criações, estratégias de controle de pragas, sistemas e processos de manejo e conservação de solos tendo como objetivo o crescimento da produtividade. Disponível no site:

<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43%20acesso%20em%202%20de%20Janeiro%20de%202014> acessado em 11 de julho de 2014.

⁴ Segundo Leonardo Ribeiro Gomes em seu artigo intitulado “O Jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da Modernização das Práticas agrícolas em Minas Gerais nas

racionalização do empreendimento com incorporação de inovações técnicas e sofisticados métodos de preparo e cultivo do solo, além de processos de colheitas e plantios adequados a esta etapa da produção capitalista.

Segundo dados do IBGE, o município de Marechal Cândido Rondon foi colonizado na década de 1950 pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ. O Distrito, denominado General Rondon, foi oficialmente criado em 1953 e era subordinado ao município de Toledo. Somente em 1960 Marechal Cândido Rondon foi constituído como município e desmembrado, oficialmente, de Toledo. Faziam parte de seu território os seguintes distritos: Margarida, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Porto Mendes e Quatro Pontes. Atualmente, compõem a seara do município os seguintes distritos: Bom Jardim, Iguaporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Mendes e São Roque.⁵

décadas de 1950 e 1960” os 4 “S” significavam: Saber, Sentir, Saúde e Servir. A organização e formação dos Clubes 4-S em Minas Gerais mantinha estreita relação com o debate sobre Educação Rural das décadas de 1940 e 1950 naquela região, envoltas na discussão sobre o desenvolvimento e modernização econômica preconizada para áreas consideradas subdesenvolvidas. GOMES, Leonardo Ribeiro. O Jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da Modernização das Práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960 Faculdade de Educação – UFMG. 11p.

Artigo disponível no site <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04-%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS-%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/O%20JOVEM%20DOS%20CLUBES%204-S.pdf> acessado em 11 de julho de 2014.

⁵ Dados disponíveis no site do IBGE:

[http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411460&search=para na|marechal-candido-rondon|infograficos:-historico](http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411460&search=para%5Cmarechal-candido-rondon|infograficos:-historico) acessado em 29 de Janeiro de 2014.

Marechal Cândido Rondon é tradicionalmente apresentado como uma região cuja economia se baseia na agropecuária (soja, milho, trigo, mandioca, fumo, feijão, frutas, café, aves, suínos, vaca de leite). O modo de vida relacionado ao desenvolvimento da agricultura nesta região possui características de trabalho familiar. Segundo dados do IBGE, do censo agrícola do ano 2012, a soja e o milho são os grãos cultivados em maior quantidade no município. O número de áreas plantadas e colhidas que produzem o milho em lavoura temporária é de 29.400 hectares e geram, aproximadamente, 144.800 toneladas. Com relação à soja, o número de áreas plantadas e colhidas é de 26.100 hectares. Estas propriedades geram aproximadamente uma quantidade de 35.558 toneladas do produto em lavoura temporária.⁶ Marechal limita-se ao norte com o município de Mercedes, ao nordeste com Nova Santa Rosa, a leste com Quatro Pontes, a sudeste com Toledo e Ouro Verde do Oeste, a sudoeste com Pato Bragado, ao sul com São José das Palmeiras e Entre Rios do Oeste.

Nesta região, a agricultura é uma atividade que se constitui como fonte de vida e de trabalho para um número considerável de habitantes, o próprio processo de “modernização” modificou intencionalmente esta realidade. A mecanização representou a diminuição de parte significativa de postos de emprego rural e afetou a

⁶ Os dados do IBGE podem ser visualizados no site: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411460&idtema=123&search=parana|marechal-candido-rondon|lavoura-temporaria-2012> acessado em 25 de Janeiro de 2014.

população com o movimento e trânsito de agricultores com o êxodo rural. Esta realidade estabeleceu novas dinâmicas ao perfil regional.

Como mencionado no início deste artigo, a discussão sobre a chamada “modernização” da agricultura foi amplamente divulgada em alguns jornais da região que registraram a construção histórica ora mencionada. Esta pesquisa que se encontra em sua fase inicial, apresenta alguns resultados a partir da análise de alguns fragmentos presentes nos referidos jornais locais. Trata-se de um acervo que, na atualidade, pode constituir em um rico material para o estudo e quantificação desta realidade. Esses periódicos, principal fonte histórica para esta pesquisa se localizam no Centro de Documentação do Oeste do Paraná (CEPEDAL), na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. Pode-se dizer que, os meios de informação da época, principalmente o rádio e os jornais diários locais, foram importantes veículos de difusão das novas estratégias produtivas destinadas aos agricultores. De fontes de informações, hoje este material constitui possibilidade de fonte histórica.

Nestas fontes pesquisadas, como por exemplo, o jornal “*O Alento*”, observam-se informações relacionadas ao êxodo rural no Paraná, demonstrando certa preocupação com relação a este contexto. O referido jornal apresenta dados desta realidade que possibilitam supor que a “modernização” agrícola impactou diretamente os trabalhadores rurais. Podendo, inclusive, ser um fator que levou muitos desses

trabalhadores a buscarem outras possibilidades de trabalho, em outros lugares.

Em Curitiba, o Departamento de Pesquisa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná fez um levantamento das favelas e constatou a seguinte realidade: mais de 90% dos moradores procedem do campo e nos onze mil barracos que cercam a capital, residem nada menos de 88 mil agricultores, hoje favelados (CEI, n. 146, Janeiro de 1979, pag.9). A pesquisa está sendo feita para apurar as causas do êxodo rural e da marginalização urbana.⁷

Trata-se de um dado relevante, mas não definitivo. Embora elaborado com o objetivo de incluir certa dose de objetividade sobre um aspecto específico da vida nas zonas periféricas de grandes cidades, não se pode deixar de levar em consideração outros fatores.

Sirlei de Fátima de Souza, em sua dissertação de mestrado intitulada “Tradição X Modernização no Processo Produtivo Rural: Os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)”, realizou uma abordagem sobre os conflitos que, de forma direta e indireta, estavam atrelados ao processo de modernização da agricultura em Passo Fundo e seus desdobramentos com relação aos trabalhadores rurais.

Segundo de Souza,

⁷ Jornal “**O Alento**”. Marechal Cândido Rondon, Ano: I; Número: 12. Data: 13/10 À 18/10/79; Assunto: Êxodo Rural. Jornal disponível para consulta no Centro de Documentação do Oeste do Paraná – CEPEDAL, localizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no campus de Marechal Cândido Rondon.

Com o processo de modernização agrícola, a pequena propriedade passou por reestruturações (...), e a terra, bem como a maneira de nela produzir, passou a ter um custo elevado, exigindo investimentos financeiros e orientações técnicas, o que, por consequência, levou a um maior contato com o meio urbano e também provocou o êxodo rural.⁸

A “modernização” da agricultura, nos termos mencionados, pode ser definida, segundo Argemiro Jacob Brum⁹, como um processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção, bem como, modificações nas relações sociais de produção, cujo objetivo principal da produção agropecuária passou a ser somente o lucro. No entanto esse fenômeno deve ser percebido dentro do contexto da economia mundial e da estratégia de sua expansão no pós-guerra.¹⁰

Nesse sentido, para Argemiro Brum, a “modernização” da agricultura no Brasil esteve ligada a mudanças econômicas ocorridas no mundo pós Segunda Guerra Mundial, momento em que os Estados Unidos se consolidaram como potência hegemônica no mundo capitalista – ainda que rivalizasse com o socialismo da URSS durante a chamada guerra fria - e provedor de recursos materiais e intelectuais

⁸ SOUZA, Sirlei de Fátima. **Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)**. Dissertação (Mestrado na área de História Regional) – Universidade de Passo Fundo. Rio grande do Sul, 2003, p.68.

⁹ BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura**: Trigo e Soja. Ijuí, RS, 1988.

¹⁰ BRUM, 1988, p. 66.

para a reconstrução dos países diretamente envolvidos no contexto da guerra. Esse evento alterou profundamente a estrutura do poder econômico mundial e coincide com o período em que a hegemonia das grandes corporações transnacionais, ou multinacionais, e a integração econômica mundial, subordinou e transformou agências do Estado em executores de seus interesses.¹¹

Tanto Argemiro Brum, quanto Clovis Tadeu Alves analisaram o processo da “modernização” da agricultura no Brasil a partir do contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Já outros autores, como Peter Houtzager e Octavio Ianni, analisaram a “modernização” a partir da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).¹²

Segundo Brum, o programa “Revolução Verde”¹³, ainda no decurso da Segunda Guerra Mundial, e durante a ascensão e desenvolvimento da guerra fria, idealizado e patrocinado inicialmente pelo grupo Rockefeller¹⁴ dos Estados Unidos, teve como objetivo inicial

¹¹ BRUM, 1988, p. 31,32.

¹² HOUTZAGER, Peter P. **Os últimos cidadãos**: conflito e modernização no Brasil rural (1964 – 1995). São Paulo, 2004, p. 50.

¹³ Ao discutir o conceito de “Revolução Verde”, tanto Brum quanto Alves indicam que ela pode ser caracterizada como um “programa orientado e constituído, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola no mundo. Para isso, desenvolveram novas tecnologias, integrando todo um complexo sistema de apoio. A agricultura não poderia mais ter uma relação social e tradicional do agricultor com a terra e, sim, uma relação complexa entre o agricultor, o mercado financeiro (bancos), a indústria metal-mecânica (maquinas e equipamentos agrícolas), a indústria química (fertilizantes e defensivos agrícolas) e a indústria de pesquisa de tecnologia agrícola.” ALVES, Clovis Tadeu. **A revolução verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre, 2003, p. 26.

¹⁴ O poderoso grupo econômico Rockefeller, tinha sua sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Patrocinou projetos-piloto em determinados países, estrategicamente

contribuir para o aumento da produtividade agrícola no mundo através de experiências no campo, como a criação de sementes adequadas às condições climáticas e do solo. Além disso, objetivou difundir a descoberta e aplicação de tecnologias mais modernas, fomentadas segundo interesses capitalistas. Apesar de apresentar, em aparência, um apelo humanitário, estes agentes promotores da nova pauta para a agricultura mundial, especificamente aos países compreendidos no raio de influência estadunidense, ocultavam poderosos interesses econômicos e políticos de expansão de grandes corporações.¹⁵

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, portanto, as grandes corporações garantiram a expansão de seu capital através do financiamento e incentivo a “modernização” da agricultura nos países “subdesenvolvidos” ou “países periféricos”. No Brasil, a “modernização” da agricultura e a industrialização se iniciaram durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Segundo Alves, essas

selecionados, como o México, as Filipinas, o Brasil e Estados Unidos. Nesses países foram realizadas pesquisas e experiências com produtos agrícolas, bem como, desenvolveu-se intervenções controladas no processo de produção agrícola, criteriosamente planejada e habilmente executada pelas grandes corporações. Consultar BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Ijuí, RS, 1988, p. 44,45. Segundo Alves, o direcionamento do capital internacional, especialmente o americano para a agricultura brasileira aprofundou-se com o auxílio da Fundação Rockefeller, principalmente com Nelson. Através da criação de uma instituição filantrópica chamada American International Association for Economic and Social Development (AIA). Esta instituição foi financiadora e pretadora de assistência técnica de programas de extensão rural, como os clubes 4-S no Brasil. Consultar ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre, 2013.

¹⁵ BRUM, 1988, p. 44.

décadas são marcadas por “problemas agrícolas” no país, fruto das condições climáticas e pela dificuldade interna em suprir a demanda dos produtos da agricultura de clima temperado, além de excesso de oferta da agricultura de clima tropical. Deste modo, o Estado procurou investir na industrialização, como forma de equilibrar o contexto produtivo, mas especificamente na diversificação de produtos e aumento da produtividade. Para tanto incentivou a importação de uma tecnologia adequada para a agricultura brasileira.¹⁶

Conforme Brum, o grande impulso dado a “Revolução Verde” ocorreu a partir de 1965,¹⁷ momento em que o Brasil vivia a ditadura civil-militar (1964-1985). Sob a influência das grandes corporações transnacionais e multinacionais, ocorreu certa rearticulação da estratégia da produção de alimentos no mundo. Nesta fase, três fatores se combinaram: a difusão da “Revolução Verde” a nível mundial, a mudança da política econômica de exportações de cereais, introduzida pelo governo estadunidense, chefiado pelo presidente Lindon Johnson e a internacionalização da pesquisa agrícola.¹⁸

A internacionalização da pesquisa agrícola consistiu em um meio eficiente do processo de “modernização” da agricultura, bem como, um elemento que intensificou a dependência dos países

¹⁶ ALVES, 2013, p. 54.

¹⁷No Brasil os canais da implantação da “Revolução Verde” foram os programas patrocinados pelo governo norte americano: “Aliança para o Progresso” e “Alimentos para a Paz”.

¹⁸ BRUM, 1988, p.48.

periféricos em relação às grandes corporações transnacionais que comandavam o processo. No Brasil, durante a década de 1970, reestruturou-se e dinamizou-se o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, através da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) vinculada ao Ministério da Agricultura. Este sistema se estendeu por diversos Estados, através da criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Tal sistema pretendia deter o controle da articulação dos produtores, à iniciação de novas culturas agrícolas, outros procedimentos no campo e orientação alimentar.¹⁹

Nos anos de 1960 e 1970, surgiram novas formas de reprodução das relações de produção, e novas formas de produzir o espaço agrário no Oeste do Paraná. Nesse período, o Brasil, articulado à economia mundial, desenvolveu políticas que promoveram a expansão do cultivo de trigo e da soja. O objetivo da produção do trigo era diminuir as importações desse produto, e a produção da soja tinha como finalidade a exportação.²⁰ Assim, a “modernização” da agricultura na região, ocorreu com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura.

¹⁹ BRUM, 1988, p. 49.

²⁰ ZAAR, Miriam Hermi. **A produção do espaço agrário da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu**. Cascavel, 1999, p. 29-30. Importante observar que a difusão do consumo do trigo e da soja ocorreu devido à introdução e da consolidação de novos padrões alimentares ditados por alguns países como o dos Estados Unidos.

A Acarpa articulada a Copagril e a outros grupos, como por exemplo, aos clubes 4-S lideraram o processo de difusão das tecnologias nesta região e especificamente no Município de Marechal Cândido Rondon. Propagaram novas práticas de manejo com a lavoura, criações, estratégias de controle de pragas, sistemas e processos de manejo e conservação de solos, tidas como fundamentais para o aumento da produtividade.²¹

Estas informações, por vezes, foram difundidas pelas agências de extensão rural, educação e pesquisa, como também, por clubes 4-S que tinham como intuito levar sugestões de melhoramento e aumento da produtividade, vinculadas a proposta de aprimoramento do nível de vida da população rural.

Nos jornais locais, como “*Rondon Comunicação*”, é possível visualizar uma grande aproximação entre a agência de extensão rural, no caso a Acarpa, e as cooperativas locais, como a Copagril. O referido jornal, em um recorte específico, publicado em 1974, apresentou informações sobre as atividades desenvolvidas pelos técnicos da Copagril e da Acarpa em diversos distritos da região.

Os técnicos da COPAGRIL e da ACARPA se deslocarão à diversos distritos do nosso município e mesmo em outros municípios pertencentes à área de responsabilidade da Cooperativa, com o objetivo de

²¹ Informações consultadas no site da EMATER-PR disponível no site: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43> acessado em 11 de julho de 2014.

levar novos conhecimentos tecnológicos e debater os problemas técnicos existentes com as atividades agropecuárias.

Esta caravana será composta de quatro engenheiros agrônomos, um médico veterinário, um zootecnista e um técnico agrícola. Em nove localidades proferirão palestras e estarão á disposição dos agricultores para informar ou responder sobre questões que foram levantadas pelos presentes.

Os temas a serem abordados mais pormenorizadamente versarão sobre a cultura da soja, nos seus mais diversos aspectos como: semente, variedades, inoculação, tratamento com fungicidas, adubação, calagem, inoculação, conservação do solo, tratamento contra pragas e doenças. Outros temas serão enfocados, tais como, diversificação da Propriedade, Alimentação e Manejo em Suinocultura, Higiene e Profilaxia na criação de suínos e liderança.”

Nos dias atuais, quando o amadorismo na agricultura cede lugar à racionalidade e a agricultura de subsistência tende a empresa econômica e produtiva, o conhecimento e a atualização de modernas técnicas agronômicas é fundamental para o agricultor. Com esse pensamento os técnicos que prestam seus serviços nesta região dispuseram-se a realizar mais este trabalho e esperam receber o apoio necessário e receptividade.²²

²² Jornal “**Rondon Comunicação**”. Marechal Cândido Rondon, Ano: I; número: 30. 19 De Outubro De 1974. Assunto: caravanas técnicas. Jornal disponível para consulta no Centro de Documentação do Oeste do Paraná – CEPEDAL, localizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no campus de Marechal Cândido Rondon.

Avaliando a informação proporcionada pelo jornal “*Rondon Comunicação*”, podemos visualizar alguns dos objetivos fundamentais das agências de extensão rural, quais sejam; disseminar novos conhecimentos tecnológicos; novas formas de manejo com as sementes e tratamento das mesmas; conservação do solo; combate aos insetos. Ademais, pode-se dizer que o principal objetivo era que o agricultor desenvolvesse uma nova racionalidade, diferente daquela que ele apresentava anteriormente. Trata-se de uma racionalidade do lucro, como define Brum, cujo objetivo passa a ser a acumulação. Do mesmo modo, acrescenta que a agricultura passa a ser uma atividade crescentemente empresarial e se transformou num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria. Diga-se de passagem, trata-se de multinacionais.

Deste modo, uma maneira de conquistar o agricultor e convencê-lo a adotar novas técnicas agrícolas, aumentar sua produtividade e como provável consequência o seu lucro, era através das visitas feitas pelos técnicos da Acarpa e da Copagril aos trabalhadores rurais. No entanto, estas agências esperavam receber apoio e atenção por parte dos agricultores. Assim, também utilizavam os meios de comunicação que eram os Jornais locais, como uma tentativa de disseminar essa nova racionalidade.

Além das atividades desenvolvidas pela Acarpa e pela Copagril, os clubes 4-S também desenvolveram seus trabalhos de extensão nesta região, principalmente com jovens, geralmente filhos de

agricultores. Esses clubes eram outra alternativa para convencer os agricultores a adotarem as novas tecnologias. Desenvolveram um trabalho “educativo” relacionado ao manuseio dos novos equipamentos, cujo alvo era os jovens, futuros empresários rurais.

O processo da “modernização” agrícola na região estudada além de ter impactado e modificado as relações sociais de produção, transformou as técnicas de produção, como foi discutido anteriormente. O Jornal “*Rondon Comunicação*” expressou o impacto dessas transformações capitalistas nas próprias condições de vida do meio rural.

Foi então que surgiu o cultivo da soja e, decorridos alguns anos, tivemos uma modificação violenta nas condições de vida do meio rural, com reflexo em todos setores de atividade, quer comércio, indústria ou atividades privadas. Hoje, a mecanização da lavoura tornou a agricultura num rendoso negócio, atraindo a atenção de todos que tenham conhecimento do que se faz em nosso município, bem como em toda a região do oeste do Paraná. Tudo isso se deve a versatilidade de nossos agricultores, ou seja a tendência que possuem de adotar a técnica que lhes proporcione melhores resultados. O meio rural de nosso município se caracteriza pela agricultura em franco desenvolvimento, modernas técnicas, manejos adequados e agricultores que procuram saber e aplicar as renovações agrícolas e vão mais além, com um bom esclarecimento sobre mercado interno,

e até externo, dos principais produtos agrícolas, regionais. Estas são as características que os diferencia das demais regiões brasileiras que, em geral mal informados persistem em não aceitar as palavras dos Engenheiros Agrônomos e continuam numa agricultura rudimentar, em consequências paralisam no tempo, constituindo o principal entrave ao desenvolvimento agropecuário brasileiro.”²³

O meio rural do município de Marechal Cândido Rondon é apresentado pelo referido jornal em 1975 como avançado em relação a outras regiões do Brasil. Essa era a imagem que os meios de comunicação e os técnicos agrícolas pretendiam comunicar, uma vez que poderia influenciar no modo como as pessoas percebiam o desenvolvimento do município e do meio rural rondonense. A tentativa também era de mostrar uma opinião positiva do processo de “modernização” da agricultura local e desenvolver uma maior credibilidade de suas ações.

O trecho analisado também permite identificar que as propostas difundidas pelas agências de educação e de pesquisa, apresentadas nos jornais locais, tinham o intuito de levar sugestões de melhoramento da produtividade e do nível de vida da população rural. Tais práticas eram sustentadas na proposta de que a adoção de novas

²³ Jornal “**Rondon Comunicação**”. Marechal Cândido Rondon, Ano: II; Número: 52. 22 De Março de 1975. Assunto da fonte: O Progresso que vem da terra. Jornal disponível para consulta no Centro de Documentação do Oeste do Paraná – CEPEDAL, localizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no campus de Marechal Cândido Rondon.

formas de trabalho, manejo com a terra e com a produção seriam responsáveis por melhorar a vida daqueles que adotassem os novos métodos difundidos, pois como o próprio jornal apresentou os técnicos relacionados às empresas de extensão rural, além de oferecer novas possibilidades técnicas, possuíam o conhecimento complementar e necessário sobre as oscilações dos produtos no mercado. Trata-se, também, de uma estratégia de integração ao mercado.

Todo este modelo posto em prática desde o sul até o norte brasileiro, não só contribui com o desenvolvimento da agricultura, mas também para a valorização do homem do campo. Com maiores recursos financeiro e a assistência técnica, o homem recebe condições humanas de trabalho e progresso e o mais importante, a informação tão necessária nos dias de hoje.

O trabalho conjunto da EMBRATER, cooperativas e outros órgãos como INAN, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, fazem com que o nosso agricultor de hoje seja homem tão bem assistido como homem dos centros urbanos. Os meios de comunicação e a eletrificação rural muito tem contribuído com este trabalho.

Apesar de nos caracterizarmos por uma agricultura não muito tecnificada, as condições de vida no meio rural, hoje, difere, e bastante, de uns dez anos atrás. A que devemos isto? Em primeiro lugar a iniciativa governamental que tem criado inúmeros programas de desenvolvimento, com financiamentos a longo prazo e juros baixos; em segundo lugar, as cooperativas e órgãos de assistência Técnica que conduzem estes programas até a lavoura e em terceiro, ao agricultor que tem tido interesse em

melhorar a sua propriedade, aderindo-se facilmente aos programas.

Esta interação, ou trabalho conjunto é característica de que estamos desenvolvendo a nossa agricultura e quanto mais o agricultor colaborar na técnica da lavoura mais receberá sob a forma de assistência Técnica e Estímulos do Governo.²⁴

As propostas modernizantes apresentadas, como se pode concluir a partir da citação anterior, apresentaram uma visão relativamente conservadora da questão agrária. Revela-se, ademais, como uma estratégia de inserção dos pequenos produtores a lógica de mercado. Na citação observa-se, também, que a valorização do homem do campo só ocorre a partir do momento em que ele “colabora” através da técnica de sua lavoura e integra-se, por fim, aos anseios da circulação de mercadorias do meio urbano. Consequentemente, ao adotar essas novas tecnologias o trabalhador rural melhoraria a sua propriedade, receberia maior assistência do governo e dos técnicos agrícolas, exímios portadores dos conhecimentos necessários para a implantação do processo.

Maria Yeda Linhares, em sua obra *“Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil”* avaliou que as visões conservadoras da questão agrária davam ênfase, e ainda o fazem, aos

²⁴ Jornal **“Rondon Comunicação”**. Marechal Cândido Rondon. Ano: III; Número: 99; Data: 06 De Março De 1976. Assunto: Assistência Técnica Ao Meio Rural Terá 535 Milhões Em 1976. Jornal disponível para consulta no Centro de Documentação do Oeste do Paraná – CEPEDAL, localizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no campus de Marechal Cândido Rondon.

aspectos técnicos, com o objetivo de despolitizar o problema e até mesmo, transferir para o trabalhador rural a carga da sua pobreza.²⁵ Deste modo, esse pensamento conservador sobre o trabalhador do campo, leva o fortalecimento de estereótipos como, por exemplo, “aquele que não adota aos novos métodos passa a ser considerado atrasado e/ou ignorante”.

O aumento da produtividade, o “progresso” e “desenvolvimento” da agricultura, mediados por certos conhecimentos restritos ao panorama técnico era um dos principais objetivos dos órgãos governamentais e não governamentais, cooperativas e outras instituições, através da estratégia da “modernização” agrícola. A utilização de métodos mais modernos, técnicas, equipamentos e insumos era um objetivo a ser realizado. Nesse sentido, como vimos anteriormente, os meios utilizados para informar, ou até mesmo convencer que a “modernização” era o caminho a ser seguido foram os canais de comunicação, como por exemplo, jornais locais e regionais, cooperativas, sindicatos, associações de produtores, empresas privadas, entre outras organizações governamentais e não governamentais.

²⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p.143.

Referências

ALVES, Clovis Tadeu. **A revolução verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre, 2003.

BRUM, Argemiro jacob. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Ijuí, RS, 1988.

GOMES, Leonardo Ribeiro. **O Jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da Modernização das Práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960**. UFMG. Minas Gerais. Artigo disponível no site

<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04-%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS-%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/O%20JOVE M%20DOS%20CLUBES%204-S.pdf> acessado em 11 de julho de 2014.

HOUTZAGER, Peter P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964 – 1995)**. São Paulo, 2004.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999,

SOUZA, Sirlei de Fátima. **Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)**.

Dissertação (Mestrado na área de História Regional) – Universidade de Passo Fundo. Rio grande do Sul, 2003.

ZAAR, Miriam Hermi. **A produção do espaço agrário da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu.** Cascavel, 1999.

Sites pesquisados

Emater:

<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>

IBGE:<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411460&search=parana|marechal-candido-rondon|infograficos:-historico>

Fontes analisadas

Jornal “**Rondon Comunicação**”. Marechal Cândido Rondon, Ano: I; número: 30. Data: 19 De Outubro De 1974.

Jornal “**Rondon Comunicação**”. Marechal Cândido Rondon, Ano: II; Número: 52. Data: 22 De Março de 1975.

Jornal “**Rondon Comunicação**”. Marechal Cândido Rondon. Ano: III; Número: 99. Data: 06 De Março de 1976.

Jornal “**O Alento**”. Marechal Cândido Rondon, Ano: I; Número: 12. Data: 13/10 À 18/10/79.

Estado e questão agrária: o processo de modernização da agricultura no oeste do Paraná (1960-1990)

Simone Cristina dos Santos¹

Resumo: Este artigo pretende analisar as relações entre os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais do processo de mecanização da agricultura no Oeste do estado do Paraná durante os anos de 1960 a 1990. Desta forma, analisaremos os conflitos correlacionados a esse processo, o qual esteve diretamente vinculado ao ciclo de desenvolvimento capitalista característico do período. Ao longo do artigo serão abordados assuntos como o *desmatamento sem controle*, a implantação e implementação de novas técnicas e tecnologias de produção, a aplicação exagerada e sem métodos seguros de agrotóxicos nas lavouras e os conflitos fundiários.

Palavra-chave: Modernização; Agricultura; Agrotóxicos

Abstract: This article analyzes the relationship between the historical, economic, political and social aspects of the process of mechanization of agriculture in western Parana State during the years 1960 to 1990. This way, we will analyze the conflicts related to this process, the which was directly linked to the characteristic of capitalist development the period cycle. Thus, throughout the article issues like deforestation without control, deployment and implementation of new production techniques and technologies, over-treatment and no safe methods of pesticides in crops land conflicts are addressed.

Keyword: Modernization; Agriculture; pesticides

¹Aluna do curso de História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Bolsista de Iniciação Científica Fundação Araucária.

Introdução

Este artigo tem como proposta analisar o projeto de modernização da agricultura implantado no Oeste do Paraná entre as décadas de 1960 e 1990. Buscaremos analisar o processo de recepção e implantação das propostas de modernização, assim como as pesquisas e atuações de agências difusoras como mídia, institutos de pesquisa, cooperativas, agências de Estado, institutos agrícolas e outros mais. Para dar conta do objetivo apontado, o artigo será dividido em três partes. Na primeira delas será abordado o contexto histórico e social da região oeste do Paraná no período em análise. Assim, serão abordados assuntos como as disputas entre diversas concepções sobre o trabalho e a produção, os conflitos relacionados ao processo de implantação de novas tecnologias no campo, suas consequências políticas, econômicas e sociais. Além disso, também procuramos compreender o modo como os camponeses da região lidaram com a modernização, a forma como receberam as propostas modernizadoras, como as assimilaram e as suas ações de resistência ao processo.

Em um segundo momento do texto o objetivo é analisar a modernização da agricultura a partir das propagandas produzidas e de sua divulgação em jornais de circulação local, tais como: *Jornal O Alento*, *Informativo Copagril*, *Jornal O Presente* e *Jornal Rondon Comunicação*. Uma análise inicial realizada nestas fontes indica que

grande parte das notícias veiculadas por estes jornais buscavam tornar a incorporação das novas técnicas mais atraentes para os agricultores. Desta forma percebemos que as matérias jornalísticas e de propaganda buscavam questões referentes a modernização da agricultura e incentivavam os agricultores a acompanhar as novas exigências, incorporar novos métodos de trabalho, abandonando antigos saberes para, assim, se adequarem as exigências do mercado.

A análise das fontes indica que um dos objetivos do projeto de modernização da agricultura era a constituição de novos padrões de comportamento e trabalho aos trabalhadores rurais, ou seja, uma busca por “modelos” de perfis dos novos trabalhadores rurais indicando a adoção de novas práticas e hábitos cotidianos e a negação dos saberes históricos comuns ao campesinato. Estes novos hábitos e práticas eram apresentados como sinônimos de civilidade e desenvolvimento. Neste sentido se nota os esforços feitos em perspectiva da educação rural por meio de construção de escolas técnicas voltadas a preparar os filhos dos agricultores no uso das novas técnicas. Igualmente é possível perceber que o projeto de modernização estava vinculado aos interesses de grupos sociais que organizavam-se em diferentes instituições como cooperativas, sindicatos, associações de produtores, empresas privadas, entre outras organizações governamentais e não governamentais.

Cabe destacar ainda que a implantação do projeto de modernização da agricultura no Oeste do Paraná produziu transformações políticas, econômicas e sociais, as quais não foram tão

favoráveis à região e sua população como às agências de difusão fazem crer, pois, entre outras coisas, foi responsável por aprofundar ainda mais as desigualdades sociais e os conflitos no campo.

Na terceira parte do texto serão discutidos assuntos relativos ao emprego de agrotóxicos, suas condições de uso, as consequências ambientais e sanitárias da utilização indiscriminada de pesticidas, inseticidas e herbicidas. Neste sentido a análise das fontes mostra que a introdução de agrotóxicos foi realizada de forma extensiva, tendo como grande objetivo aumentar os índices de produção, mas atenção nenhuma foi dada aos problemas decorrentes do uso descontrolado, situação que está muito presente nos jornais, uma vez que a presença de notícias relatando problemas de saúde, poluição de rios e outros mais são constantes. Assim, umas das características da modernização da agricultura foi o uso extensivo e indiscriminado de agrotóxicos com a finalidade de controlar pragas da lavoura e aumentar a produtividade. Situação que não só foi responsável por prejudicar a saúde dos agricultores, mas também impactou profundamente o meio ambiente local.

Nestes termos, se por um lado, o processo de modernização aumentou a produtividade das lavouras, por outro, levou a impactos indesejáveis tais como: a contaminação dos recursos naturais e de alimentos, doenças provocadas pelo uso de venenos, mortes resultantes dos conflitos fundiários, desemprego rural, êxodo rural e inchaço das periferias das cidades, entre outros mais.

A colonização no Paraná e os novos hábitos de vida

Nas décadas finais do século XIX o estado do Paraná foi alvo de uma série de políticas governamentais voltadas a ocupação de seu território. Segundo Valdir Gregory:

A migração em escala mais significativa só se processou já em fins do século XIX e durante o século XX [...]. O grupo alemão teria atingido 1500 pessoas dirigindo-se às margens dos rios Negros e Mafra nas proximidades de Curitiba e no planalto dos campos gerais. O grupo polonês 28000 imigrantes [...]. O grupo italiano, em torno de 15000 imigrantes [...]. O grupo ucraniano, uns 35000 imigrantes, se localizou na região de Rio Claro, Senador Correia, Cruz Machado, Prudentópolis. De modo diferente do período do Império, no início da República, o Paraná contou com mais imigrantes estrangeiros e imigrantes descendentes de europeus, para seus programas de colonização, que os outros dois estados sulinos².

Logo, um contingente variado de etnias, tanto de estrangeiros como de migrantes de outros estados do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, entre outros), atuaram na colonização do território do estado do Paraná. Segundo Gregory:

² GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Edunioeste: Cascavel, 2002, p. 34.

Os colonos de origem interna, provenientes de antigas regiões coloniais do Sul, praticamente só começaram a participação no processo de colonização do Paraná a partir da década de 1920, dirigindo-se principalmente para o Sudoeste e Oeste do Estado”³

O Paraná neste período também contava com muitos imigrantes estrangeiros e descendentes de europeus para seu programa de colonização. Assim formou-se uma “frente pioneira” de colonização no Sudoeste e Oeste do Paraná. Segundo Cecília Westphalen:

[...] uma vez que, com a proclamação da República e pela Constituição 1891 as terras devolutas passaram para o domínio dos estados, grandes áreas das terras da Região de Itaipu começaram a ser concedidas em troca da efetivação de obras públicas de acordo com a Lei de terras nº 98/ 1892. Depois as leis estaduais nº s. 1147/12 e 1642/16, possibilitando a concessão de áreas de 50 mil hectares para projetos de colonização, motivaram diversas transações fundiárias [...] Foram efetivadas grandes concessões de terras nessa área despovoada para que ocorresse a ocupação. Contudo, devido a favorecimentos a grandes empresas a colonização não foi desenvolvida como previsto [...] Não resultaram na ocupação de terra, nem na sua distribuição por colonos, pequenos proprietários. Exploraram de modo predatório as matas e os ervais [...]⁴.

³GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Edunioeste: Cascavel, 2002 P.34-35

⁴WESTHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*. Curitiba: UFPR, 1987, 1987. P:5-6

Esses seriam, segundo Westphalen, os primórdios da colonização moderna. A colonização das terras do Oeste do Paraná, realizada principalmente por migrantes vindos de outros estados do Brasil, do Sul especialmente, tem a década de 1930 como seu principal marco, sendo que o processo ficou a cargo de empresas colonizadoras. Segundo Gregory:

O Estado do Paraná, tendo intensificado sua colonização mais tarde, detém um significativo espaço colonial do Brasil Meridional. É preciso salientar. Também que o Paraná, diferentemente dos outros dois estados sulinos apresentou um importante espaço de colonização a partir da frente de ocupação de paulistas e de mineiros. [...] a constituição deste espaço, no Brasil Meridional, foi resultado da interação das necessidades decorrentes da crise do latifúndio a partir das quais se projetaram as colônias e da ação dos colonos que desejaram migrar e povoar.⁵

O trabalho e a produção dos colonos, baseava-se fundamentalmente na suinocultura e nas colheitas de milho, mandioca e soja. Para Gregory:

A produção agrícola colonial exigia diversificação de atividades produtivas, principalmente no setor urbano[...]. A distância e a precariedade das vias de transporte baixavam os preços dos produtos

⁵GREGORY. Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Edunioeste: Cascavel, 2002 P.37-38

agrícolas produzidos na região e encarecia os preços dos produtos que vinham de fora. [...] Isso motivou os, já referidos, investimentos iniciais na agroindustrialização.⁶

No entanto, o desenvolvimento do setor rural como o setor urbano apontavam para o processo de modernização do espaço colonial. Com o intuito de expansão e modernização, as ferramentas essenciais usadas nas colônias como arados, enxada, semeadeiras manuais começam a perder espaço. A partir da década de 1960 o espaço agrário começa a se estruturar e articular, adotando novos meios de cultivos e, exigindo um novo homem do campo para desempenhar novas funções. Segundo Gregory:

A região colonizada pela MARIPÁ e o Oeste do Paraná, como um todo, passaram, a partir do final dos anos 60, por profundas mudanças decorrentes de um processo mais amplo da realidade mundial e brasileira. Nesta época os reflexos da dinâmica do capital provocaram ações e reações nos diferentes espaços. Os colonos que vieram à região eram portadores de práticas econômicas, sociais e culturais específicas e sofreram fortes impactos do novo da fronteira agrícola e das inovações “antepostas” pela modernização do campo, que se foi intensificando e aprofundando nas décadas posteriores. Tratar do homem rural, do homem colonial, nesta região e nesta época, implica em completar, além da colonização, do cotidiano da fronteira agrícola, também a questão da

⁶GREGORY. Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Edunioeste: Cascavel, 2002 P. 197

modernização do campo enquanto concepção e enquanto acontecimento”.⁷

No Brasil os aspectos econômicos sempre impulsionaram as migrações, a partir da década de 1970 a ocupação do Paraná foi marcada por transformações profundas na base produtiva da agricultura e no movimento migratório da população. A tabela abaixo demonstra a origem populacional dos municípios do Oeste do paranaense.

ORIGEM DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE ENTRE RIOS DO OESTE, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MERCEDES, PATO BRAGADO E QUATRO PONTES-1970

ESTADOS	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM
Minas Gerais	53	0,12
São Paulo	281	0,65
Paraná	12.796	29,60
Santa Catarina	9.216	21,32
Mato Grosso	36	0,08
Rio Grande do Sul	20.102	46,51
Outros	53	0,12

Fonte: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1970

No Oeste do Paraná durante as décadas de 1960 a 1990, ocorreram diversas mudanças no espaço local agrícola, segundo Miriam Zaar: “[...] o homem e o meio são subjugados pelo sistema econômico de reprodução em que vivem. Sistema este, que de certa forma

⁷ GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Edunioeste: Cascavel, 2002 P.205

contraditória trouxe ao mesmo tempo benefícios para alguns e prejuízos para outros”.⁸ Neste período, segundo Miriam Zaar:

[...] o Estado Brasileiro, obviamente articulado à economia mundial, desenvolveu políticas que promoveram a expansão dos cultivos do trigo e da soja em meados dos anos de 60 e mais expressivamente durante décadas de 1970. O trigo com objetivo de diminuir as importações, e a soja objetivando as exportações. Com os novos produtos agrícolas, criaram-se formas de produzir o espaço agrário nos atuais Municípios de Mercedes, Pato Bragado, Entre rios do Oeste, Quatro Pontes e Marechal Cândido Rondon⁹.

Nestes termos, a modernização da agricultura na região Oeste do Paraná também foi acompanhada pela implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura. Diante a todo este processo, um dos objetivos da pesquisa que ainda está em andamento é compreender como os camponeses/colonos da região lidaram com a modernização. A forma como receberam as propostas e assimilaram todo este novo modo de vida. A análise inicial das fontes tem indicado que os camponeses inicialmente demonstraram certa desconfiança em relação ao projeto modernizador. Isto é, adotaram posições particulares sobre o processo,

⁸ZAAR, M. H. *A produção do espaço agrícola: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel-PR, Ed. Edunioeste.1999. P.15

⁹ZAAR, M. H. *A produção do espaço agrícola: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel-PR, Ed. Edunioeste.1999. P.29-30

as quais tinham por base sua visão de mundo, a qual é resultado de sua história de vida e posições sociais que ocupam. Em termos gerais, uma visão que contrariava a racionalidade do Estado e dos agentes modernizadores, circunstância que redundou em conflitos.

O papel da mídia e de fontes jornalísticas

Em um contexto geral e ideal *o papel da mídia* na sociedade é informar, é definir os temas a serem discutidos, é expor ideias e formar opiniões. Porém nem sempre as reportagens buscam destacar a real situação dos acontecimentos. A partir de pesquisas feitas em jornais da região Oeste do Paraná sobre o processo de modernização da agricultura nas décadas de 60 a 90, um dado que tem chamado atenção é o de que parte considerável dessas reportagens buscam destacar a positividade da modernização, sendo que as consequências negativas do processo não são associadas a ela. As notícias que tratam de assuntos relativos ao êxodo rural, aos conflitos no campo e aos problemas de saúde causados pelo uso de agrotóxicos buscam não associar essas situações com o processo de modernização. Nestas fontes pesquisadas, por exemplo, no jornal “Rondon Comunicação”, observa-se informações relacionadas ao êxodo rural no Paraná, o uso de herbicidas como algo necessário, porém pouco ou quase nada é apresentado sobre os malefícios do uso indiscriminado e, além disso, é visível certa tendência em definir a modernização e o pacote de insumos e

implementos que a acompanhava como algo altamente positivo e necessário à agricultura. Um exemplo disso é a notícia abaixo publicada no Jornal Rondon Comunicação no ano de 1974:

[...]prezados senhores, está na hora de nos conscientizarmos do problema e aplicar as práticas de conservação de solo, se quisermos garantir as próximas gerações, os nossos filhos, o direito de terem um solo como possuímos nós agora, em condições de fornecer colheitas fartas e abundantes proporcionando sua alimentação necessária. Portanto é importante que as práticas de conservação de solo sejam amplamente empregadas pelos nossos agricultores.

A conservação de nossos solos interessa a todos os paranaenses. Os agricultores e suas famílias, pela necessidade de sobrevivência e progresso individual. As comunidades, porque existe uma agricultura permanente, estável e próspera. Não existe o êxodo, (a fuga), e sim mais variadas atividades com mais empregos, maior quantidade e melhor distribuição de riquezas, quando se observam práticas de conservação do solo.

Em extensas regiões de nosso país, e especialmente em nosso estado, a agricultura é quase que única atividade e criar riquezas em cada safra. E quando a agricultura vai bem, vão bem o banqueiro, o industrial, o comerciante etc. Para que a agricultura vá bem tecnicamente, é necessário corrigir rapidamente os erros de utilização e manejo de nossos solos.

Concluindo: sem o combate a erosão perde-se a semente, o adubo e a própria terra.¹⁰

¹⁰JORNAL RONDON COMUNICAÇÃO. *A importância do solo*. Marechal Cândido Rondon, Ano 1, número 11, 08/06/1974, P. 07. Jornal disponível para consulta no

Além de dar a entender que o êxodo rural era resultado do não uso ou do mau uso das técnicas modernas, neste caso em específico daquelas voltadas a conservação do solo, a notícia também trata a forma tradicional como a agricultura era exercida como um erro que deveria ser corrigido. As reportagens veiculadas pelos jornais tinham igualmente um caráter educativo e buscavam “ensinar” os agricultores a lidar com determinadas situações. A reportagem abaixo, publicada no Jornal Rondon Comunicação, exemplifica isso

Duas espécies de plantas se destacam como invasoras da cultura do trigo: a nabiça *Raphanus raphanistrum* L. e a mostarda *Brassica* sp. As duas espécies são da família das críferas e podem ocasionar sérios prejuízos pois, disseminadas pelo vento, tornam-se difíceis de serem erradicadas. Considerando-se esse fato, torna-se necessário a utilização de sementes provenientes de locais não infestados e cujo processamento seja idôneo bastante para garantir a isenção das sementes dessa praga. Se o agricultor deixar essas ervas se instalarem nas lavouras, ficará num dilema, uma vez que, através das arações, estará contribuindo para sua disseminação. Cuidado no arranhamento. Quando se arranca, tanto a mostarda como a nabiça, é importante lembrar que elas não devem ser atiradas e valetas ou carregadores

pois por mais fundos que sejam estes locais ainda voltarão a infestar o terreno.

Nesses casos recomenda-se que as plantas sejam arrancadas e removidas a um depósito onde possam ser queimadas. No início da infestação, as invasoras podem ser erradicados pelo arrachamento; - quando a infestação é maior, entretanto, faz-se necessário o emprego de herbicidas. Entre os diversos herbicidas recomendamos, há um destaque especial para os produtos Hedonal (com 720g de ácido livre de 2,4 D por litro) e Bi-Hedonal (2,4D+MCPA), não somente pela eficiência que apresentam como também pelo seu baixo custo.¹¹

Como é possível verificar na reportagem, além de ensinar o método mais indicado para lidar com as pragas da lavoura, ao final da notícia, está presente a indicação do herbicida que deveria ser utilizado no combate a essas pragas. Entretanto, não há palavra alguma indicando métodos seguros de utilização do veneno, descarte das embalagens, limpeza do maquinário. Da mesma forma, devemos levar em conta que o produto indicado é produzido pela empresa Bayer¹², uma das multinacionais que muito lucro obteve com os processos vinculados a modernização da agricultura. Em sentido não muito diverso temos a reportagem abaixo, publicada no jornal Rondon Comunicação em 1975:

¹¹ JORNAL RONDON COMUNICAÇÃO. *Fácil controle de ervas daninhas no trigo*. Marechal Cândido Rondon, Ano 1, número 16, 13/07/1974, P. 03.

¹² “Fundado em 1863 na Alemanha, o Grupo Bayer consolidou-se como uma das mais importantes e respeitadas indústrias internacionais, oferecendo ao mercado uma ampla gama de produtos e serviços, que abrange os campos da saúde, agricultura e materiais inovadores”.

Cf:

http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/grupo_bayer/histria/index.php

Foi então que surgiu o cultivo da soja e, decorridos alguns anos, tivemos uma modificação violenta nas condições de vida do meio rural, como reflexo em todos setores de atividade, quer comércio, indústria ou atividades privadas. Hoje, a mecanização da lavoura tornou a agricultura num rendoso negócio, atraindo a atenção de todos que tenham conhecimento do que se faz em nosso município, bem como em toda a região do oeste do Paraná. Tudo isso se deve a versatilidade de nossos agricultores, ou seja, a tendência que possuem de adotar a técnica que lhes proporcione melhores resultados. O meio rural de nosso município se caracteriza pela agricultura em franco desenvolvimento, modernas técnicas, manejos adequados e agricultores que procuram saber e aplicar as renovações agrícolas e vão mais além, com um bom esclarecimento sobre mercado interno, e até externo, dos principais produtos agrícolas, regionais. Estas são as características que os diferencia das demais regiões brasileiras que, e geral mal informados persistem em não aceitar as palavras dos Engenheiros Agrônomos e continuam numa agricultura rudimentar, em consequências paralisam no tempo, constituindo o principal entrave ao desenvolvimento agropecuário brasileiro.¹³

A reportagem, como é possível verificar, associa diretamente o sucesso da agricultura à adoção de novas tecnologias, além disso traça os parâmetros que deveriam identificar os tais “agricultores versáteis”, não “rudimentares”, que não entendem apenas de plantar e colher, mas

¹³ JORNAL RONDON COMUNICAÇÃO, *O Progresso que vem da Terra*, Marechal Cândido Rondon, Ano 2, número 52, 22/03/1975, P. 09.

que são profundos conhecedores das oscilações do mercado interno e externo, dos produtos e técnicas mais rentáveis. Além disso, esta reportagem permite verificar a presença na década de 1970 na região oeste do Paraná do discurso característico e que hoje dá fundamenta o Agronegócio no Brasil. Não somente, mas também é verificável que esta visão é altamente pejorativa em relação aqueles que não se enquadraram no processo e, faz isso, sem levar em conta os motivos que levaram muitos camponeses a não adotar as novas práticas. Todo este processo buscava convencer os agricultores do Paraná de que a melhor saída, e talvez a única, era adotar tais práticas modernas, do contrário seriam rudimentares, atrasados e responsáveis por sua pobreza.

Na atualidade esses jornais locais, principal fonte histórica para esta pesquisa, se localizam no Centro de Documentação do Oeste do Paraná (CEPEDAL), localizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. Pode-se dizer que, os meios de informação da época, principalmente o rádio e os jornais diários locais, foram importantes veículos de difusão das novas estratégias produtivas destinadas aos agricultores. De fontes de informações, hoje este material constitui possibilidade de fonte histórica.

A modernização e o uso de agrotóxicos

A utilização de agrotóxicos fez com que a produtividade e consequentemente os lucros aumentassem de forma significativa, segundo alguns jornais da região e a mídia em geral registraram.

Com o objetivo de combater pragas que comprometiam a produção e muito devido à falta de informações os agricultores acabavam relevando os fatores de riscos a saúde. No entanto, a utilização destes agrotóxicos não só era responsável apenas pela contaminação ambiental, mas também era causa de muitos problemas de saúde dos trabalhadores rurais.

No período de agosto/82 a junho/83, 11 meses, foram catalogados 136 casos de intoxicação por agrotóxicos nos 17 municípios da região oeste que estão sob a jurisdição do núcleo de Cascavel da secretaria de Estado e Agricultura. Este trabalho foi desenvolvido com a colaboração da classe médica dos 52 hospitais cadastrados na região, mais especificamente nos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Santa Terezinha, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Missal, Céu Azul [...] que de maneira prestativa forneceram informações precisas sobre os casos de pessoas intoxicadas com estes produtos.

Acredita o chefe interino do Núcleo Regional, engenheiro agrônomo Osvaldo de oliveira Coelho, que o número de intoxicados neste período seja superior ao catalogado, pois muitos casos acontecem em que o intoxicado não tem possibilidade de ser

medicado ou por imprudência a vítima se automedica.

Salienta ainda, que não abstante (sic) as campanhas educativas e a atuação da tensão (sic) rural não existe, Contudo, uma legislação específica obrigando o proprietário rural a fornecer a seus empregados roupas e material adequados para a aplicação destes agrotóxicos.¹⁴

Nesta notícia fica nítido o impacto causado pela introdução de agrotóxicos na região. Também é visível que o grande responsável pelos problemas, segundo a matéria, é o próprio agricultor que não dá atenção as tais “campanhas educativas”. A culpa também é do Estado que não obriga “o proprietário rural a fornecer aos seus empregados roupas e material adequado”. Isto é, o proprietário rural, geralmente grande fazendeiro, assim como as empresas (a antes citada Bayer, por exemplo) que produzem e vendem o agrotóxico não têm responsabilidade nenhuma. Da mesma forma, ao analisarmos os jornais em sua totalidade também é possível verificar que as “campanhas educativas” não ocupavam tanto espaço de difusão como a reportagem dá a entender. Isso é evidente, por exemplo, quando comparamos o espaço dos jornais que é dedicado à propaganda de insumos e maquinários agrícolas com o espaço que é dedicado a difusão das

¹⁴ JORNAL O PARANÁ. *Oeste teve 136 casos de intoxicação em 11 meses*. Cascavel, Ano VIII, número 2138, 23/07/1983. P 05. Jornal disponível para consulta no Centro de Documentação do Oeste do Paraná – CEPEDAL, localizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no campus de Marechal Cândido Rondon.

mencionadas “ações educativas”, as quais invariavelmente são citadas de maneira rápida em algum texto como o da citação. Ainda sobre o impacto do uso de agrotóxicos, o Jornal O Paraná de 1983, traz as seguintes informações.

Em ordem decrescente, os Estados que mais consomem pesticidas são: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos cinco primeiros lugares, e todos sem exceção, registram elevados números de casos de intoxicação por ingestão de venenos agrícolas, com grande incidência de óbitos. Somente no Paraná e Santa Catarina, nos últimos doze meses, foram registrados cerca de três mil casos de intoxicação como venenos agrícolas. As pesquisas acusam também, que centenas de abortos foram causados por terem as gestantes, aspirados pesticidas que foram pulverizados por uma avaliação agrícola *que não* respeitava os limites determinados pelo Ministério da Agricultura.¹⁵

Por fim, podemos perceber que diante da implementação do projeto de modernização da agricultura foi responsável pelo aumento nos índices de produtividade como a mídia destacava. Contudo, também causou resultados indesejáveis, aos quais as reportagens se reportam de forma indireta buscando isentar tais fatores do próprio processo de modernização, ao qual estavam diretamente vinculados.

¹⁵ JORNAL O PARANÁ. Cascavel, Ano VII, número 237,05/06/1983. P. 06.

Considerações Finais

A partir de pesquisas em fontes jornalísticas (Jornais: O Alento, Informativo Copagril, Jornal O Presente e Jornal Rondon Comunicação) percebe-se a importância de se estudar a temática da modernização da agricultura. Em termos gerais, pode-se considerar que a região Oeste do Paraná foi uma espécie de laboratório onde diversas técnicas e tecnologias agrárias foram inicialmente testadas para depois serem implementadas em outros territórios do Paraná e do Brasil como um todo.

Cabe destacar ainda que a modernização da agricultura impactou e modificou as relações sociais e de produção. A utilização de métodos mais modernos, equipamentos, insumos e técnicas era um objetivo a ser alcançado. Toda essa transformação ocorria por meio de estratégias executadas de diferentes modos e por diferentes instituições. Neste sentido, a mídia teve um papel destacado, pois ocupou papel importante no sentido de convencer os agricultores a seguir novos “moldes” na perspectiva de que melhorariam suas condições de vida e níveis de produtividade. Contudo, pouco espaço reservou para tratar dos problemas decorrentes da modernização ou, quando isso fez, tratou de responsabilizar os próprios agricultores pelos problemas, tratando-os como rudimentares.

Referências

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel -PR, Edunioeste, 2002.

LINHARES, M.Y.L. *Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ Ed. Campus, 1999.

MARTINS, J.S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis. Ed.:Vozes, 1986.

NARDELLI, A. *Terra Nostra Prometida-os 125 anos de caminhada de um imigrante (sigsmodo A. Nardelli) 1875-2000*. Rio do Sul-SC, 2000, Ed: Nova Era, 2000.

PAIVA, R.M.; SCHATTAN, S.; FREITAS, C. F. T: *Setor Agrícola do Brasil: Comportamento econômico, problemas e possibilidades*. Secretaria da Agricultura. São Paulo-SP,1973.

VANDERLINDE, T.; GREGORY, V.; DEITOS, N.J. (org). *Migrações e a construção do Paraná: século XXI em perspectiva*. Casvavel-PR, Ed, Coluna do Saber, 2007.

ZAAR, M. H. *A produção do espaço agrícola: da colonização á modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel-PR, Ed. Edunioeste.1999.

WESTHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*. Curitiba: UFPR,1987

Revistas:

MULLER, Keith Derald. Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 43,n.1,p.83-139, jan./mar.1986.

Entre narrativas e narradores: viver no campo em Marechal Cândido Rondon na década de 1980

Paloma Mariana Caetano¹

Resumo: O artigo trata de questões vivenciadas em Marechal Cândido Rondon-PR, entre as décadas de 1970 e 1980, envolvendo pequenos proprietários e o modo como percebiam e tratavam suas condições de vida. Para tal investigação, destaquei as evidências sobre essa problemática, presente nas fontes (correspondências do acervo do deputado Kirinus, arquivadas no CEPEDAL/UNIOESTE). A intenção foi analisar os sentidos expressos nessas narrativas, vendo como esses agricultores sugerem um universo de relações em que se veem inseridos, focalizando, principalmente, necessidades e expectativas em seus limites classistas. O pedido de bolsa de estudo para os filhos chamou a atenção, apontando associações com outros elementos da experiência desses sujeitos. Algo que indicou um processo de mudanças mais amplo, em que se incluem as alterações nas relações de produção no campo e as desiguais possibilidades de capitalização das atividades agropecuárias e de intensificação de expropriações rurais, envolvendo trabalhadores e certos proprietários empobrecidos.

Palavras-chave: pequenos proprietários; narrativas; vida no campo; Marechal Cândido Rondon.

¹ Graduanda do Curso de História/UNIOESTE-Campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica Voluntária, com projeto intitulado “Entre narrativas e narradores: trabalhadores e proprietários rurais em Marechal Cândido Rondon na década de 1980”, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Sheille Soares de Freitas. E-mail: palomacaetano07@hotmail.com

Abstract: The article discusses questions experienced in Marechal Cândido Rondon-PR between the 1970s and 1980s, involving small farmers and how they perceived and understood their living conditions. For this research, its evidences were highlighted according to the problematic present sources (letters from the collection of Mr. Kirinus, filed in CEPEDAL/UNIOESTE). The intention was to analyze the meanings expressed in these narratives, seeing how these farmers suggest a universe of relationships in which they are inserted, focusing mainly on their needs and expectations in classist boundaries. Applications for scholarships for the children drew attention, pointing associations with other elements of the experience of these people. Something that indicated a wider process of changes in which modifications in the relations of production in the country and unequal possibilities capitalization of agricultural activities and intensification of rural expropriations, involving workers and certain impoverished farmers.

Keywords: smallholders; narratives; rural life; Marechal Cândido Rondon.

“19.10.83,
Vila Margarida, M. C. Rondon
*Prezado Amigo e Companheiro Gernote Kirinus,
eu venho pedir um favor para ti se for possível*”²

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as principais propostas e considerações da pesquisa de Iniciação Científica, vinculada ao Grupo de Pesquisa História Social do Trabalho e da Cidade, que possui como finalidade analisar o modo de vida daqueles que residiam em Marechal Cândido Rondon – PR, entre o final da década de 1970 e durante a década de 1980.

Inicialmente, essa questão foi formulada no decorrer da higienização de correspondências (enviadas e recebidas) entre a população da região Oeste do Paraná e o deputado Gernote Kirinus, doadas para a composição do Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL/UNIOESTE).³

² NEIDE. [Carta]. Marechal Cândido Rondon, 19/10/1983. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, pede ajuda para conseguir a aposentadoria. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE. As citações das correspondências serão apresentadas da forma que aparecem nas cartas, respeitando a maneira como o remetente a escreveu, corrigindo apenas as palavras que dificultem a compreensão do leitor sobre o sentido da mesma na composição das frases. Serão adotados pseudônimos para designar os remetentes.

³ Gernote Gilberto Kirinus, natural do Rio Grande do Sul, exerceu grande parte de sua militância político-religiosa no Oeste do Paraná, entre os anos 1975 a 1990, durante os conflitos para desapropriação de áreas e "pagamento justo" pelas terras frente ao empreendimento empresarial da Usina Hidroelétrica Itaipu, compondo ações da Comissão Pastoral da Terra. Foi pastor no distrito de Entre Rios e, posteriormente,

Interessei-me, de imediato, pelas possíveis relações de poder contidas e estabelecidas na produção das mesmas, elaboradas por seus narradores e traduzidas por suas narrativas.

As leituras destas cartas me permitiram refletir sobre o contexto histórico em que estas pessoas estavam inseridas, a maneira como viviam, bem como suas dificuldades, anseios e perspectivas. Ao considerar essas correspondências como fontes de investigação, elas se tornaram base para o questionamento que procuro desenvolver com o projeto em andamento. Por meio das cartas é possível perceber as ambiguidades e as tensões expressas nas narrativas dos remetentes, bem como as pressões e interesses que os sujeitos envolvidos sinalizam sobre suas práticas e sobre sua condição de classe.

Ao adotar o conceito de classe, muito debatido no meio acadêmico, neste trabalho nos aproximamos da concepção indicada por Thompson, em que ao apresentar sua obra sobre a formação da classe trabalhadora inglesa destaca que

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Resalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma

ampliando para todo o município de Marechal Cândido Rondon. Conferir essa imagem de Kirinus, por exemplo em: MEZZOMO, Frank A. Entrevista. A cruz e a política - leituras do pastor e político Gernote Kirinus. **História Unisinos**, São Leopoldo, v.12, n. 3, p. 285-296, set./dez. 2008.

“categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.⁴

Nessa direção é possível perceber nas fontes elementos de identificação de classe entre os narradores, por meio da vida com dificuldades no campo, por residirem em Marechal Cândido Rondon, no referido momento histórico. E mais, por caracterizarem um modo de viver em disputa e em distinção de outros que se sobrepunham ao seu naquele momento de mecanização e expansão produtiva no meio rural.

A diversidade de solicitações, pedidos, queixas, relatos e temas encontrados me chamaram a atenção para observar o que esses sujeitos enfrentavam. O fato mais interessante foi notar que muitas dessas experiências eram compartilhadas entre os que viviam no campo na passagem da década de 1970 para 1980.

Tais dificuldades podem ser observadas em alguns fragmentos das cartas que discutirei, em que os mesmos reivindicam auxílio para um conjunto de questões que dificultam o seu modo de viver, desde tratamentos médicos como o faz o senhor Celso: “olha Gernote nós aqui em casa somos azarados não dá mais a explicar. Em primeiro lugar

⁴ THOMPSON, E, P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V.1

nós todos estamos doentes e machucados.”⁵, e até direitos trabalhistas como aponta dona Neide: “e eu trabalho de doméstica, mais eu soffro muito, só Deus que sabe. Será que o Sn poderia me arrumar aposentadoria?”⁶.

Neste sentido, o acúmulo de necessidades para a sobrevivência e anseios para o bem estar familiar também elencaram demandas como a escolarização dos filhos e a preocupação com o futuro destes. A educação foi uma pauta presente em várias cartas, algo que exigia um universo de identificações tanto de necessidades como de proximidade com o deputado, procurando garantir a possível “bolsa de estudo”: “meus pais e meus irmãos ajudaram o senhor para ganhar, agora o senhor ten que ajudar eu um pouco, para poder continuar meu estudo eu não quero abandonar meu estudo por favor arrume bolsa de estudo para mim”⁷.

Essa diversidade, estes indícios, foi importante para me permitirem ampliar o enfoque da questão inicial e elencar múltiplos elementos significativos nas vidas de tais sujeitos naquele momento histórico. A partir da pauta educacional, pode ser observado o que esta

⁵ CELSO. [Carta]. Marechal Cândido Rondon, 11/01/1982. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, solicita ajuda para conseguir tratamento médico para si, e para seus familiares. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE.

⁶ NEIDE. [Carta]. Marechal Cândido Rondon, 19/10/1983. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, pede ajuda para conseguir a aposentadoria. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE.

⁷ JOANA. [Carta]. Marechal Cândido Rondon, sem data de envio, a carta foi respondida em 09/06/1983. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, solicita bolsa de estudo. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE.

representava tanto para os pais como para os filhos; as dificuldades para mantê-la, seja pelo custo das mensalidades, pelo transporte ou pela necessidade de se trabalhar ao invés de estudar. Questões que se interligam, e assim não podem ser analisadas separadamente.

Pautei-me, para tal análise, nas contribuições teóricas ofertadas por autores como Almeida, Calvo, Cardoso, procurando pensar sobre como eram as condições de viver e trabalhar em Marechal Cândido Rondon, entre 1970 e 1980. Em sua obra, estes autores demonstram as contribuições da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, e, portanto, contribuindo para buscar certos procedimentos com a realização deste trabalho:

Recuperar a experiência histórica de diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos, entendendo como as pessoas constroem seus espaços e territórios, deixando neles suas marcas: discutir as variadas experiências dos trabalhadores analisando o seu fazer-se enquanto classe em seus múltiplos sentidos e práticas; refletir sobre o significado das práticas sociais diferenciadas que estão no campo das vivências, bem como no dos valores e dos interesses, a fim de entender o social como um lugar de tensões; são objetivos que compõem universo das nossas preocupações maiores.⁸

⁸ ALMEIDA, Paulo Roberto de; CALVO, Célia Rocha. CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara

Deste modo, com a adoção desta perspectiva de análise como suposto, procurei discutir as evidências presentes nas fontes, procurando identificar como esses agricultores se identificam e se posicionam nas relações de poder como interlocutores nas correspondências, vendo em que universo de relações eles estão inseridos e fazem parte, focalizando suas necessidades, expectativas e seus limites classistas.

Ainda, observando as propostas investigativas, Déa Ribeiro Fenelon sugere a importância da História Social para trabalhar com temáticas não questionadas/debatidas por algumas outras vertentes historiográficas, ou quando abordadas são apresentadas em um “segundo plano”. O que para essa pesquisa se torna significativo apresentar o processo de desigualdades vivenciado e problematizado por quem age nele. Pois, como a autora destaca

nesta parte da questão não se pode deixar de reconhecer que, por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História

Tomaz (Orgs.) História: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11-16.

podendo, em algumas variantes, enfatizar concepções que buscam explorar as contradições de classe como suposto de suas análises.⁹

As fontes me permitiram refletir sobre quem são e como muitos desses sujeitos são representados pela historiografia em um contexto muitas vezes tido como definidor da dinâmica história. Meu interesse é problematizar e questionar tais interpretações e visibilidades do processo histórico na passagem da década de 1970 para a década de 1980 em Marechal Cândido Rondon.

Valderice e Ricardo Rippel, ao examinar o desenvolvimento do Oeste do Paraná sobre a ótica da reconcentração fundiária, imigração e como a educação se insere nesse processo, entre 1950 e 2000, trazem a seguinte visão sobre o que ocorreu nesta localidade:

a partir da década de 1970, com a modernização da produção agrícola regional com vistas à exportação, ocorre uma grande alteração na capacidade de absorção e manutenção de mão de obra rural, resultando numa forte queda no fluxo de imigrantes para a região. Isso, mais as dificuldades observadas no setor agrícola do país no final da década gerou diversos problemas sociais e econômicos e provocou, a partir de 1980, um declínio substancial nas condições ali existentes, resultando num movimento de expulsão de pequenos proprietários

⁹ FENELON, Déa et al. Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2004.

de suas áreas, tal qual apontado por Magalhães (1996).¹⁰

Ao relevarem o processo de “modernização da produção” (que por vezes também é denominado como “mecanização no campo” e/ou “capitalismo agrário”) os autores não discutem o complexo enredo de implicações dessas mudanças na vida de trabalhadores rurais e pequenos proprietários empobrecidos na dinâmica de capitalização das atividades no campo. Essa “explicação” síntese, apresentada pelos autores, simplifica as lutas e expropriações vivenciadas nesse processo, tomando esse processo como natural e pacífico.

Muitas das atividades rurais que antes eram realizadas de forma manual passam a ser substituídas pelo trabalho “automático” com a utilização de máquinas e auxiliadas com implementos. Alguns trabalhadores sem ter mais a antiga profissão e moradia garantida tendem a procurar novas alternativas de trabalho, assim como alguns pequenos proprietários tentam se “adaptar” à nova situação rural, conseguindo ou não permanecerem neste ambiente. Em ambos os casos isto não ocorreu sem disputas e desigualdades de possibilidades entre eles, algo marcado por fissuras e tensões.¹¹

¹⁰ RIPPEL, Ricardo; RIPPEL, Valderice Cecília Limberger. Migração, Educação e Desenvolvimento: o caso dos chefes de família imigrantes no Oeste do Paraná uma análise de 1950 a 2000. In: Anais... XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG: ABEP, 2008.

¹¹ Sobre esse processo de expropriação e alteração nas relações no campo, Freitas e Santos (2013) e Magda Regina Martins Costa (2013) indicam, em suas produções, fontes que apontam para tais embates, envolvendo trabalhadores rurais e pequenos

E nesse caminho, o trabalho de Freitas e Santos ao problematizarem as mudanças nas relações no campo, por meio da análise da presença dos trabalhadores rurais e proprietários, na região Oeste do Paraná, destacam que:

Embora as atividades agroindustriais continuem expandindo e, cada vez mais, elenquem novas obrigações na manutenção das propriedades rurais, a permanência de trabalhadores e acomodação dos mesmos nas relações de trabalho no campo é algo bem controverso.¹²

Assim, os fatores que levaram o “movimento de expulsão de pequenos proprietários de suas áreas” vão além dos que foram apresentados pelos autores Valderice e Ricardo Rippel. Na carta abaixo, Clemente, como pequeno proprietário rural, vivendo as agruras do início da década de 1980 aponta que:

o negócio para o pequeno Agricultor não está nada bom e as perspectivas so tivera em vez de melhorar, piorá cada dia maiz e maiz, as pequenas chances que o pequeno proprietário de terra quase não podem ser usufruído por ele porque as despesas se tornam tão

proprietários no processo de mecanização no campo. Esses elementos podem ser encontrados em notícias do programa de rádio, em processos trabalhistas e cíveis, assim como em entrevistas, utilizadas por esses autores como fonte para problematização.

¹² FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização. Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI.

grande que não vale a pena, a correria prá cá e
correria prá lá, passagem de onibus [...]”¹³

Mesmo com as dificuldades, a “correria” a que Clemente se refere nos indica que ele busca alternativas para permanecer no campo, de melhorar sua condição como pequeno proprietário, ora trabalhando em outras propriedades, fazendo outros serviços para aumentar a renda da família, ou arrendando parte da terra. Portanto, “há, deste modo, brechas para se visualizar um horizonte indefinido, eivado de interesses que se confrontam e de valores que se embatem”¹⁴.

E, a partir da construção de alternativas ao processo, para permanecerem no espaço rural, estes vão reavaliando sua própria permanência no campo, uma vez que “para o pequeno agricultor” a situação “piora cada dia mais e mais”.

No trabalho da Denise Langer, ao discutir a escolarização no campo em Marechal Cândido Rondon, ela destaca a oportunidade daqueles que não possuem seu próprio maquinário (tratores, colheitadeiras, entre outros implementos agrícolas) de prepararem suas terras e/ou desenvolverem outras atividades que demandem de “ajuda”

¹³ CLEMENTE. [Carta]. Volta Gaúcha, Marechal Cândido Rondon, 25/03/1980. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, relato sobre as condições do pequeno proprietário, sobre os custos da escola (mensalidade e transportes) e sobre a administração do Governo. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE.

¹⁴ FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização. Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI.

de outros agricultores, por meio de laços de solidariedade e troca de serviços, onde

Em minha vivência no campo foi possível perceber a solidariedade dos pequenos proprietários rurais e arrendatários em tempo de plantio, colheita ou preparo da terra, ou mesmo no compartilhamento inicial do tanque para o leite. Grande parte dos vizinhos se reúne para trabalhar em grupo, pois assim todos trabalham na terra de um e, quando aquela está pronta, vão para outra e assim até quando todas as propriedades envolvidas estiverem preparadas. Essa ação coletiva de parceria e no reconhecimento de necessidades comuns, acontecia/acontece na propriedade de pequenos agricultores familiares que resistem a um processo de concentração de propriedades e mecanização das atividades que exigem grande vulto de capital e retira-os, em grande medida, da participação do mercado.¹⁵

Como se percebe, os pequenos proprietários e trabalhadores rurais ao realizarem esse tipo de relação, mesmo reconhecendo suas limitações frente ao processo de mecanização, buscam maneiras de “se adequarem ao sistema”, permanecendo no campo, local onde muitos nasceram, cresceram. Langer (2012) ainda acrescenta:

¹⁵ LANGER, Denise. Entre cartilhas e roçado: a escolarização como pauta na vida de trabalhadores e proprietários (Marechal Cândido Rondon-PR, 1960-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

A dificuldade do pequeno proprietário, trabalhador meeiro e arrendatário, leva a desenvolver outras atividades conjuntas, ou pontencializar outros membros da família como trabalhadores, como é o caso de Emilio, que manteve, mesmo durante o tempo de professor, uma produção de subsistência e venda limitada de produtos: quando eu lecionava tinha lavora, mas tudo terra arrendada né? Mas lavora e bicharada nunca larguei, desde piá era o xodó e a gente se criou junto com o pai aí sempre com bicharada e um gado, uma vaca de leite, galinha, uns porco, sempre tem que tê, nem que não tem pra vendê, mas se tu tem pra te mantê, já tá bom né? Não precisá comprá carne.¹⁶

Vejamos agora como os autores Peris e Braga apresentam a saída do campo como resultado da mecanização rural em sua obra sobre a “Evolução e caracterização do Sistema Educacional”, onde discutem a educação no Oeste do Paraná e os desdobramentos da “modernização da agricultura”:

Por diferentes razões, a população abandonou o campo em busca dos centros urbanos. Os proprietários de terras foram para os centros das cidades onde os terrenos eram mais valorizados e tiveram fácil acesso às escolas. Os não proprietários

¹⁶ LANGER, Denise. **Entre cartilhas e roçado**: a escolarização como pauta na vida de trabalhadores e proprietários (Marechal Cândido Rondon-PR, 1960-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

de terras, com renda baixa, não tinham condições de adquirirem terrenos nos centros das cidades. Tiveram de se instalar nas periferias, onde o preço do terreno era mais baixo, não tendo acesso facilitado à escola. Segundo EMER (1991), os filhos dos proprietários de terras tiveram acesso à escolarização rural. Quando se urbanizaram, passaram a residir nos centros, próximos às escolas já existentes. Estas pessoas que retomam aos estudos, após a urbanização, passaram a disputar os espaços de trabalho urbano (comércio e serviços). Os expulsos do campo, pela modernização da agricultura, que foram para as periferias das cidades, continuaram sem escola.¹⁷

Quais são as diferentes razões? A população realmente abandonou o campo ou se viu obrigada a adotar esta medida? E como os pedidos de bolsa de estudo, já mencionados, poderiam ser percebidos nesse movimento de mudanças? Não é uma tentativa (tanto por parte de proprietários de terras e não proprietários de terra como designa os autores) de terem acesso a educação?

Langer ainda aponta fatores e condições que influenciaram no processo educacional entre 1960 a 1980, relacionando as mudanças que ocorreram no campo, porém o faz reconhecendo que:

¹⁷ PERIS, Alfredo F., BRAGA, Eliezio G. Capítulo 13 - Evolução e Caracterização do Sistema Educacional. In: PERIS, Alfredo F. (Coord.). **Projeto Macroregião do Oeste do Paraná**. Relatório Projeto Oraculus. Cascavel: UNIOESTE/ITAIPU/ECONOMIA. 2002. Disponível: <<http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/index.htm>>

Por vezes, precisamos levar em consideração que as alterações nas relações do campo (mecanização e saída das pessoas do campo), os conflitos e desigualdades desse processo não se apresentam nas formulações financeiras do Poder Público, por exemplo. Mas encontram diálogo com as práticas e atuações dos sujeitos nesses espaços, por isso privilegiamos essas relações.¹⁸

O aprofundamento da problemática proposta exige entender o trato metodológico dessas fontes como um procedimento fundamental na direção da pesquisa e do caminho investigativo, pois expressa o suposto teórico que informa o uso documental e as questões construídas para utilização desse material, que me fazem questionar determinadas historiografias e visões sobre o que foi vivido como transformação para quem vivia no campo como trabalhador rural ou proprietário sem capital para inserção nos projetos de expansão agroindustrial na região.

Aproveitando o indicativo de Fenelon sobre a relevância da investigação histórica e o procedimento que propõe, não queremos apenas ampliar a leitura sobre essa temporalidade passada, mas

queremos inverter a relação passado/presente para tornar mais explícita a relação do momento do qual partimos, ou seja, entre nossos problemas, nossas lutas e a experiência histórica de outros momentos,

¹⁸ LANGER, Denise. **Entre cartilhas e roçado**: a escolarização como pauta na vida de trabalhadores e proprietários (Marechal Cândido Rondon-PR, 1960-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

para conseguir assim politizar a história que transmitimos e produzimos.¹⁹

Como escrito anteriormente, a educação é uma das principais pautas nas cartas enviadas. Por isso, é um fator importante para começarmos a discutir nossas propostas nesta pesquisa, principalmente porque nas descrições/interpretações das narrativas dos pequenos proprietários, é nítida a valorização do estudo e, do mesmo modo, é possível perceber as dificuldades de mantê-lo como prática.

As condições de vida desses narradores, composta por trabalhadores rurais e pequenos proprietários empobrecidos no processo de capitalização das relações de produção no campo no Oeste do Paraná, faz com que visualizemos que a escolarização é apenas uma das expectativas a serem confrontadas em sua condição de classe.

Em artigo de Santos e Freitas, que se propõe a problematizar a relação entre professores e alunos (compostos em sua maioria por trabalhadores) que frequentam a escola pública, constituindo um diálogo nesse espaço onde as tensões e as pressões presentes na identificação de classe possam ser debatidas, apresentam assim um ambiente propício para refletir sobre o tempo em que vivem e os sentidos da escolarização. Apontam como sugestão que:

¹⁹ FENELON, Déa. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan./jun. 2009

Ao fazer a composição dessa imagem em um campo de relações ampliado na condição de classe compartilhada pelos trabalhadores que frequentam as salas de aula, percebemos que a presença que imprimem nesses espaços não é tranquilo. Estabelecer as possibilidades para conseguir sentar nas carteiras escolares pode indicar modos de vida limitados nas relações de classes.²⁰

E uma dessas possibilidades destacadas pelos referidos autores, que no nosso caso é encontrada nas cartas, são os pedidos de bolsa de estudo ao deputado. É uma alternativa buscada para garantirem a escolarização²¹, num momento histórico em que em muitas das instituições de ensino solicitavam pagamento de mensalidades, do material escolar, além dos custos com transporte, uniformes etc.

O simples fato dos remetentes avaliarem que por meio das correspondências com o Deputado (nas quais admitem suas limitações e distinções com o interlocutor) poderiam conseguir ou manter o acesso ao ambiente escolar dos filhos sugere como veem sua inserção nas relações de poder e se utilizam dessa desigualdade para isto. O ato de narrarem suas trajetórias e condições de vida aparece como uma oportunidade de construir algum tipo de benefício – comum para

²⁰ FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores nas salas da escolarização: o ensino de história como enredo possível para a discussão da identificação de classe. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.19, n. 2, mai/ago 2010.

²¹ Vale ressaltar que os pedidos de bolsas de estudos eram, em muitos casos, feitos pelos pais e pelos próprios estudantes e seguiam, muitas vezes, acompanhados de outras demandas.

aqueles que traziam algum vínculo anterior com o deputado – e, assim, pressionar para a construção de possibilidades de alterarem sua realidade.

Ao procurar expor essa questão, apresentarei agora alguns fragmentos de duas cartas produzidas por agricultores residentes na área rural dos distritos de Marechal Cândido Rondon à época. Como primeiro elemento que gostaria de destacar é o tratamento inicial que os mesmos designam ao deputado, com atribuição de palavras como “Estimado Deputado” e “Caro Amigo Deputado!”.

Vejam bem, essas palavras são escolhidas para a narrativa e possuem uma intencionalidade. Elas não são colocadas por casualidade no texto da correspondência, mas para demonstrar que existe uma relação de reconhecimento da aproximação entre eles, apesar da noção de "Deputado" ficar destacada no vocativo que anuncia as intenções da produção da carta e o reconhecimento da distinção entre ambos.

A carta escrita por Terezinha, pequena proprietária rural, resalta sua condição de mãe de seis filhos.²² Ela destaca o empenho para que todos mantenham os estudos, mesmo que para esta feita seja necessário passar por algumas restrições. O objetivo principal, de solicitar o auxílio do deputado é conseguir bolsa de estudo para os seus filhos, como veremos em um fragmento de sua carta a aquele: “Gostaria que o

²² TEREZINHA. [Carta]. Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, 03/01/1980. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, solicita bolsa de estudo para os filhos. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE.

senhor me informasse com quem eu poderia conseguir bolsa para a turma do ginásio”.

Percebemos em sua narrativa a referência a problemas sobre a situação dos proprietários rurais e a vida no campo indicando como era a composição familiar, os gastos e empenho de todos no trabalho. A partir da pauta da escolarização percebemos outros aspectos que ajudam a tentar compreender as razões de pedirem ajuda: “Nossa situação financeira não alcança até as alturas porque vivemos em 8 na família numa área de terra de 6 alqueires. Com estas intempéries não há quem aguenta”²³

Na carta escrita por Clemente, também proprietário rural da região Oeste do Paraná, o remetente não busca diretamente conseguir uma bolsa de estudo para o filho, mas em sua narrativa apresenta as dificuldades que o fizeram transferi-lo do ginásio onde estudava, em Entre Rios²⁴ para o de Margarida²⁵, descrevendo os custos da mensalidade, o transporte e o possível aumento da mensalidade, fatores financeiros que determinaram a mudança de uma instituição de ensino para a outra. Junto a isso, não deixa de destacar o conjunto de questões que envolvem a vida em sua integralidade:

²³ TEREZINHA. [Carta]. Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, 03/01/1980. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, solicita bolsa de estudo para os filhos. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE.

²⁴ Entre Rios, inicialmente foi distrito de Marechal Cândido Rondon, até 18/06/1990, quando é elevado a categoria de município com denominação de Entre Rios do Oeste.

²⁵ Distrito de Marechal Cândido do Rondon – Paraná.

[...] ainda pra mim se torna ainda bastante oneroso porque agente nem sabe maiz se virar com esta crise que estamos enfrentando a onde só tem inflasão no que o colono compra, mas não para aquilo que tem para vender, pagar os seos pepinus com gastos de médicos, remedios, vestuarios ou vestimentas, material escolar e o custo de vida, ou seja generos alimentícios que a gente não produz.²⁶

Evidentemente em sua narrativa se permite observar o quadro de relações sociais e o contexto histórico no qual está inserido, visualizando os conflitos cotidianos que este sujeito enfrenta. O trabalho familiar é um dos componentes presentes tanto na fala de Terezinha quanto de Clemente e da efetiva participação dos estudantes no serviço diário dos pais.

A oportunidade dos filhos estudarem constitui alternativas para o futuro dos mesmos e isso justificaria os sacrifícios que os pais fazem para tornar viável tal necessidade de escolarização. Essa série de limitações, compartilhadas por pequenos proprietários que seguem descapitalizados no processo de expansão produtiva no campo, também foi identificado por Langer, onde ela destaca que essa tentativa de manter os filhos estudando em alguma medida indicava um interesse em alterar

²⁶ CLEMENTE. [Carta]. Volta Gaúcha, Marechal Cândido Rondon, 25/03/1980. Carta ao Deputado Gernote Kirinus, relato sobre as condições do pequeno proprietário, sobre os custos da escola (mensalidade e transportes) e sobre a administração do Governo. Acervo de correspondências arquivado no CEPEDAL/UNIOESTE.

Limites que foram valorados também por outros pais, que se denominavam agricultores e que reconheciam o esforço do acúmulo de trabalho e de privações como a forma de lutarem para abertura de novos horizontes aos filhos em uma sociedade que percebiam relações de poder que não lhes favoreciam como esperavam.²⁷

Pensando nessa formulação, vejo na construção das correspondências a esperança de que com suas reivindicações e narrativas sobre a rotina no campo, algo possa ocorrer para atender suas expectativas de vida. Assim, encerram as cartas com frases do gênero “fico lhe muito grata, espero ser atendida”, ou “[esse é o] meo desabafo”, tentando selar o compromisso do Deputado com suas questões.

Essas são algumas das questões que pretendo problematizar nos próximos trabalhos, baseada nas cartas e suporte teórico; para, posteriormente, relacionar tais documentos com reportagens dos jornais de Marechal Cândido Rondon.

Partindo de inquietações do presente que nos fizeram olhar para essas fontes, avaliamos que elas não apontam um recorte do passado, que não se vincula à nossa atualidade, mas sugere questões que dialogam com problemáticas recentes e desigualdades de nosso tempo

²⁷ LANGER, Denise. **Entre cartilhas e roçado**: a escolarização como pauta na vida de trabalhadores e proprietários (Marechal Cândido Rondon-PR, 1960-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012

permite questionar relações complexas e contraditórias envolvendo modos de viver no campo e práticas de escolarização de trabalhadores e proprietários empobrecidos no Oeste do Paraná.

Essas considerações compõem o primeiro mote de questões da minha pesquisa de iniciação científica. Ao catalogar mais de trezentas cartas, selecionei dentre estas, a partir do recorte de tempo e lugar, as que mais foram significativas para o questionamento que procuro desenvolver. Uma análise inicial sujeita a novas problematizações e interpretações com o desenvolvimento e amadurecimento da mesma.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de; CALVO, Célia Rocha. CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.) **História:** narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11-16.

COSTA, Magda R. M. Trabalhadores em Santa Rita D'Oeste: problematizando modos de viver e trabalhar no campo e na cidade. Trabalho Final PDE. 2013.(mimeo)

FENELON, Déa et al. **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d'água, 2004.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan./jun. 2009

IPARDES. **Caderno Estatístico** - Município de Marechal Cândido Rondon. Curitiba: IPARDES, 2013.

LANGER, Denise. **Entre cartilhas e roçado**: a escolarização como pauta na vida de trabalhadores e proprietários (Marechal Cândido Rondon-PR, 1960-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

PERIS, Alfredo F., BRAGA, Eliezio G. Capítulo 13 - Evolução e Caracterização do Sistema Educacional. In: PERIS, Alfredo F. (Coord.). **Projeto Macroregião do Oeste do Paraná**. Relatório Projeto Oraculus. Cascavel: UNIOESTE/ITAIPU/ECONOMIA. 2002. Disponível:

<<http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/index.htm>>

RIPPEL, Ricardo; RIPPEL, Valderice Cecília Limberger. Migração, Educação e Desenvolvimento: o caso dos chefes de família imigrantes no Oeste do Paraná uma análise de 1950 a 2000. In: **Anais...** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG: ABEP, 2008.

FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores nas salas da escolarização: o ensino de história como enredo possível para a discussão da identificação de classe. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.19, n. 2, mai/ago 2010.

_____. Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização. Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. (mimeo)

THOMPSON, E, P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V.1

Revista *Etnias no Paraná*: uma análise sobre as identificações da população paranaense

Raiane C. Ramirez dos Santos¹

Resumo: Este texto, que se constitui em uma análise preliminar vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIOESTE (PIBIC), financiado pela Fundação Araucária/SETI, aborda discursos presentes na revista comemorativa *Etnias no Paraná*, publicada em 1989 em razão do 28º Festival Folclórico e de Etnias do Paraná. Nesta publicação são apresentados textos sobre oito grupos étnicos considerados como os que “contribuem valorosamente para o desenvolvimento do Paraná”. Além destes, há também três textos de apresentação escritos pelo Governador do Estado na época, Álvaro Dias, pelo ex-secretário de Estado e da Cultura, René Ariel Dotti e pelo Diretor Presidente do Banco Banestado, daquele período, Carlos Antônio de Almeida Ferreira. Trata-se de um conjunto de discursos que constroem memórias e identificações étnicas para cada um destes grupos de migrantes e imigrantes que se fixaram no estado do Paraná a partir da segunda metade do século XIX.

Palavras-Chave: Revista *Etnias no Paraná*; Imigração; Identidade;

Abstract: This text, which constitutes a preliminary analysis entailed to the Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica from UNIOESTE (PIBIC), funded by Fundação Araucária/SETI, discuss about discourses presented at the commemorative magazine *Etnias no Paraná*, published in 1989 on the grounds of 28 ° Festival Folclórico e de Etnias do Paraná. In this publication are presented texts about over

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de História da UNIOESTE-Campus de Marechal Cândido Rondon. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIOESTE (PIBIC), financiado pela Fundação Araucária/SETI. Orientador: Profº. Dr. Marcos Nestor Stein.

eight ethnic groups considered as "worthily contribute to the development of Paraná". Besides these, there are also three introductory texts written by the Governor at the time, Álvaro Dias, by ex-Secretary of State and Culture, René Ariel Dotti and President Director of Banestado Bank, on that period, Carlos Antonio de Almeida Ferreira. This is a set of discourses that construct memories and ethnic identifications for each of these groups of migrants and immigrants who settled in the Paraná State from the second half of the nineteenth century.

Keywords: Etnias no Paraná magazine; immigration; identity;

O objetivo deste artigo é analisar os discursos presentes na revista *Etnias no Paraná*, publicada em 1989, em virtude do 28º Festival Folclórico e de Etnias no Paraná. A partir desta fonte, é possível discutir como são construídas identificações étnicas para o estado e para a população paranaense, bem como memórias sobre a fixação de imigrantes no Paraná. Este estudo vincula-se ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIOESTE (PIBIC), financiado pela Fundação Araucária/SETI.

A revista organiza-se em oito textos elaborados por integrantes dos grupos folclóricos da AINTEPAR (Associação Inter Étnica do Paraná), são estes: “Gaúchos no Paraná”, “Os Germânicos no Paraná”, “Os Holandeses no Paraná”, “Os Italianos no Paraná”, “Os Japoneses no Paraná”, “Os Poloneses no Paraná”, “Os Portugueses no Paraná” e “Os Ucranianos no Paraná”, todos classificados como etnias. Além destes, há também três textos de apresentação escritos por Álvaro Dias, René Ariel Dotti e Carlos A. de Almeida Ferreira que no ano de publicação da revista (1989), ocupavam os cargos de Governador do

Estado, Secretário de Estado e Cultura e Presidente do Banco Banestado, respectivamente.

O Festival Folclórico e de Etnias do Paraná é realizado anualmente desde a década de 1960, pelos integrantes da AINTEPAR (Associação Inter-Etnica do Paraná), no Teatro Guaíra, em Curitiba. A 28ª edição do evento, a que se refere à revista objeto desta análise, contou com o apoio do Governo do Paraná, Secretaria de Estado e Cultura, Coordenadoria da Ação Cultural, Divisão de Folclore e Artesanato com o patrocínio do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Nossa análise sobre os discursos de identificação presentes na revista apoia-se em reflexões de Stuart Hall. Segundo ele, discursos de identificação, ao serem produzidos e divulgados, atendem a determinados interesses e apresentam uma determinada visão de mundo, portanto não são neutros.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora dos discursos que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas².

² HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: **Identidade de Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

Nessa perspectiva, as narrativas sobre cada um dos grupos de migrantes e imigrantes presentes na revista remetem a um passado comum, que dá embasamento para a construção de suas identidades culturais, garantindo sua manutenção e continuidade. Nesse sentido, com base em Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, partimos da perspectiva de que as fronteiras étnicas e/ou culturais não são naturais e nem estáticas. Com base nos estudos de Frederick Barth, tais autores afirmam que:

Há de convir, com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores³.

Etnicidade, portanto, é uma categoria de classificação das pessoas em função da sua suposta origem, por meio de signos culturais socialmente diferenciadores. Dessa forma, a etnicidade é construída pela diferença.

A produção de discursos identitários para a população paranaense relaciona-se diretamente com uma série de políticas imigratórias, implementadas no estado do Paraná, desde sua emancipação, em 1853. Portanto, antes da análise da revista se faz

³ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.p.140.

necessário apresentar, brevemente, um panorama das políticas imigratórias instituídas no Paraná, no período que compreende a segunda metade do século XIX. Sobre o contexto da emancipação político-administrativa do Paraná, o historiador Sérgio Odilon Nadalin (2001) afirma o seguinte:

[...] Enfim, é nessa conjuntura dominada pelas transformações relacionadas à extinção do tráfico – o que pré-anunciava o fim do regime de trabalho escravo; a expansão do comércio exterior – que no Paraná era representado pelo desenvolvimento da economia do mate; a criação de um novo regime de terras, oriundo em parte da necessidade de modernizar o regime de propriedade no país e da luta política entre os defensores da “colonização” com imigrantes estrangeiros visando à substituição do braço cativo e aqueles que preconizavam a “colonização de povoamento”; e tendo ainda como pano de fundo o desenvolvimento de uma sociedade urbana originada do desenvolvimento de uma economia é que foi criada, no território anterior da 5ª Comarca da Província de São Paulo, a Província do Paraná em 1853⁴.

A nova ordem liberal fundamentada na exportação, aliada a fatores como o aumento da população, remanejamento da mão de obra escrava para regiões cafeeicultoras e desenvolvimento da urbanização, gerou uma crise na produção de gêneros de subsistência no Paraná, o que “levava a uma intolerável dependência dos paranaenses da

⁴ NADALIN, S. O. *Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.p. 71.

importação de artigos do exterior e das outras províncias”⁵.

Devido a esta conjuntura, vários governantes desta província, com o argumento de que solucionariam o problema do abastecimento de alimentos e da baixa densidade demográfica no estado⁶, empreenderam ações que visavam atrair e estabelecer nacionais e imigrantes agricultores em seu território, organizados agrupamentos de pequenas propriedades, chamadas de colônias agrícolas, destinadas a produção de alimentos para subsistência.

Assim, os investimentos em colonização estavam entre as pautas principais de várias administrações que passaram por este estado, dentre as quais, evidencia-se a de Adolpho Lamenha Lins, presidente da província entre 1875 e 1877. Sua política, também denominada de linismo, pretendia dar continuidade ao estabelecimento de imigrantes, adjetivados em seus discursos como “laboriosos e morigerados”, e após pesquisar sobre os sucessos e fracassos das primeiras experiências com as colônias realizadas na província pelas gestões anteriores, pontuou algumas diretrizes para o novo sistema de colonização⁷:

- a- As colônias em hipótese alguma deveriam ficar situadas longe dos grandes centros consumidores;
- b- Os núcleos coloniais deveriam ser localizados nos terrenos contíguos às estradas carroçáveis já

⁵ Idem.

⁶ BALHANA, Altiva Pilatti. *Política Imigratória do Paraná*. Revista Paraná Desenvolvimento, Curitiba, v. n.87, p.39-50, jan/abr., 1996.

⁷ STEIN, Marcos Nestor. *Colonos e Colônias Agrícolas no Paraná nos Séculos XIX e XX. I congresso internacional de História regional*. Anais. Passo Fundo, UPF, 2011.

existentes; Graciosa, Mato Grosso que ligava Curitiba aos Campos Gerais e a do Assungui, carroçável em alguns quilômetros para o norte de Curitiba;

c- Uma simples estrada vicinal, partindo da estrada tronco, seria suficiente para ligar os núcleos com a capital;

d- A verdade sempre deveria ser dita ao imigrante sobre a nova pátria em vez de poéticas descrições e exageradas promessas;

e- O transporte seria facilitado, evitando que o imigrante sofresse privação e maus tratos;

f- Os lotes de terra seriam oferecidos nas vizinhanças dos centros populosos e tornados comunicáveis entre si, por estradas de rodagem;

g- O colono poderia ligar-se à terra que habitava, pelo direito de propriedade, facilitando-se a aquisição da mesma;

h- Cada imigrante maior de 10 anos teria auxílio de fixação de 20\$000rs. e mais a mesma soma para compra de utensílios e sementes;

i- Após a fixação do imigrante, este seria logo empregado na construção das estradas da colônia, cessando então a alimentação por conta do governo;

j- Em cada colônia mais afastada da capital, seria edificada uma escola e capela;

k- A venda de sua produção agrícola seria possibilitada pela proximidade do mercado urbano, para que desta forma o imigrante não tardasse em pagar o valor da terra ao governo;

l- As novas gerações que houvessem aprendido a lidar com a terra e dominar as condições brasileiras, deveriam ser orientadas para o interior, evitando-se desta forma que as mesmas se urbanizassem;⁸

⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba-PR. Editora gráfica Vicentina, 1995. p. 144

Apoiado na trilogia *colonização, indústria e capital*, Lamenha Lins acreditava que, se aplicado da maneira correta, o modelo de colônias agrícolas solucionaria o problema do abastecimento de alimentos⁹. Neste sentido, propôs as diretrizes acima citadas, com intuito de evitar a evasão dos colonos para os grandes centros. O resultado disso foi a criação de várias outras colônias com este modelo e objetivo no decorrer de sua administração e das administrações seguintes que deram sequência a política de colonização. Além destes esforços de âmbito estadual, para o estabelecimento deste tipo de colonização, também houve investimentos de instância federal e de iniciativa privada.

Dessa maneira, de acordo com Nadalin, entre 1829 e 1911 instalaram-se no Estado 83.012 colonos estrangeiros¹⁰. Além dos estrangeiros, o território paranaense foi palco em que se fixaram pessoas de várias regiões brasileiras. O Oeste e Norte do Estado são exemplos deste tipo de ocupação¹¹.

Esse processo foi acompanhado pela produção e difusão de discursos acerca destes migrantes e imigrantes, os quais eram qualificados positivamente, de modo a legitimar as iniciativas de colonização. Tais discursos foram, e por vezes ainda são, constantemente reproduzidos em documentos oficiais, textos

⁹ SANTOS, C. R. A. *Vida Material Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001. p. 78-79

¹⁰ NADALIN, S. O. Op. cit., p.77

¹¹ TOMAZI, Nelson D. *Norte do Paraná*. História e Fantasmagorias. Tese (doutorado em História) Curitiba: UFPR, 1997.

acadêmicos, livros didáticos, na mídia, constituindo, assim, uma determinada memória sobre o processo de ocupação do Paraná. Isso pode ser lido na seguinte declaração proferida por Bento Munhoz da Rocha Netto, por ocasião das comemorações do Centenário de Emancipação do Paraná, em 1953:

(...) A vós todos um recado do Paraná para o Brasil: Isto aqui tem características regionais nossas, específicas. Temos manchas louras, gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquela que mais o seja. Temos aqui brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram deste nosso Brasil, como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses¹².

Neste trecho nota-se a intenção de criar uma identidade para o Estado do Paraná, na qual se ressalta a presença de imigrantes europeus, em detrimento de outros grupos que também ocuparam o território paranaense. Nesta e em outras narrativas sobre a população que compõe o estado é possível perceber que a mesma é retratada como sendo composta por vários grupos de diferentes origens, que convivem harmonicamente, compondo o chamado “mosaico étnico”. Ademais, foram publicados muitos materiais comemorativos, que contribuíram para que esses discursos se cristalizassem, dentre estes está à revista

¹² NETO, Bento Munhoz da Rocha. Discurso pronunciado na sessão de instalação de um dos congressos comemorativos do centenário. In: **Ilustração Brasileira**. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV, N.º 224. Rio de Janeiro: Edição da S. A. “O Malho”. 1953. p. 19.

Etnias no Paraná. Isto posto, iniciaremos esta análise pelos textos de apresentação da revista, escritos por integrantes da administração do estado, no ano de 1989. O primeiro texto, de autoria do ex-governador Álvaro Dias, declara:

O Paraná é um dos Estados da Federação de melhores possibilidades de bom sucesso nas mais diversas áreas de atuação social. Mercê de seu governoso povo e das condições de seu clima e de sua expressão econômica e social, a “terra de todas as gentes” merece um lugar destacado no cenário brasileiro e na perspectiva do futuro. Em função de um conjunto de qualidades de sua gente e de sua atual administração, é possível afirmar que “no Paraná o Brasil é levado a sério”.

Diante de tão generosas qualificações, é gratificante para o Governo do Estado a constatação de que os eventos culturais, independentemente de sua natureza e extensão, caracterizam as faces da sensibilidade e da alegria da população, como é exemplo o Festival Folclórico e de Etnias. No ano em que o nosso país comemora o centenário da Proclamação da República, com destaque para seus heróis e mártires, o Paraná sente-se orgulhoso em patrocinar espetáculos tão enriquecidos de emoção como o festival folclórico e de etnias. Neste momento de grandes desafios para a vida nacional, o Paraná recebe carinhosamente os estilos e as expressões de outros povos para a confraternização de ideias e comunhão de esperanças¹³.

¹³ **Revista Etnias no Paraná**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1989.

As palavras do governador constroem uma narrativa que liga o presente e as perspectivas de futuro da população paranaense com a sólida base de um passado, comum a todos. Diferencia as condições climáticas, econômicas e sociais deste estado em relação aos outros estados brasileiros, ressaltando que o Paraná “merece um lugar destacado no cenário brasileiro”, devido a esta diferenciação.

Cabe informar que a gestão de Álvaro Dias como governador do Estado do Paraná (1987-1991) implementou uma série de políticas relacionadas a preservação de patrimônio histórico e cultural, como podemos perceber por meio do decreto Nº 6.528:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, nos termos da Lei n.º 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por finalidade coordenar e promover as atividades concernentes à área cultural.

Art. 2º - Para o cumprimento de suas finalidades, à Secretaria de Estado da Cultura caberá:

I – a promoção e a difusão da cultura em todas as suas manifestações;

II – o estímulo e a orientação às atividades culturais dos Municípios;

III – a captação e a aplicação dos recursos públicos e privados, para a instalação e a manutenção de bibliotecas, museus, teatros e outras unidades culturais;

IV – o apoio para a constituição de grupos voltados a todas as formas de manifestação cultural e artística;

V – a conservação e a ampliação do patrimônio cultural, compreendendo a preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, além de monumentos, paisagens naturais e jazidas arqueológicas;

VI – a instituição e a manutenção de um sistema de informações relativo à planos, projetos e atividades desenvolvidos pela Secretaria;

VII – o incentivo à organização e à divulgação de estudos, pesquisas e quaisquer outros documentos de interesse para a cultura paranaense;

VIII – o incentivo à efetiva participação da comunidade na elaboração e proposta de planos, projetos e eventos de natureza cultural;

IX – o patrocínio de edição e reedição de documentos e estudos de especial relevância para a reconstituição de eventos de grande significado cultural;

X – a concessão de bolsas de estudo, auxílios e subvenções para pesquisas e investigações na área da cultura;

XI – o estímulo e o apoio à iniciativa privada paranaense, mediante concessão de auxílios e subvenções para a realização de atividades e eventos em sua área de atuação;

XII – a regionalização da atuação setorial a nível intra e interregional, bem como a criação de mecanismos de controle destas ações;

XIII – a promoção da especialização de pessoal nas diversas áreas da produção cultural.

Parágrafo Único – A Secretaria de Estado da Cultura poderá apoiar a realização de eventos culturais em outros estados e países sempre que os mesmos contribuam para a difusão da cultura paranaense¹⁴.

Este decreto só entrou em vigor no ano de 1990, mas pode-se observar que antes mesmo dele o governo empreendeu ações neste sentido como a publicação da revista e patrocínio ao evento. Além disso, em seu discurso, o ex-governador trata também do ano de centenário da proclamação da república como uma tentativa de relacionar o Paraná com o restante do país, mas mantendo ressaltadas as características que o diferenciam. Afirma também que se trata de um “momento de grandes desafios para a vida nacional” e que nesse contexto o Paraná se orgulha de receber diferentes “estilos e expressões de outros povos para a confraternização de ideias e comunhão de esperanças.” Nota-se que o Paraná é representado como um lugar de convivência harmoniosa entre os vários povos que se fixaram em seu território, constituindo uma memória de um lugar onde não há conflitos.

René Ariel Dotti, então secretário de Estado e Cultura, também redigiu uma página de apresentação do evento. Nela afirma que uma política cultural de Estado que pretende desenvolver “princípios e regras” para as artes e para a literatura deve apoiar realizações como o

¹⁴ BRASIL, PARANA. Decreto nº6.528, de 25 de janeiro de 1990. Estabelece o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_Decretos/DEC6528.pdf.). Acessado em 20/07/2014

Festival Folclórico e de Etnias no Paraná. Ressalta que a importância do evento, pois “traduz as expressões da música e da dança” de outros países que convivem e contribuem para o crescimento do estado. Deste texto destaca-se o seguinte trecho:

Sob outra perspectiva o Festival Folclórico e de Etnias vale como projeto de integração racial na medida em que, sem discriminações é construído por diversas variantes de cultura e de História. Por isso mesmo que o evento não tem caráter competitivo. Trata-se de um exemplo muito significativo, no momento histórico em que muitos países vivem em regime de guerra fria declarada e assumida¹⁵.

A ideia de “integração racial” é reforçada novamente negando os conflitos ao se referir à fraternidade na convivência desses grupos - diferentemente do que estaria ocorrendo em outros países.

O terceiro e último texto de apresentação é de Carlos A. de Almeida Ferreira, que em 1989 era Diretor Presidente do Banco Banestado¹⁶. Ele inicia o texto afirmando que uma empresa moderna deve ter comprometimento com o desenvolvimento da comunidade em que se encontra, e não apenas com lucros. Em seu texto, evidencia-se o seguinte trecho:

¹⁵ **Revista Etnias no Paraná.** Op. Cit.

¹⁶ O Banco do Estado do Paraná, Banestado, era um banco estatal pertencente ao Paraná, privatizado e comprado pelo Banco Itaú em 2000.

(...) O apoio ao festival segue esta linha de pensamento. É mais uma promoção que mostra o que o Paraná tem de mais rico e significativo nas suas tradições culturais. Somos afinal um imenso laboratório multirracial de 200 mil quilômetros quadrados onde convivem harmoniosamente, grande parte das etnias do planeta¹⁷.

O Paraná é identificado como um "imenso laboratório multirracial". O interessante é que esse laboratório não é caracterizado pela mistura entre todos estes grupos, mas sim pela sua convivência harmoniosa, circunstância que manteria as diferenças.

Nos três discursos é possível perceber que o Paraná é representado como um estado constituído de diferentes povos que preservam e devem continuar preservando as "tradições" de seus antepassados, tais quais eram no passado. Ou seja, cria-se uma memória coletiva a respeito da população do Paraná por meio de um discurso comemorador. Segundo Todorov, existem três tipos de discurso que organizam os vestígios do passado. O da testemunha, que se preocupa com o acontecimento em si, a partir de suas lembranças, podendo omitir, reter, deformar os acontecimentos. O do historiador, que tem o intuito de interpretar e analisar o passado, lançando-o um olhar crítico que não perde de vista sua subjetividade. E o do comemorador que tem

¹⁷ Idem.

como foco construir uma memória coletiva, ou seja, não tem compromisso com a "verdade" nem com os métodos¹⁸.

(...) a memória, no sentido de vestígios do mnésicos, é sempre e unicamente individual; a memória coletiva não é uma memória, mas um discurso que evolui no espaço público. Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou grupo dentro da sociedade querem dar a si mesmo¹⁹.

Nessa perspectiva, tanto o historiador como o comemorador produzem discursos a serem apresentados na esfera pública. Contudo, o historiador submete os vestígios a exames e análises críticas, em busca de seus múltiplos significados, já o comemorador busca adaptar o passado aos seus objetivos presentes. Portanto, a memória coletiva deve ser entendida como historicamente construída por indivíduos em prol de determinados objetivos.

Em seguida, temos os discursos sobre os diferentes grupos, classificados como etnias. O primeiro grupo apresentado na revista são os “Os Gaúchos no Paraná”, único texto que remete a um grupo “nacional”.

Adotando esse amplo horizonte por morada e a atitude de livre do índio, os gaúchos viviam nas fronteiras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre Entre Rios e Santa Fé, na Argentina e

¹⁸ TODOROV, Tzevetan. Memória do mal tentação do bem. SP:ARX, 2002.

¹⁹ Idem.

no Uruguai. O gaúcho era o homem das fronteiras no Sul, com traços que hora remetiam aos portugueses e espanhóis, mas que também tinham a mestiçagem com o índio, em menor grau, e mais tarde com o negro.

Mais do que o tipo físico, o jeito de viver em razão do trabalho na campanha, com o gado vacum principalmente e depois o carneiro, montado a cavalo, portanto valores e atitudes do homem integrado à natureza aberta, o gaúcho passou a se constituir²⁰.

Neste sentido, o texto caracteriza como “gaúchos” todos aqueles que adotaram a “atitude livre do índio” que viviam “nas fronteiras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná” e que segue “valores e atitudes do homem integrado à natureza”. Neste texto o “gaúcho” é caracterizado como resultante da mistura entre espanhóis, portugueses índios e negros. É importante destacar que os textos “Gaúchos no Paraná” “Os japoneses no Paraná” são os únicos a tratar da miscigenação como a efetiva mistura dos povos, e não como apenas uma “convivência harmoniosa” entre eles. Isso pode ser percebido no seguinte trecho:

Decorridos 80 anos da entrada dos primeiros japoneses que vieram no Kasato Maru, restam poucos nacionais do Japão em território paranaense. Em contra-partida, os brasileiros de origem nipônica que constituíram a geração nissei são muito numerosos e pela facilidade e preferência que

²⁰ Revista etnias no Paraná. Op. Cit.

tiveram na miscigenação com brasileiros, já existe uma geração sansei, com poucos traços étnicos e culturais do Oriente²¹.

No texto referente aos “Portugueses no Paraná,” percebe-se o objetivo de interligar a história do Paraná com a história do Brasil. Conforme o texto, antes da Proclamação da Independência, o Brasil era uma extensão de Portugal, desta forma, portugueses e negros não eram considerados “rigorosamente imigrantes”. Verificam-se as noções de uniformidade e continuidade com relação à ocupação portuguesa.

No seguinte trecho, são atribuídas as seguintes características aos imigrantes portugueses: “São portugueses de origem humilde e camponeses dispostos a enfrentar qualquer trabalho, embora uma parte logo se dedique ao comércio”. Considera inerente aos portugueses a aptidão para o comércio. Nos parágrafos seguintes do texto, afirma que a cidade de Paranaguá é o lugar do Paraná de maior herança lusitana e mais traços culturais portugueses. No último parágrafo, justifica que não há mais tantos nomes de origem portuguesa na cidade de Curitiba devido à “cosmopolitização” da cidade que os faz “ceder espaço” para os nomes de imigrantes de outras origens como poloneses, alemães, ucranianos, entre outros.

Aos outros grupos elencados na revista são destacados elementos materiais ou de sua personalidade que contribuíram para a constituição de um estado de sucesso e progresso, e que fazem de cada

²¹ Revista etnias no Paraná. Op. Cit.

grupo diferentemente especial. Isto pode ser constatado a partir dos trechos a seguir:

Sobre “os Italianos no Paraná”:

Se alguém disser que foram os italianos que inventaram o gesto, o teatro, o canto, o vinho e as massas comestíveis não conhece história, mas pode conhecer bem os italianos. Afinal, essas coisas fazem parte da alma italiana, de sua cultura²².

Sobre “os Germânicos no Paraná”:

[...] existem muitos indicadores da influência germânica em Curitiba, e que não foram exemplificados neste documento. É importante salientar conseqüentes influências nas mudanças de orientação artística, no estilo arquitetônico e a proliferação de edifícios com finalidades essencialmente comerciais, além das mudanças nas tradições religiosas e na própria dieta alimentar da população²³.

Sobre “os Holandeses no Paraná”:

Os Holandeses são os mais recentes imigrantes do Paraná. Aqui chegaram, a partir de 1911 e fixaram-se no segundo planalto paranaense, na faixa de clima subtropical, e imprimiram sua elevada tecnologia nas atividades agropecuárias e industriais da

²² Idem

²³ Idem.

região²⁴.

Sobre “os Poloneses no Paraná”:

(...) A imigração polonesa caracterizou-se em nosso país por ser fundamentalmente camponesa. Os camponeses poloneses transformaram as terras outrora incultas dos dois primeiros planaltos, em celeiros do Paraná. Introduziram novas técnicas agrícolas, novos instrumentos, novos produtos e uma mentalidade agrícola nova para a época. Mas o que mais caracterizou a imigração polonesa no Paraná foi a aceitação e difusão da carroça. No Paraná, esse fato gerou um ciclo intermediário entre o transporte em lombo de burro e o rodoferroviário²⁵.

Observa-se, também, que há um silenciamento em relação a outros grupos que ocuparam o estado, pois é ressaltada apenas a ocupação europeia, asiática, e, quanto aos grupos de nacionais, apenas a sulista. Acerca do texto “os Ucranianos no Paraná”, há um importante ponto a ser destacado no seguinte fragmento:

(...) Sob a proteção da ONU, que sustentou materialmente, todos os refugiados, conseguiram os ucranianos a sua imigração para o continente americano.

A maior parte deles, seguiu para os Estados Unidos da América, Canadá, Argentina e outros países americanos. E no caso do Brasil, mais uma vez, o Paraná foi o Estado preferido.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

A pesar das tendências de absorção pela corrente majoritária do grupo eslavo, constituída pelos poloneses, conseguiram os ucranianos, manter sua identidade cultural. Para isso contribuíram não somente os imigrantes de após a Primeira Guerra Mundial, mas principalmente as Igrejas, tanto católica, quanto a ortodoxa, pois através do rito conseguiram manter a unidade lingüística. Ocuparam largo setor das atividades econômicas, conseguindo uma relativa prosperidade, sobre tudo nas frentes pioneiras do Paraná²⁶. (Grifo nosso).

O trecho em destaque demonstra o “medo” deste grupo ter sua cultura misturada e/ou confundida com a de outro grupo eslavo. Isto nos faz questionar em que medida a convivência entre estes grupos era de fato “harmoniosa”. Há certa preocupação marcar a diferença entre a “identidade cultural” dos ucranianos e dos poloneses. Neste sentido, a identidade da população paranaense construída nos discursos da revista é marcada pela diferença. A explicação de Kathryn Woodward acerca da relação entre identidade e diferença nos ajuda a compreender o trecho acima.

As identidades são fabricadas por meio da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença — a simbólica e a social — são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de

²⁶ Idem

sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos - nos/eles (por exemplo, sérvios e croatas); eu/outro²⁷.

Podemos perceber no trecho da revista em destaque que tanto ucranianos como poloneses tem origem eslava, ou seja, descendem de imigrantes vindos da mesma região da Europa. No entanto, as diferenças são marcadas no texto em detrimento das semelhanças, dentro de padrões que podemos entender com o *sistema classificatório*, explicado por Kathryn.

Portanto, o conjunto das narrativas da revista apresenta cada "etnia" como um grupo com uma história comum e portador de características fixas, mesmo decorridos aproximadamente cento e trinta anos do início da (re)ocupação do estado até o ano de lançamento da revista, em 1989. Assim, torna-se extremamente necessário problematizar como são construídas historicamente as fronteiras que são usadas para estabelecer as identidades dos grupos no Paraná.

²⁷ WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7 -72.

Referências:

BALHANA, Altiva Pilatti. *Política Imigratória do Paraná*. Revista Paraná Desenvolvimento, Curitiba, v. n.87, p.39-50, jan/abr., 1996.

BRASIL, PARANA. Decreto nº6.528, de 25 de janeiro de 1990. Estabelece o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_Decretos/DEC6528.pdf. Acessado em 20/07/2014

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

NADALIN, S. O. *Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.p. 71.

NETO, Bento Munhoz da Rocha. Discurso pronunciado na sessão de instalação de um dos congressos comemorativos do centenário. In: *Ilustração Brasileira*. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV, N.º 224. Rio de Janeiro: Edição da S. A. “O Malho”. 1953. p. 19.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.p.140.

SANTOS, Carlos Roberto A. *Vida Material Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001. p. 78-79

STEIN, Marcos Nestor. Colonos e Colônias Agrícolas no Paraná nos Séculos XIX e XX. *I congresso internacional de História regional*. Anais. Passo Fundo, UPF, 2011.

TODOROV, Tzevetan. *Memória do mal tentação do bem*. SP:ARX, 2002.

TOMAZI, Nelson D. *Norte do Paraná*. História e Fantasmagorias. Tese (doutorado em História) Curitiba: UFPR, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba-PR. Editora gráfica Vicentina,1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7 -72.

Terra, trabalho e trabalhadores: área rural e relações de trabalho em Foz do Iguaçu – Paraná

Lucas Eduardo Gaspar¹

Resumo: Quando pensamos no município de Foz do Iguaçu as primeiras coisas que aparecem em nossa mente são os pontos turísticos (Itaipú Binacional e Cataratas) e o grande centro de comércio entre os países vizinhos (Paraguai e Argentina). O intuito deste artigo é o de ampliarmos a nossa visão sobre a área rural deste município, como ela se constitui atualmente e o seu processo histórico de transformações. Mais do que somente o espaço físico, é interessante abordar também a dinâmica dos sujeitos que o constituem, quais as relações de trabalho empregadas nessa área e quais as significações e formas de luta dos trabalhadores. Neste texto estão presentes as conclusões feitas a partir de questões sobre a área rural de Foz do Iguaçu e suas relações de trabalho.

Palavras chave: Trabalhadores, Área Rural; Terra; Relações de Trabalho.

Resumen: Cuando pensamos en la ciudad de Foz do Iguaçu las primeras cosas que aparecen en nuestra mente son los lugares de interés (la Itaipú Binacional y Cataratas) y el principal centro de comercio entre

¹ Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Faz parte da equipe do laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais e do grupo História Social do Trabalho e da Cidade. O presente artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica na área de História, realizada nos anos de 2012 e 2013 sob orientação do professor Dr. Vagner José Moreira E-mail: l.e.gaspar@hotmail.com

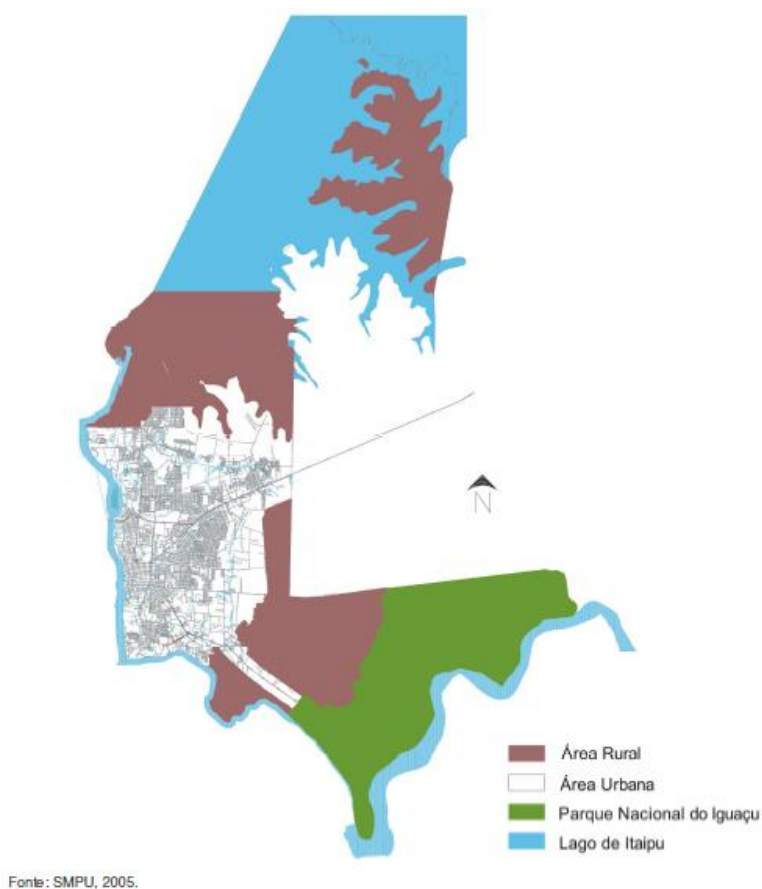
los países vecinos (Paraguay y Argentina). El propósito de este trabajo es ampliar nuestra penetración en la zona rural de lo municipio, como lo es actualmente y su proceso histórico de transformación. Más que un simple espacio físico, es interesante para hacer frente a la dinámica de los individuos que la conforman, incluyendo las relaciones de trabajo empleadas en este ámbito y cuál son los significados y las formas de lucha de los trabajadores. En este trabajo están presentes las conclusiones hechas de preguntas acerca de la zona rural de Foz do Iguaçu y su relación de trabajo.

Palabras clave: Trabajadores; Área Rural; Tierra; Relaciones Laborales.

Entre Peculiaridades e Ocultações: A constituição da Área Rural de Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu localiza-se no extremo oeste do estado do Paraná, tem como área total 617,71 km². E, aproximadamente, 31% da área do município é caracterizada como urbana, tendo 191,46 km². A área rural do município ocupa em torno de 22,37% do território, contando com uma extensão de 138,17 km², o restante da área do município é dividido entre a área do Parque Nacional, que ocupa 22,44% da área total, juntamente com a área do lago de Itaipu, que conta com 24,14% do território do município, e 0,6% do território é referente à Ilha Acaray, localizada no Rio Iguaçu, na divisa do Paraguai

com o Brasil.² Podemos perceber também como se dá a distribuição dessas áreas em um mapa feito pela Prefeitura de Foz do Iguaçu:



Prefeitura de Foz do Iguaçu, Lei Complementar N°115, 2006.
Fonte: SMPU, 2005.

² Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Anexo I da Lei Complementar N°115, de 9 de outubro de 2006.

Percebe-se que a área rural de Foz do Iguaçu ocupa o menor espaço no território do município (além, logicamente, da área territorial da Ilha Acaray, que consta com uma parcela ínfima do território total), tendo seu espaço menor que a área urbana, que o Parque Nacional e a região do Lago de Itaipu. Essa é uma das características usadas pelas classes dominantes como um suposto “motivo” para a não visibilidade da área rural do município, além da sua exaltação do comércio e turismo do município, ocultando também as atividades agropecuárias e aos trabalhadores rurais de Foz do Iguaçu. Mas, mesmo tendo o menor território do município não significa que nele não existem questões pertinentes para análise.

Sempre que se pensa no município o que entra em questão é o turismo, comércio e as obras públicas, como por exemplo a Usina de Itaipu, visando construir imagens e sentidos para essa visão do município, ocultando até mesmo uma categoria social. Esse silêncio sobre a atividade rural aparece claramente nos discursos e narrativas sobre o Foz do Iguaçu, em que é dada ênfase principalmente no crescimento populacional trazido pela obra da Usina de Itaipu e o comércio turístico, que movimenta a economia do município.

Um expressivo aumento populacional, 383% segundo o IBGE, deu-se entre as décadas de 70 e 80 (do século XX) motivadas pela construção da Usina de Itaipu. Em meados de 80, percebe-se um crescimento importante nas transações entre Brasil e Paraguai, quando se intensificou o turismo de compras e o comércio atacadista exportador na

região fronteira. Este segmento do turismo já foi responsável por 10,6%, dos turistas em Foz do Iguaçu, assumindo parte da economia local através da geração de emprego e renda, pela movimentação de hotéis, agências de viagens, lanchonetes, restaurantes, transporte entre outros.³

A ocultação e o silêncio sobre as atividades agropecuárias e construção da imagem para a cidade são discutidas nas formulações da pesquisadora Aparecida Darc de Souza, que estudou as experiências e memórias dos trabalhadores sobre o contrabando e turismo em Foz do Iguaçu. Ao abordar a construção da imagem do município como “Terra das Cataratas”, voltada principalmente ao turismo, afirma que “são imediatamente expulsas muitas experiências sociais. Estão ausentes os moradores e seus modos de viver”⁴, ocultando até mesmo parcelas da sociedade, como os trabalhadores rurais, não mostrando as desigualdades na sociedade iguaçuense. Em relação a área rural de Foz do Iguaçu são ocultadas suas modificações juntamente com as transformações e sua influência econômica para o município, quais os sujeitos e relações de trabalho e vida que se dão nesse campo.

Esta construção está intimamente ligada com a busca de alguns grupos dominantes de, através da elaboração de uma visão e memória de Foz do Iguaçu, efetivar interesses, tanto econômicos como sociais,

³ Ibidem.

⁴ SOUZA, A. D. Experiências, memórias e percepções dos trabalhadores sobre o contrabando em Foz do Iguaçu. In: BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. (Orgs.) Trabalho e Trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos. EUNIOESTE, 2011. p. 57

em que “a constituição dessa visão, como hegemônica, legitimaria os projetos e interesses econômicos de tais grupos. Tratava-se, portanto, de uma tentativa de articulação da história desses grupos com a história da própria cidade” ⁵ trazendo as qualidades, vantagens e evoluções do município como atrativo e também como uma forma de controle social. Pois “a ocultação é um dos procedimentos mais comuns nesse dispositivo de controle do passado pelo poder. O passado é um estorvo do qual é preciso se livrar.”⁶ A história, ou a ocultação dela, se utiliza desses artifícios sendo “capaz de dar lições, de distribuir lauréis aqueles que conseguiram manter-se em cena ou mesmo de conduzir julgamentos do alto de seu ‘tribunal’ (...) e as vezes ela guarda seus ‘enigmas’, recusa-se a falar.”⁷ Os grupos referidos aqui são de fácil identificação, são eles o Poder Público que a cada gestão não realiza ações para a transformação desta memória ou o fim desta ocultação, os grandes comerciantes de Foz do Iguaçu também contribuem para a construção desta visão e projeto, pois são beneficiados com a imagem de cidade turística e do comércio.

Essa análise serve para que de alguma maneira a área rural e os trabalhadores de Foz do Iguaçu ganhem visibilidade, mostrando que essa área existe sim no município, e que acompanhou e fez parte das

⁵ SOUZA, A. D. Os Trabalhadores e a história do turismo em Foz do Iguaçu (1979-2000). *Tempos Históricos*, v. 14, n 1, p. 151-167, 2010. p.153

⁶ CHESNEAUX, J. *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? Sobre história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

⁷ *Ibidem*

modificações de Foz do Iguaçu, tentando assim, desconstruir essa ocultação presente no município de Foz do Iguaçu em relação a sua área rural. E mais do que isso, explicitar, historicamente, a dinâmica deste espaço e dos sujeitos que o habitam.

Os censos agropecuários realizados pelo IBGE, de 1960 até 2006, serviram para que possamos perceber as mudanças na estrutura fundiária do município ao longo desse período de mais de 40 anos, tempo esse de uma série de emancipações políticas de municípios e vilas, que antes pertenciam ao município de Foz do Iguaçu.

Tabela 01: Condição do Produtor de Foz do Iguaçu, 1960-2006.

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
1960	1197	56021	133	1715	-	-	118	3912	1503	86298
1970	942	46855	63	724	65	609	515	10526	1585	58714
1975	1065	38728	405	4751	153	1247	177	2186	1800	46912
1980	751	37425	193	3234	80	2358	192	1953	1216	44997
1985	923	15821	115	1315	8	212	282	945	1329	18293
1996	290	13723	47	1441	7	239	4	272	348	15675
2006	945	22335	104	3402	21	1074	233	2552	1303	29363

Fonte: IBGE

Tabela 02: População na Área Rural de Foz do Iguaçu, 1960-2006.

	Estabelecimentos	Número de Pessoas
1960	1503	8369
1970	1585	5897
1975	1800	7381
1980	1216	4739
1985	1329	5439
1996	348	1414
2006	1303	2840

Fonte: IBGE

Um aspecto importante de se notar com essas tabelas é a variação dos números desde 1980 a 2006, onde, após uma baixa no ano de 1980, já no ano de 1985 os números crescem na maioria das categorias analisadas, nesse período a população rural sofre um aumento de 14,77%, a também o número de estabelecimentos nesses anos em 9,29%. Essas variações com diminuição e aumento seguem nos censos seguintes, pois percebe-se que em 1996 os números caem novamente na maioria das categorias, sofrendo uma baixa de 73,81% no número de estabelecimentos e 74% na população rural. Já no censo seguinte esses números vão novamente se inverter, pois em 2006 esses números vão novamente aumentar, crescendo, em relação ao ano anterior 100,84% na população rural e 274,42% de aumento no número de estabelecimentos. Nesse último censo pode ser notado também um

aumento na área rural total do município, área essa que desde o ano de 1960 vinha diminuindo, já em 2006, comparado ao ano de 1996, essa área sofre um aumento de 87,32%.

Estes dados nos servem para indagações e análises pertinentes ao nosso tema como, o que essa variabilidade dos números podem nos informar sobre a área rural de Foz do Iguaçu, para além de somente aumento e diminuição no número de estabelecimentos, áreas e pessoas? Essa pequena análise da variação dos números relacionados à área rural do município pode ser útil para nos informar como a questão fundiária em Foz do Iguaçu é complexa, pois não acompanha regras que poderiam ser relacionadas com o município, como a de constante diminuição desses números, que poderiam estar ligados ao constante número de emancipação de municípios, que anteriormente faziam parte da área de Foz do Iguaçu, mas também não acompanha um padrão de constante crescimento.

O município de Foz do Iguaçu conta com um modulo rural bastante particular, pois, como é possível observar na tabela seguinte 77,53% das propriedades rurais são consideradas pequenas, de 0,0 à 5,0 hectares. Ou seja, a área rural do município é constituída em grande medida pela agricultura familiar, o que não exclui que ainda assim exista um grupo de trabalhadores assalariados nas propriedades de médio e grande porte.

Tabela 04: Tamanho e número de propriedades do município de Foz do Iguaçu no ano de 2012

Tamanho da propriedade	00,0 à 5,0 há	5,0 à 10,0 há	10,0 à 20,0 há	20,0 à 30,0 há	30,0 à 40,0 há	40,0 à 50,0 há	50,0 à 100,0 há	100,0 à 200,0 há	200,0 à 500,0 há	Acima de 500,0 há
Numero de propriedades	42	4	3	4	6	4	1	5	4	3

Fonte: Secretaria da Agricultura, 2012.

Essa predominância de pequenas propriedades é uma particularidade que se distingue do restante do país que é caracterizado pela concentração fundiária que gera uma alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil⁸, o município conta com uma série de programas da Secretaria da Agricultura de Foz do Iguaçu voltados à produção nessas pequenas propriedades de agricultura familiar, tais como, a “Patrulha Mecanizada”, que disponibiliza tratores para o preparo do solo; a “Inseminação Artificial”, que disponibiliza o melhoramento genético aos pequenos produtores; o programa de “Apoio a Piscicultura” de acompanhamento técnico nessa produção,

⁸ HOFFMANN, R. NEY, M.G . Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação / Rodolfo Hoffmann e Marlon Gomes Ney. – Brasília : Ministério do desenvolvimento Agrário, 2010.

juntamente com um programa da Secretaria da Agricultura, que compra e distribui nas escolas do município toda a produção de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, “promove a inclusão econômica e social com fomento a produção e sustentabilidade, incentivando o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela Agricultura Familiar.”⁹

Esta questão vai além da simples percepção de que a área rural de Foz do Iguaçu está na contramão de um padrão fundiário brasileiro, contando com predominância e apoio da prefeitura às pequenas propriedades de agricultura familiar. Devemos voltar nossos olhares e análise da questão de como esses programas da Secretaria da Agricultura acabam por não afastar ou diferenciar a produção familiar do município da lógica capitalista de produção e inserção no mercado, e sim o oposto, de incentivar e perpetuar essa lógica nas pequenas propriedades, gerando assim um mercado para esses produtores e, por consequência, a dependência que esses pequenos agricultores estão sujeitos. Como afirma Virgínia Fontes em seu livro “O Brasil e o capital-imperialismo”, que ao falar das expropriações produzidas pela expansão capitalista lembra:

Essa população – e parcela daquela que persiste no campo – depende crescentemente do mercado para subsistir e, que se configure em disciplinada massa trabalhadora, quer como população “sobrante”,

⁹ Secretaria Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Panfleto. 2011

depende, para sua existência, de relações mercantis. Uma vez incorporado ao mercado a reprodução da própria vida passa a dele depender, ainda que em graus diferenciados, desiguais.¹⁰

Leis, Justiça e Apropriações: Os Processos trabalhistas como forma de luta.

Ao falarmos em leis, e principalmente de uma instituição que controla e aplica essas leis, partimos aqui de uma reflexão mostrada por E. P. Thompson (1987) em seu livro *Senhores e caçadores*, que nos mostra a dualidade contraditória das leis, pois, “as formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder”¹¹.

É justamente desta perspectiva que partiremos aqui, pois, por mais que as leis e Justiça do Trabalho fossem criadas para servir a uma classe dominante, ela deve pelo menos ter um discurso de imparcialidade e igualdade, tendo consciência disso a classe não dominante utiliza esta instância “legal” para de alguma maneira lutar a favor de seus interesses e resistir à exploração do trabalho.

Desde as primeiras décadas do século XX no Brasil vinham ocorrendo uma série de reivindicações e lutas da classe trabalhadora

¹⁰ FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, EPSJV, 2010. p.51

¹¹ THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e Caçadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 358

brasileira em relação ao cumprimento ou criação de direitos referentes a essa classe, e também um movimento de tomada de consciência e luta por melhores condições de trabalho, o Estado, preocupado com essas ações acaba se organizando e agindo contra elas, como lembram Antônio de Pádua Bosi e Rinaldo José Varussa (2009), no artigo “O trabalho em disputa”:

A nova ossatura do Estado, pensada para promover a modernização da economia nacional, estabeleceria novos fundamentos para lidar com os conflitos de classes, introduzindo uma ideologia que pregava a colaboração entre o capital e o trabalho... O judiciário atuaria, então, a partir de um conjunto de regras criadas sob medida para a manutenção da disciplina do trabalho... Foi neste quadro de forças que se produziu a Legislação Trabalhista, mais tarde compilada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Na prática, a resposta das classes dominantes – efetuadas por meio do Estado – contra o movimento operário nas décadas de 1910 e 1920.¹²

Notamos que esta ação dos trabalhadores, que percebemos que tem um cunho consciente e independente, serve para reafirmarmos nossa reflexão de que esta classe era composta por sujeitos que estavam inseridos no meio social, que sofriam influência dele, mas que quando havia necessidade poderia agir para transformá-lo, e nesse caso, acabou

¹² BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. O trabalho em disputa. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 35-36

transformando, esta transformação, assim como iria acontecer com a Justiça do Trabalho, veio mascarada como benefícios, mas que na verdade não passavam de movimentos do Estado para contê-las, ou seja, “A produção de uma legislação trabalhista visaria apaziguar a escalada das greves e cultivar uma força de trabalho disciplinada, que receberia previdência social, assistência médica e hospitalar, férias remuneradas, etc.”¹³

A Justiça do Trabalho instaurada efetivamente em 1946 veio também como uma resposta às reivindicações dos trabalhadores, assim como a CLT, mas desta vez tentando responder as reivindicações do não cumprimento dos direitos garantidos aos trabalhadores na CLT, contudo a reflexão a respeito da Justiça do Trabalho não se limita a isso, pois tanto sua criação, instalação e atuação muito mais complexas do que este simples argumento. Primeiramente, a criação da Justiça do Trabalho está marcada por disputas, tanto entre classes, como as da classe trabalhadora reivindicando seus direitos contra a classe de “patrões”, onde “o domínio da lei apresentava-se como solução para o impasse nas “disputas entre empregadores e empregados”¹⁴. Também dentro da classe dominante brasileira, sendo a burguesia e o Estado, havendo conflitos em relação à instauração de dois projetos diferentes para essa nova Justiça, projetos esses, ambos de cunho liberal, mas que

¹³ Ibidem, p.36

¹⁴ VARUSSA, R. J. Debates instituintes: perspectivas em confronto na implantação da Justiça do Trabalho. História & Perspectivas, Uberlândia-MG, v. 27/28, p. 419-460, 2003.

divergiam em relação ao tamanho da atuação do Estado para a resolução dos processos trabalhistas, onde um defendia uma maior atuação do Estado e outro uma menor.

Podemos analisar esse processo de criação e atuação da Justiça do Trabalho, não servindo somente as classes dominantes, mas também como uma forma de atuação “legalizada” do trabalhador na garantia de seus direitos, que não era totalmente controlada pelo Estado, mas sim que partia da consciência dos trabalhadores que agiram para garantir seus direitos. Distanciando-se assim da ideia de vítimas manipuladas, partilhamos da ideia de que esses sujeitos entram em cena alargando as possibilidades da lei. Visualizando então, como algumas ações dos trabalhadores, como pedir favores e o apadrinhamento, também são formas de desconstruir relações paternalistas em seu benefício.

Atualmente, a Justiça do Trabalho, como lembra Rinaldo Varussa (2009), “trabalha conjuntamente de modo favorável ao empresário” ou proprietário como as “conciliações” e “morosidade”. Ela é utilizada de maneira consciente pelo trabalhador, que reivindica seus direitos e interesses, que consciente de sua situação e também de seus direitos utiliza-se do judiciário para garantir alguns interesses de melhora de vida e trabalho.

A Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu, que foi instaurada no ano de 1986, e atualmente conta com três varas trabalhistas, sendo que a primeira foi criada em 1986, a segunda em 1995 e a terceira no ano de 2005, organiza seus processos por data de conclusão em cada vara, por

isso, na pesquisa nesse arquivo, não foi possível seguir um padrão cronológico, pois os processos mesclavam-se na data de início e na mesma caixa puderam ser encontrados processos de diversos anos. Por essa questão também não podemos delimitar um recorte temporal de processos pesquisados nesse arquivo da Justiça do Trabalho, pois como todo o arquivo não foi analisado não conseguimos realizar uma análise por períodos da contingência de processos de trabalhadores rurais que entravam na Justiça do Trabalho.

Pode ser identificada a quantia de 69 processos trabalhistas de trabalhadores rurais, tanto de Foz do Iguaçu quando de cidades próximas, que vão do período de 1998 a 2011. Foram 13 os processos em que trabalhadores e patrões eram do município de Foz do Iguaçu, os 56 processos restantes eram de cidades vizinhas, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 05: Processos dos trabalhadores rurais da Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu

Numero do Processo	Ano	Cidade do Reclamante	Cidade do Reclamado
1897	1998	Medianeira	Medianeira
217	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
1152	1998	Diamante do Oeste	Vera Cruz do Oeste
2422	1998	Medianeira	Medianeira
2284	1998	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
02	1998	Missal	Medianeira
3346	1998	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
3158	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3160	1998	Itaipulândia	Itaipulândia

3164	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3166	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3162	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3424	1998	Medianeira	Medianeira
1758	1998	Missal	Cascavel
1824	1998	Sta. Terezinha de Itaipu	Sta. Terezinha de Itaipu
1109	1998	Matelândia	Medianeira
2760	1998	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
86	1999	Foz do Iguaçu	São Miguel
595	1999	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
160	1999	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
576	1999	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
581	1999	Medianeira	Medianeira
005	1999	Medianeira	Medianeira
1544	1999	Medianeira	Matelândia
2377	2000	Foz do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2543	2000	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
2377	2000	Foz do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2543	2000	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
00687	2001	Sta. Terezinha de Itaipu	Foz do Iguaçu
172	2006	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
1507	2007	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2962	2007	Medianeira	Medianeira
2275	2008	São Miguel	São Miguel
1851	2008	Matelândia	Matelândia
2649	2008	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2409	2008	Medianeira	Medianeira
2693	2008	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
2705	2008	Ramilândia	Medianeira
2987	2008	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
1790	2008	Matelândia	Matelândia
2986	2008	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
1537	2009	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
3593	2009	Medianeira	Medianeira
2660	2009	Matelândia	Matelândia
3369	2009	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
0368	2009	Medianeira	Medianeira

1596	2009	Matelândia	Matelândia
1394	2010	Ramilândia	Missal
1686	2010	Missal	Missal
2472	2010	Matelândia	Santa Helena
2138	2010	Diamante do Oeste	Diamante do Oeste
966	2010	Medianeira	Medianeira
1072	2010	Itaipulândia	Itaipulândia
3820	2010	São Miguel	Medianeira
3194	2010	Medianeira	Medianeira
2112	2010	Diamante do Oeste	Foz do Iguaçu
1683	2010	Missal	Missal
1395	2010	Ramilândia	Missal
3819	2010	São Miguel do Iguaçu	Medianeira
1342	2010	Diamante do Oeste	Diamante do Oeste
2370	2010	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
1067	2011	Sta. Terezinha de Itaipu	São Miguel
2256	2011	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
394	2011	Matelândia	Matelândia
1314	2011	São Miguel	Medianeira
1760	2011	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
0618	2011	Matelândia	Matelândia
1298	2011	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
1437	2011	Medianeira	Medianeira
2109	2011	Matelândia	Matelândia
0121	2011	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu

Fonte: Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. Organizado pelo Autor.

Visto isso podemos realizar algumas reflexões em relação a esse conjunto de processos trabalhistas tentando visualizar como os trabalhadores rurais se utilizaram deles na busca de seus direitos, o que por consequência pode nos informar também sobre as relações de trabalho no campo em Foz do Iguaçu. Nota-se algumas reclamações em comum entre os processos como, por exemplo, o tempo de trabalho

desses sujeitos no campo, em que nove dos 13 processos os reclamantes trabalharam três anos ou menos em alguma propriedade, o que de início já nos indica que não são somente os trabalhadores rurais que permanecem boa parte de sua vida trabalhando em uma propriedade que vêem o processo trabalhista como uma forma de garantir seus direitos, mas também indivíduos que trabalharam um tempo relativamente curto, como é o caso até mesmo de apenas seis meses de trabalho, também vislumbram no processo trabalhista uma maneira de garantir seus direitos.

Os resultados desses processos, apesar da luta por garantia de direitos, foram desfavoráveis aos trabalhadores, pois, dos 13 processos, cinco foram arquivados, sete tiveram como resultado a conciliação e em apenas um o ganho da causa foi do trabalhador. Todos esses resultados podem ser aqui analisados. Esse número de processos arquivados, que ocorreu pelo não comparecimento dos reclamantes a seção, pode nos indicar uma prática de negociação “informal” dos patrões com seus empregados, que abriram um processo trabalhista, o que nos indica, mais uma vez, como o trabalhador rural ao abrir um processo trabalhista busca seus direitos, acaba pressionando seu patrão, que preocupado com todo o tramite judicial acaba por negociar pessoalmente com seu empregado, prática essa que não existiria, se o trabalhador não entrasse na Justiça. Mas por outro lado, não devemos generalizar este processo, pois, por vezes a preocupação também é do trabalhador que sabe que o tramite judicial é demorado e, mediante suas necessidades concretas

(pagar aluguel, comprar comida, etc.) se vê obrigado a aceitar a proposta do “patrão” e desistir da causa judicial.

Apesar disso, com os outros resultados dos processos trabalhistas notamos ainda uma deficiência do Estado ao julgar as causas trabalhistas, pois, somente em um processo, em que o trabalhador laborou 17 anos em uma propriedade, a causa foi atribuída a seu favor, recebendo em sua totalidade a soma requerida. Nos casos de conciliação, que são maioria, pode-se perceber que entre os sete casos existentes somente dois receberam o valor requerido, nos outros cinco, com a conciliação, não foram recebidos mais de 17% do valor. Ou seja, apesar da luta do trabalhador por garantir seus direitos, os meandros da Justiça do Trabalho, seja pelo expediente da conciliação ou outros, lesam os trabalhadores, pois o valor conciliado é irrisório como, por exemplo, em um caso em que o pedido inicial do reclamante era de R\$ 19.000,00 e com a conciliação acabou por receber apenas R\$ 700,00. Nesse caso, o valor da conciliação é de 3,6% do valor total contabilizado pelo advogado, um valor que de forma alguma (mesmo que “simbolicamente” pois o dinheiro não cobrirá o desgaste e a exploração sofridas) cobre os danos e a exploração do trabalhador. Também devemos estar atentos para o fato de que os advogados incluem nos processos as mais diversas reclamações para tentar elevar o valor inicial e forçar a prática da negociação com a concordância do trabalhador ou não. Mas apesar disso não devemos desconsiderar que as negociações, por mais pedidos que fossem feitos, na maioria das vezes

acabam por não cobrir todos os danos tidos pelos trabalhadores em seu tempo de trabalho.

Em relação às reclamações podemos notar vários pedidos comuns entre os trabalhadores, entre eles estão os de pagamento das diferenças salariais, das verbas rescisórias, hora extra, FGTS, repouso semanal remunerado e salário em atraso. Além dessas reclamações comuns na maioria dos processos trabalhistas, em alguns outros vimos algumas reclamações peculiares, mas que podem nos informar também sobre as relações de trabalho que existem na área rural, dentre esses pedidos, em dois casos, consta o pedido o Adicional de Insalubridade, que mostra que assim como em indústrias o campo tem também condições de trabalho de risco, mas que por vezes, por se tratar de área rural, essa questão é ignorada.

Outra reclamação peculiar que encontramos em um processo trabalhista foi de indenização por danos morais, narrado pelo próprio trabalhador:

Você não obedece, é um incompetente, não faz nada certo, não cumpre regras, ainda não consegue dar conta do serviço.

Você não tem onde morar, mora aqui de favor, tem que fazer o que qualquer um que estiver aqui manda, sem reclamar, senão vai morar na rua.

Você é um incompetente, tem que viver chamando sua atenção, não sabe fazer nada, daqui a pouco te mando para a rua e ainda não vou te pagar nada.¹⁵

¹⁵ BRASIL. Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. PROCESSO n.º 2256, 2011. p.3

Apesar de se tratar apenas de um caso que aparece nos processos, sabemos, até pelo relato dos próprios trabalhadores rurais, que esta situação de assédio moral não é caso único no trabalho no campo em Foz do Iguaçu. Na entrevista com o senhor Valdomiro, trabalhador rural de Foz do Iguaçu, ao ser questionado se tem conhecimento da relação de trabalho dos outros empregados de fazendas com os patrões, afirma:

[...] você trabalha às vezes o dia todo, mas trabalha nervoso, às vezes você tá cansado quer descansar uma hora ali, às vezes até pra trabalhar na parte da tarde duas horas a mais, mas o patrão não quer saber ele não te dá chance de você sentar e ficar meia hora sentado, aí você trabalha o tempo todo estressado, nervoso, você não tem sossego, eu já vi e sei que tem por aí acontece até com vizinho meu mesmo.¹⁶

A ameaça e a cobrança do trabalho no campo não são menores que qualquer trabalho industrial. No campo essas ações podem até mesmo ser mais efetivas, pois muitas vezes, como vimos nos processos, o trabalhador mora dentro da propriedade do patrão e com sua própria família, e a ameaça de perder a moradia e o emprego é o que acaba por fazer esses trabalhadores relevar as péssimas condições de trabalho. Como vimos no processo e nas narrativas orais que veremos

¹⁶ SOUZA, Valdomiro Etiene. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

posteriormente, os trabalhadores rurais estão conscientes desse processo de exploração, formulam sentidos a essas práticas, procurando a Justiça do Trabalho para resistir.

Para E. P. Thompson “o direito importa, e é por isso que nos incomodamos com toda essa história”¹⁷. Na ausência de um sindicato dos trabalhadores rurais a Justiça do Trabalho se tornou na única maneira de reivindicação de melhorias e cumprimento da legislação trabalhista.

“Hoje quem pode mais chora menos”: Cotidiano, Sentidos e Lutas na fala dos trabalhadores.

Com a grande utilização de fontes orais, foi necessário realizar algumas reflexões teóricas e metodológicas a respeito da produção e tratamento desse tipo de fontes. Percebemos então, que as fontes orais são de uma riqueza imensa para a análise da vida e trabalho dos nossos sujeitos, pois com estas fontes podemos conhecer de perto a história das classes não dominantes.

Partilhando então da ideia de Portelli de que “não dispomos de fatos, mas dispomos de textos”¹⁸ vemos as fontes orais como qualquer outro tipo de documento escrito, contém sua carga de subjetividade que

¹⁷ THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e Caçadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.p. 358.

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.p.4.

não deve ser excluída e sim analisada e também utilizada pelo pesquisador.

Assim como um texto a narrativa foi feita por alguém, elaborada, selecionando ou deixando de fora alguns elementos, e principalmente que serviu para responder questões sobre o passado postas em seu presente. Então “o problema não é qual é a relação entre a vida e história; mas, em vez disso, qual é o lugar da história dentro da vida.”¹⁹

Na pesquisa foram realizadas duas entrevistas com trabalhadores rurais de Foz do Iguaçu, a primeira com seu Valdomiro de Souza e a segunda entrevista com Nilo Metzeka, ambos os entrevistados com 53 anos de idade. Devemos destacar aqui que o trabalho com fontes orais não tem caráter quantitativo, a partir de somente duas entrevistas podemos sim realizar uma análise sobre a experiência de um grupo de trabalhadores, como eles vivem e interpretam as mudanças ocorridas no campo no município de Foz do Iguaçu. Suas falas são representativas, apesar de serem falas e vivências individuais, retratando sua trajetória de vida e trabalho, podem nos informar sobre padrões que são socialmente compartilhados por esse grupo de trabalhadores. Porém em cada relato variam a intensidade, o estágio do desenvolvimento pessoal e o seu significado.

¹⁹PORTELLI, Alessandro. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de ValtérioPeppoloni, trabalhador. In: _____. Ensaio e História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p.160.

Cabe aqui realizar uma breve exposição dos entrevistados, de sua trajetória de vida e trabalho para que possamos posteriormente analisar suas falas. A entrevista com seu Valdomiro foi feita no dia 19 de janeiro de 2013, este sujeito trabalhou no início de sua vida no Mato Grosso, permanecendo 17 anos naquela região, trabalhado em fazendas no cuidado e tratamento do gado. Após a venda de terras de sua família na região do Mato Grosso, Valdomiro decide sair dessa região, acaba vindo ao município de Foz do Iguaçu onde tinha uma irmã que morava na cidade e que acabou auxiliando-o em sua estadia. Trabalhou na área urbana de Foz do Iguaçu, mesmo sem experiência, como ajudante de pedreiro e como técnico de refrigeração. Seu Valdomiro trabalha já há 10 anos na área rural de Foz do Iguaçu, como arrendatário, mora na propriedade de seu patrão e cuida do gado, trabalho esse que, segundo ele próprio: “seja sábado, domingo ou feriado ou dia santo, é corrido essa minha obrigação não tem.”²⁰ Ou seja, está o tempo todo, independente do momento ou circunstância, em função de seu trabalho no tratamento e cuidado com o gado. Trabalha com carteira assinada recebendo um salário fixo por mês e também uma comissão todo final de ano, Valdomiro também cria alguns animais na propriedade de seu patrão, como vacas e galinhas, que o auxiliam na sua renda e subsistência.

Entrei em contato com Nilo a partir de um processo trabalhista em seu nome, verificando o endereço fiz uma visita a ele solicitando se

²⁰ METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar

poderia realizar uma entrevista para este artigo, pois havia percebido que ele trabalhou durante um bom tempo na área rural de Foz do Iguaçu. Nilo sempre trabalhou com a agricultura com sua família na região Oeste do Paraná, trabalhou na área rural de Foz do Iguaçu por 24 anos, desde os 17 anos de idade até os 40, também como arrendatário cuidava do gado de seu patrão e também plantava soja para si em uma parcela da propriedade, tinha carteira assinada, mas seu lucro maior vinha da lavoura de soja que tinha. Nilo montou um processo contra seu patrão no ano de 1998, mas, segundo ele, esse processo foi montado não por causa de perdas trabalhistas e sim para o recebimento de alguns de seus direitos, pois teria que sair da propriedade para proporcionar o estudo na área urbana, seu filho que na época tinha quatro anos, seu patrão estava de acordo com o processo e até mesmo, em sua visão, o auxiliou. Atualmente Nilo trabalha como autônomo fazendo serviços periódicos na lavoura de diversos sujeitos com seu maquinário próprio.

A partir desta breve apresentação dos entrevistados podemos ressaltar alguns pontos de suas falas que foram analisados nessa pesquisa, como o sentimento de ambos os entrevistados, por serem arrendatários, de não terem patrões, que apesar de haver um dono das terras como este não está sempre presente, os trabalhadores sentem-se como se fossem mais do que apenas funcionários, como se fossem “patrões” e até mesmo donos da terra. “O meu serviço aqui de dia-dia é um serviço que eu sou um, no mesmo momento, eu sou um cara

gerente, encarregado e no mesmo tempo eu sou um dono entendeu?”²¹, “De funcionário você é funcionário, agora se você vai arrendar uma terra você vai ser patrão [...] funcionário pra patrão é outra coisa.”²²

Percebemos com essas falas como os próprios trabalhadores reelaboram sua condição de trabalho, como esses se sentem em relação à terra que estão trabalhando, não se sentem apenas como simples empregados, mas sim com um vínculo maior, de praticamente um dono dessa terra. E é esse tipo de trabalho e sentimento que caracteriza o seu apreço por esse trabalho, que dificilmente seria trocado por outro como no caso de Valdomiro quando é perguntado se trocaria esse trabalho por outro ele responde: “Rapaz eu, por outro trabalho eu podia até trocar, mas tem que ter um ganho muito bom[...]se não eu fico quieto”. Ou seja, a percepção desses sujeitos como patrões e não como trabalhadores é que em grande parte sustenta o seu apreço e permanência no trabalho.

Essa ideia se reforça quando pensamos que o trabalho no campo não é tido como fácil ou simples, que mesmo seu Valdomiro trabalhando quase sua vida inteira com o tratamento de gado deixa claro que o trabalho:

[...] é sofrido, é corrido pra poder dar conta [...] só que não pode esquentar a cabeça porque se você tá mexendo com aquele monte de serviço você tem que

²¹ SOUZA, Valdomiro Etiene. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

²² METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

fazer o mais precisado porque se querer fazer tudo na mesma hora você perde a cabeça, você perigo de ficar louco, entrar em depressão e falar “não, eu vou abandonar isso aqui”.²³

Então percebemos que a ideia que eles têm de patrão não é a do patrão que não trabalha, mas pelo contrário, de muito trabalho pesado, mas que é compensado porque não se tem alguém cobrando todos os dias. Percebemos também como há uma consciência desses trabalhadores em relação ao seu trabalho, sabendo o quanto é pesado e até mesmo os danos que pode causar.

A seguinte fala foi feita por seu Mario Laurindo, antigo secretário da agricultura, em uma entrevista a uma rádio local, quando foi perguntado se havia agricultura em Foz do Iguaçu ele responde:

Aquela agricultura mecanizada desde 75 começou então acabava tendo produção e o turismo ainda na época era meio fraco né? porque isso era o fim do mundo, o fim do Paraná, Foz do Iguaçu né? (risos). Mas a medida que foi, desvinculou Santa Terezinha e a Itaipu inundou toda essa área, na cabeça do povo não tinha mais agricultura em Foz né? O negócio aqui é só turismo e... mas as pessoas, não tá no entendimento de as pessoas que moram no centro na cidade, que não tem vínculo com a agricultura, o que seja agricultura [...]. Então, o agronegócio, a agropecuária, ela dá muito emprego e ela tem

²³ SOUZA, Valdomiro Etienne. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

condições de em cima de pequenos... com tecnologia, qualquer pedacinho de área ela produz.²⁴

Esse pequeno trecho pode nos informar sobre o que já discutimos anteriormente, que a partir da construção Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e da Ponte da Amizade a área rural de Foz do Iguaçu vem sofrendo um processo de ocultação pela classe dominante para que o turismo, comércio e empregos na construção civil possam ser exaltados. Mas, além disso, esta fala traz elementos que estão presentes nas falas de nossos entrevistados também, que é o caso do processo recente de reorganização do trabalho e da produção no campo, não só em Foz do Iguaçu, mas no Brasil inteiro. Um processo de mecanização, mudança dos modos de se produzir, da quantidade da produção e do trabalho, que é percebida por seu Nilo:

Antigamente era mais manual, nós trabalhava com animal não existia maquinário não existia nada, e veio crescendo, crescendo aumentando o maquinário para trabalhar nos estoques [...] aquela época que nós plantava soja já tava acostumando aquela variedade anterior que já tava acostumado a plantar 100 à 110 sacas por alqueire, hoje, hoje já mudou a agricultura, a agricultura já tá fazendo maquinário mais produtiva, chega até dar 160 sacas 150 por alqueire [...] antigamente na época que eu tava arrendando tinha que preparar tinha que lavar tinha

²⁴ LAURINDO, Mario. Entrevista concedida à Radio CBN, vista em: setembro de 2012. Disponível em: <http://www.cbnfoz.com.br/2012/07/21/cbn-entrevista-2107-mario-laurindo-secretario-de-agricultura/> > Acesso em: 01/10/2012.

que gradear tinha que incorporar o veneno depois gradear de novo, era muito cansativo e hoje não.²⁵

Analisando essas falas verificamos como os trabalhadores percebem e se inserem nesse processo de “modernização” que advém de um projeto de expansão e intensificação do capitalismo no campo, constitui um modo hegemônico de narrar esse processo, construído por essas classes hegemônicas. Que, entre outras questões, afirmar que qualquer outro modo é atrasado, ressaltando os benefícios trazidos por seu modelo. No caso de seu Nilo ele vê esse processo também como benéfico, pois o trabalho braçal diminuiu com a implementação desse maquinário e novas tecnologias, mas também esse processo é visto como benéfico porque seu trabalho em essência, principalmente atualmente depende estritamente desse maquinário, que foi até mesmo adquirido por seu Nilo. E mais do que isso, a partir dessas falas podemos perceber como esse projeto capitalista das classes hegemônicas de modernização do campo consegue entrar e se efetivar nas áreas rurais, influenciando até mesmo no pensamento desses trabalhadores, que passam a ver esse processo não como a perda de empregos e constantes expropriações, mas como um avanço, pois o trabalho braçal foi diminuído.

Mas, além disso, podemos perceber na fala de seu Valdomiro como este já não tem mais aquela confiança nos contratos verbais feitos

²⁵ METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

antigamente, seu Valdomiro já tem consciência de que o trabalhador deve de alguma forma garantir seu direito, seja assinando um contrato de trabalho ou a carteira, pois: “tendo umas coisas bem controladas em cima de um contrato tem como você ir pra cima né? que daí hoje se você não tem um papel assinado não tem coisa qualquer [...]” sendo assim “hoje quem pode mais chora menos... não tem jeito mesmo”. Sendo assim seu Valdomiro vê ainda a possibilidade de luta dos trabalhadores por seus direitos, com esses contratos e carteira assinada, ou seja, a lei vai servir não para “poder mais” e sim para “chorar menos”.

Referências

BRASIL. Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. Arquivo.

BRASIL. Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. PROCESSO n.º 2256, 2011.

BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. O trabalho em disputa. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

CHESNEAUX, J. **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?** Sobre história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: UFRJ, EPSJV, 2010.

HOFFMANN, R. NEY, M.G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação /** Rodolfo Hoffmann e Marlon Gomes Ney. – Brasília : Ministério do desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. Biblioteca. Coleção Digital/ Publicações Disponíveis. Censo Agropecuário, PR: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006.

LAURINDO, Mario. Entrevista concedida à Radio CBN, vista em: setembro de 2012. Disponível em: <http://www.cbnfoz.com.br/2012/07/21/cbn-entrevista-2107-mario-laurindo-secretario-de-agricultura/> > Acesso em: 01/10/2012.

METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

NEGRO, A. L. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. **Politéia: História e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

_____. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de Valtério Peppoloni, trabalhador. In: _____. **Ensaio e História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Anexo I da Lei Complementar Nº115, de 9 de outubro de 2006.

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Dados Socioeconômicos de Foz de Iguaçu 2011.

Secretaria Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Panfleto. 2011.

Secretaria Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Levantamento interno de dados. 2012.

SOUZA, A. D. Os Trabalhadores e a história do turismo em Foz do Iguaçu (1979-2000). **Tempos Históricos**, v. 14, n 1, p. 151-167, 2010. p. 151-168.

SOUZA, A. D. Experiências, memórias e percepções dos trabalhadores sobre o contrabando em Foz do Iguaçu. In: BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. (Orgs.) **Trabalho e Trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos**. EUNIOESTE, 2011. p. 57-78.

SOUZA, Valdomiro Etiene. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VARUSSA, R. J. Debates instituintes: perspectivas em confronto na implantação da Justiça do Trabalho. **História & Perspectivas**, Uberlândia-MG, v. 27/28, p. 419-460, 2003.

_____. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009.

Artigos

Política educacional no campo: um projeto educativo em desenvolvimento na Escola de Agroecologia Milton Santos Paiçandu-PR

Vânia de Menezes¹

Resumo: As duas últimas décadas testemunharam a emergência do discurso da sustentabilidade como a expressão dominante no debate que envolve as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido amplo. O presente trabalho apresenta um estudo sobre a sustentabilidade e a importância da educação do/no campo em torno deste eixo, tendo como objeto de estudo o projeto pedagógico em desenvolvimento na Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos situada no município de Paiçandu-Pr. E como objetivo geral propor um estudo detalhado sobre as problemáticas em questão apontada pela legislação vigente e analisar até que ponto a pedagogia adotada pelo MST na escola técnica agroecológica, pode ou não contribuir com o processo de humanização do ser humano e ao mesmo tempo buscar alternativas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Educação No Campo; Prática Educativa e Agroecologia; Escola de Agroecologia Milton Santos.

Abstract: The last two decades have witnessed the emergence of the discourse of sustainability as the dominant term in the debate

¹ Licenciada e bacharel em ciências sociais (2009) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Especialista em Docência do Ensino Superior (2012) pela Faculdade de Tecnologia América do Sul. Professora Especialista em Educação do/no Campo (2013) pela Faculdade Eficaz e Professora Especialista em Educação Especial (2013) pela Faculdade de Tecnologia América do Sul. Atualmente tem experiência na área de educação, com ênfase em sociologia, antropologia e ciências política, atuando como docente pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná-SEED-PR (2010). Residente no município de Maringá-PR/BR. E-mail: vaniarpm@yahoo.com.br

surrounding the issues of environment and social development in a broad sense. This paper presents a study on sustainability and the importance of education / in the countryside around this axis having as object of study the teaching project in development at the Technical School of Agroecology Milton Santos in the municipality of Paçandu-Pr. And as a general objective to propose a detailed study of the problem in question pointed out by current legislation and analyze the extent to which the pedagogy adopted by the MST in agroecological technical school, may or may not contribute to the process of humanization of the human being while seeking sustainable development alternatives.

Keywords: Sustainable Development; In the education field; Educational Practice and Agroecology; School of Agroecology Milton Santos.

Introdução

O desenvolvimento sustentável visto de forma crítica tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a Pedagogia da Terra, a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”... (GADOTTI, 2002, pg. 19)

Desenvolvimento sustentável é a forma de desenvolvimento que não agride o meio ambiente de maneira que não prejudica o desenvolvimento vindouro, ou seja, é uma forma de desenvolver sem

criar problemas que possam atrapalhar e/ou impedir o desenvolvimento no futuro.

A partir do momento em que o desenvolvimento sustentável foi pela primeira vez apoiado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1987, o conceito de educação para o desenvolvimento sustentável foi também explorado. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro (Rio-92) uniu representantes de governos, organizações internacionais e não-governamentais e sociedade civil para discutir os desafios do próximo século e adotar um plano global de ação para enfrentá-los. O plano de ação, conhecido como Agenda 21, forneceu uma série de princípios para auxiliar Governos e outras instituições na implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável. O capítulo 36 da Agenda 21 afirma que a educação é essencial no rumo ao desenvolvimento sustentável.

No Brasil no ano de 2010, de acordo com os dados extraídos pelo Instituto de Pesquisa de Geografia e Estatísticas (IBGE), a agricultura moderna tem gerado impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas a médio e longo prazo, embora esteja elevando a produtividade e atingindo níveis de produção que atendem as demandas do mercado. Os fertilizantes são largamente utilizados para o aumento da produtividade agrícola, estando associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos, à contaminação

de aquíferos e reservatórios de água, à geração de gases associados ao efeito estufa e à destruição da camada de ozônio.

Se aceitarmos o fato de que as sociedades são o resultado direto dos níveis educacionais que alcançamos, então não há como negar de que para revertermos o processo de degradação do planeta é preciso repensar os modelos educacionais.

Caldart (2003) ao analisar a escola do campo em desenvolvimento conclui que, olhando hoje para a história do MST é possível afirmar que em sua trajetória o Movimento acabou fazendo uma verdadeira ocupação da escola.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (CALDART, 2003, pg. 66)

Neste sentido, a trajetória da luta por educação e escolas nos assentamentos por parte do MST vai desde a briga pela criação de escolas oficiais até a briga pela direção política e pedagógica do processo educativo a ser desenvolvido nessas escolas. Na dinâmica do MST fica claro que, além da luta pela Reforma Agrária, está em jogo também a questão mais ampla da cidadania do/a trabalhador/a rural sem

terra que, entre tantas outras coisas, inclui também o direito à educação e à escola.

Como relata o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC, 2007), preocupados com os rumos da educação no/do campo foram dadas iniciativas institucionais para a criação de uma agenda pública voltada ao encaminhamento de políticas para a educação do campo, envolvendo segmentos da sociedade organizada, baseiam-se em algumas premissas fundamentais. Em 2002, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Todavia, o mesmo reconhece falhas ao alegar que, para que sejam alcançados padrões mínimos de qualidade, as escolas da área rural deverão receber atenção especial.

Neste contexto, a pesquisa tem como objeto de estudo ações promovidas pelos sujeitos coletivos do campo na busca pela efetivação de políticas sociais públicas de educação nas áreas de Reforma Agrária e de comunidades do campo. Ações que se constituíram em importantes mobilizações que influenciaram na construção de Centros/Escolas de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Município de Paiçandu para a organização do trabalho pedagógico e na concretização de práticas educativas em agroecologia.

A Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos situada na estrada velha para Paiçandu, na área rural de Maringá, fundada desde junho de 2002 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,

talvez, busque repensar o modelo educacional brasileiro por meio de um programa pedagógico diferenciado.

Dentro deste contexto, a metodologia deste propõe uma reflexão em torno do eixo sustentabilidade e pedagogia da terra (GADOTTI, 2002), por meio de levantamentos de dados que busquem resgatar as problemáticas que envolvem o assunto em questão (INEP/MEC, 2007) e (IBGE, 2010), e por fim, uma análise precisa sobre a educação no campo (AMIGUINHO, 2005), (ANTONIO e LUNICI, 2007), (ARROYO e FERNANDES, 1999), (BENJAMIN e CALDART, 1999), (CALDART, 2003) e o projeto pedagógico desenvolvido na Escola de Agroecologia Milton Santos (EMS) situada no município de Paíçandu-PR.

Sustentabilidade e educação do/no campo

O conceito de sustentabilidade conjuga, ao mesmo tempo, aspectos ambientais, sociais, econômicos, éticos, étnicos, políticos, comportamentais, entre outros, sendo utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979, indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, político, sociais, ambientais, e não só econômicas. Esse conceito foi disseminado mundialmente pelos relatórios do Worldwatch Institute na década de 80 e particularmente pelo relatório “Nosso Futuro

Comum”, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987.

O desenvolvimento atual, apesar de trazer melhorias à população, trouxe inúmeros desequilíbrios ambientais como o aquecimento global, o efeito estufa, o degelo das calotas polares, poluição, extinção de espécies da fauna e flora entre tantos outros.

Gadotti (2003) resume assim o nosso contexto atual:

Pela primeira vez na história da humanidade, não por efeito de armas nucleares, mas pelo descontrole da produção, podemos destruir toda a vida do planeta. É a essa possibilidade que podemos chamar de era do exterminismo. Passamos do modo de produção para o modo de destruição; teremos que viver daqui para frente confrontados com o desafio permanente de reconstruir o planeta. Temos talvez pouco mais de 50 anos para decidir se queremos ou não destruir o planeta. (GADOTTI, 2002 pg. 15).

Uma das ações para reverter este processo no Brasil foi à luta pela elaboração e concretização de uma política pública voltada para a problemática em questão, todavia vale ressaltar que a Educação do/no Campo em nosso país é algo que tem sido discutido há anos, e, que, no entanto, ganha destaque apenas a partir da década de 1990, período no qual a educação passa a ser o centro dos debates.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das

minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL-MEC/ PARECER N.º: 36/2001)

De acordo com o MEC (2001), o Estado brasileiro desde sua constituição é um país onde predominam características basicamente agrárias, todavia, a educação dos sujeitos do campo passou a ser discutida apenas a partir das primeiras décadas do século XX, quando houve um grande aumento de movimentos migratórios entre o campo e cidade produzindo o crescimento da população urbana.

O corpo legal da Constituição Federal Brasileira possibilitou que, em 1996, fosse publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), que destacou, em apenas um artigo a educação rural como garantia a população camponesa. E finalmente, no Estado do Paraná, no período de 2004 a 2006, fundamentou-se nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo e em articulação com movimentos sociais do campo elaboraram as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná (2006), sendo esta um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita que respeite à diversidade no campo no estado do Paraná.

Gostaria de ressaltar que, não cabe aqui abordar a educação em seus múltiplos aspectos tão bem formulados em 1996 pela UNESCO. A reflexão no momento é a situação atual, onde exige uma maior atenção ao desenvolvimento sustentável, isto é, cada saber deve prestar a sua colaboração a fim de proteger a Terra, salvar a vida humana e o nosso projeto planetário.

Ao observar a trajetória da educação do/no campo, é possível notar os avanços conquistados neste, tanto a nível internacional como nacional, todavia, este tipo de educação ainda se demonstra insuficiente. Como veremos a seguir, a proposta pedagógica não anda em conjunto com as práticas, dificultando a concretização deste. Como afirma Amiguiño (2005):

A escola é, muitas vezes, particularmente em meio rural, o serviço que resta depois de todos os outros terem desaparecido ou sido suprimidos pelo Estado. Tal ocorre por razões que penalizam a comunidade no seu todo, as instituições de uma forma geral e os atores. As ameaças à escola, que fragilizam a sua existência ou ditam o seu encerramento, são uma das dimensões do problema mais geral que afeta os meios rurais e daquilo que neles se reflete como resultado das políticas públicas. (AMIGUINHO, 2005, pg. 15-16).

Já para Antonio e Lucini (2007), a constituição histórica das práticas educativas emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. A perpetuação de traços coloniais na

estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração do público tem fortes raízes rurais e patriarcais, mas este contexto não impediu o surgimento de uma nova organização social, dada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que tornou a partir da década de 1980, o mais combativo e forte movimento social do campo, tendo como um dos seus eixos de proposição e ação a educação, que se constituiu como uma necessidade no processo de construção e reconstrução do Movimento.

Nova pedagogia em debate: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a educação do/no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984, e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Desde a sua criação o MST incluiu em sua agenda política a luta por escola, e a discussão sobre que escola deveria fazer parte da vida da família Sem Terra. (CALDART, 2003, pg. 51).

Dentro do contexto já apresentado, a educação desenvolvida nos meios rurais torna-se objeto de discussão dos sujeitos que a compõem. O Movimento Social – MST propôs a organização do trabalho pedagógico, nas práticas educativas, articulada a uma totalidade no processo de formação humana, na perspectiva de formar sujeitos sociais, que, mediante intervenção mais consciente na prática social, possam engajar-se no compromisso com a transformação social.

As principais práticas educativas articuladas na construção de política sociais públicas de educação nas áreas de reforma agrária têm se efetivado com subsídio de programa educacional. A realização dessas práticas educativas deve-se, em parte, às parcerias com Escolas Técnicas e Institutos das Universidades Federais e Estaduais, Ministérios e Órgãos Públicos.

Art. 7º § 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições. (Brasil- MEC/2008)

Como apresenta Caldart (2003), a obra educativa do MST tem três dimensões principais: i) o resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raiz e projeto. Os pobres de tudo aos poucos vão se tornando cidadãos: sujeitos de direitos, sujeitos que trabalham, estudam, produzem e participam de suas comunidades, afirmando em seus desafios cotidianos uma nova agenda de discussões para o país; ii)

a construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento. A identidade de Sem Terra, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta: não ter terra (sem-terra), mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através de sua participação no MST, em um movimento bem maior do que ele; um movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesma; iii) a construção de um projeto educativo das diferentes gerações da família Sem Terra que combina escolarização com preocupações mais amplas de formação humana e de capacitação de militantes.

A partir do exposto, fica em evidência que a educação no movimento acontece de maneira permanente, em um movimento continuado de formação das pessoas. Escolarizar é incentivar a pensar com a própria cabeça, é desafiar a interpretar a realidade, elevando o nível cultural. É criar condições para que cada cidadão e cidadã construam, a partir dos seus pontos de vista, seus destinos.

O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos. (ARROYO e FERNANDES, 1999, pg. 12).

Complementando a tese de Arroyo e Fernandes, Benjamin e Caldart (1999), afirmam que no começo os Sem-Terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas mais uma de suas lutas por direitos sociais, direitos de que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador sem (a) terra. Ao passar dos anos notaram que se tratava de algo mais complexo. E ao perceber esta realidade começou a incluir em sua agenda de discussão uma proposta diferente de escola.

Educação do campo: projeto político pedagógico em desenvolvimento na Escola de Agroecologia Milton Santos Paçandu-PR

Contexto histórico

A síntese a seguir, refere-se ao contexto histórico da construção do centro de educação no campo, denominada como Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos, relatado por Moreira (2009). Segundo Moreira, no 4º Congresso Nacional do MST, realizado no ano de 2000, em Brasília, uma das linhas amplas de ação, tiradas como meta por esta organização foi a Agroecologia. A partir disto, desencadeou-se no início desta década um processo de construção de cursos com enfoque na Agroecologia. Iniciaram-se negociações junto a entidades como a UFPR (Universidade Federal do Paraná) e o INCRA (Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para execução de tal projeto.

Neste sentido, o MST do Paraná percebeu a necessidade de implantar mais um Centro de Formação na região norte/noroeste, ou seja, numa região onde há uma grande concentração de famílias assentadas entre as, aproximadamente, 20.000 famílias assentadas existentes no estado. Constituía-se, assim, mais uma escola de formação e esta se deu em um espaço próximo a uma cidade pólo, no caso, Maringá.

De acordo com o Blog da Instituição, em março de 2002, durante a administração popular do Partido dos Trabalhadores (2001-2004), do prefeito José Cláudio, a prefeitura emitiu um Termo de Permissão de Uso de Bem Público à Cooperativa de Comercialização da Reforma Agrária Avante Ltda.(COANA), para a implantação de um Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Econômico Sustentável em Agroecologia. Em novembro do ano seguinte, esse documento foi redimensionado, com aprovação na Câmara dos Vereadores, para uma Concessão de Uso de Bem Público a Título Gratuito, para um período de 20 anos a contar da data da sua aprovação (2004). Os concessionários legais do termo são o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITEPA e a Universidade Federal do Paraná-UFPR (posteriormente, o ITEPA delegou sua representação à ATEMIS).

No final de 2004, a escola foi notificada de que dois hectares da área concedida haviam sido anteriormente doados à Secretaria de Estado da Justiça, para construir um Centro de Detenção Provisória (obra inaugurada em 2008). Ao se verificar a “dupla concessão”, foi constatado que no total, cerca de 6,5 hectares (cedidos ao projeto da Escola Milton Santos) estavam registrados em outra matrícula, devido a erro técnico-administrativo. Em dezembro daquele ano, no final do mandato do prefeito João Ivo, foi firmado um Termo de Permissão de Uso, a título precário, em nome do ITEPA/UFPR, por um período de 2 anos, do restante da área que havia ficado de fora da concessão (ou seja, 4,5 hectares).

Em 2006, surpreendentemente ignorando (ou desconhecendo) o referido Termo de Permissão de Uso (que vencia em dezembro de 2006), a prefeitura ingressou na Justiça Estadual com pedido de reintegração de posse da área que havia ficado de fora da escritura de concessão. Na tarde de 20 de junho, recebem o comunicado que o 4^a batalhão da Polícia Militar de Maringá está de prontidão para efetuar despejo. O juiz da 4^a Vara Cível dá, na mesma tarde, despacho favorável à EMS em função da existência do Termo de Permissão de Uso, concedida pela Prefeitura Municipal de Maringá no governo anterior, suspendendo a reintegração por 60 dias.

Em dezembro de 2012, após uma eleição municipal bastante polarizada, o juiz da Vara Federal despachou pedindo informações a respeito do eventual acordo político, pois iria arquivar a reintegração de

posse. O advogado da EMS/ITEPA informou que o acordo havia sido feito nos termos da lei 8.988/2011, e solicitou a extinção do processo. Surpreendentemente, por sua vez, a Prefeitura Municipal (gestão Pupin) informou que desejava rever o acordo, pois tinha interesse na retomada da área.

Em junho de 2013, diante da infundada insistência da Prefeitura Municipal em pedir a reintegração de posse, o juiz federal extinguiu o processo, dando ganho de causa à EMS e condenado o ente municipal a ressarcir o ITEPA em R\$ 5.000,00, devido às despesas judiciais. Na sequência, a prefeitura se movimentou para revogar, na Câmara Municipal, não apenas a lei 8.988/2011, mas toda a concessão, mesmo estando à concessão amparada por lei municipal. No dia 1 de agosto, o presidente da Câmara Municipal de Maringá recebeu representantes da Escola e de um grupo de apoiadores, com apoio de outros vereadores (especialmente do campo popular). E após um evento de agroecologia que houve na Instituição, contando com a presença de autoridades locais como o prefeito, o projeto de lei que pedia a revogação da concessão do terreno à Escola Milton Santos foi retirado da Câmara dos Vereadores.

Projeto político pedagógico em desenvolvimento: Uma “nova” prática pedagógica.

Tendo em vista os relatos acima, construção do Projeto Político e Pedagógico está embasada na Teoria da Organização, nas Normas Gerais do MST e no Método Pedagógico sistematizado pelo Instituto de Educação Josué de Castro-IEJC. Na concepção que orienta esse projeto, a formação deve ser constituída como um processo que visa ajudar a preparar militantes, estudantes e dirigentes para a ação e transformação, para o trabalho, o estudo, o cuidado com o ser humano e a natureza, para a pesquisa e a cooperação.

A Escola Milton Santos vem se consolidando como uma escola popular e ao mesmo tempo um Centro de Educação do Campo, por meio de diversas parcerias para a oferta de cursos formais e não-formais e outras atividades formativas.

Os cursos formais regulares são: Técnico em agroecologia, pedagogia para educadores do campo, Educação Profissional e Tecnológica (PRONATEC-Campo) e EJA- Fase II. Contando com o apoio permanente dos trabalhadores e trabalhadoras assentados e acampados de todas as regiões do Paraná e parcerias Estatais como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Maringá-SEAB (gestão 2001-2004), Prefeitura do Município de Maringá (gestão 2001-2004),

Prefeitura do Município de Paicandú, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia-SETI, Eletrosul, Petrobrás, EMBRAPA. Além das Instituições de Ensino Superior (Universidade Federal do Paraná-UFPR, Escola Técnica da UFPR-ET_UFPR, Instituto Federal do Paraná-IFPR, Universidade Estadual de Maringá-UEM, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE) e diversas parcerias de Instituições nacionais e internacionais.

Para atingir seus objetivos, a EMS oferece o Curso Técnico em Agroecologia desde 2003, em parceria com o Instituto Federal do Paraná-IFPR (a parceria iniciou com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná), com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. O curso pode ser oferecido nas seguintes modalidades, em função da demanda existente: Pós-médio (subseqüente ao ensino médio), com duração de 2 anos, Integrado ao ensino médio, com duração de 4 anos e Integrado ao ensino médio/Educação de Jovens e Adultos (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA), com duração de 2 anos.

O Curso Técnico em Agroecologia é oferecido em regime de alternância, sendo um período de 45 a 60 dias de Tempo-Escola e outro em Tempo-Comunidade (com atividades orientadas nas comunidades de origem dos educandos: pesquisas, oficinas, leituras, fichamentos, etc.). Cada etapa é composta de Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. São 2 a 3 etapas ao ano, dependendo da modalidade. Tendo um termo

de compromisso assumido pelo formando no término do curso, com a finalidade de preparar o jovem para organização dos territórios da Reforma Agrária, e contribuir para o desafio da sustentabilidade nos assentamentos.

Seguindo a mesma lógica de pensamento, o curso de pedagogia para educadores do campo iniciou-se em abril de 2013 com a parceria entre a Universidade Estadual de Maringá-UEM, os Movimentos Sociais Populares do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. O curso, com duração de 4 anos, será oferecido em regime de alternância (com períodos em Tempo Escola/Universidade e períodos em Tempo-Comunidade), e oferecerá uma formação diferenciada. Além da carga horária e dos conteúdos obrigatórios por lei, os educandos contarão com conteúdos específicos, demandados em função da sua atuação no campo.

Ainda seguindo a mesma direção, o EJA fase II, o curso deu início em 2013 sendo uma proposta apresentada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, tendo como objetivo a alfabetização destes, a ampliação das condições do acesso à educação como um direito social e fundamental na construção da cidadania de jovens e adultos que vivem em áreas de assentamentos de reforma agrária, melhoria de vida dos moradores do campo, o mesmo é orientado de acordo com os eixos temáticos propostos pelas Diretrizes

Nacionais da Educação do Campo, tendo como tempo de duração 2 anos e organizado em forma de alternância.

E por fim o PRONATEC-Campo, é o resultado de uma parceria da Escola Milton Santos com o Instituto Federal do Paraná (campus de Paranavaí), mediante a demanda das comunidades da Reforma Agrária, em 2013 iniciou-se o curso “Atendente de Nutrição” e a partir de uma avaliação positiva deste, neste ano está prevista a oferta de uma continuação, o curso “Manipulador de Alimentos”. O mesmo é ofertado na modalidade Formação Inicial Continuada com carga horária de 240 horas, em regime de alternância (Tempo Escola e Tempo Comunidade) e de acordo com os princípios da Educação do Campo. O curso foi organizado em 4 etapas, com atividades orientadas no Tempo Comunidade.

Considerações finais

Diante do exposto, fica em evidência que a Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos ao propor uma agricultura, fundamentada nas leis da ecologia, e contrapondo-se a uma agricultura depredatória em nome do lucro (disseminada pelo Agronegócio), e por ser um espaço de pesquisa para desenvolver agroecologia, sofreu diversos ataques por parte das elites econômicas da região.

Sua proposta pedagógica não se trata apenas de introduzir corretivos ao sistema que criou a atual crise ecológica, mas de educar

para sua transformação, superando uma visão reducionista e mecanicista ainda imperante. Como um todo se nota que os cursos oferecidos exigem um tratamento diferenciado às questões ambientais de forma global e integrada, passando por princípios éticos de responsabilidade e de cuidado pelo futuro comum da terra e da humanidade.

O regime de alternância presente na proposta pedagógica de cada curso exposto deixa claro que a troca de saberes com a comunidade dos assentamentos enriquece o aprendizado dando significação aos conteúdos estudados. Além disso, este também possibilita a continuidade dos saberes, repassados e praticados pelos educandos em suas comunidades e conseqüentemente uma perspectiva de vida. Como afirma Caldart, 2003:

O MST trabalha o tempo todo no limite entre humanização e desumanização; sua luta é de vida ou morte para milhares de pessoas, que fazem da sua participação neste Movimento uma ferramenta de reaprender a ser humano. (CALDART, 2003, pg. 52).

Sem dúvida, Caldart (2003) esta coberta de razão quando afirma que dentro desta proposta pedagógica as pessoas se educam aprendendo ser, pois ao educar elas constroem e fortalecem suas identidades. Todo este trabalho exige compromisso consigo próprio e para com a comunidade, a dedicação ao conhecimento científico

entrelaçado com a prática dentro da Instituição, reforça os saberes e consequentemente conquista parcerias.

Numa escola concebida como oficina de formação humana educadores são arquitetos, organizadores e animadores do ambiente educativo. Isto exige muita sensibilidade e domínio das artes da pedagogia, para ir fazendo as escolhas a partir de uma clara percepção de como está se desenvolvendo o processo educativo em cada educando e na coletividade como um todo; (Caldart, 2003, pg. 58)

Enfim, a pesquisa nos faz concluir que este novo projeto educativo em desenvolvimento na Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos de Paçandu-PR, é de suma importância para o desenvolvimento sustentável e para formação humanística dos envolvidos, pois, além de formar profissionais qualificados para trabalhar com a agricultura camponesa, nos assentamentos e comunidades rurais, o mesmo preserva o meio ambiente.

A Instituição não faz parte da rede pública de ensino, sendo uma escola de educação popular dos movimentos sociais. Seu funcionamento é garantido por meio de projetos, doações e trabalho voluntário, todavia, mediante a pesquisa, a mesma provou ser referência positiva em todo o país com sua nova proposta pedagógica e ainda exerce grande influência aos movimentos sociais que lutam pela formação humanística do ser humano e defendem o desenvolvimento sustentável.

Referências

AMIGUINHO, Abílio. **Educação em meio rural e desenvolvimento local**. Revista Portuguesa de Educação, 18(2), pp. 7-43, 2005, CIED - Universidade do Minho. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rpe/v18n2/v18n2a02.pdf>>.

Acesso em: 25/07/2014.

ANTONIO, Clésio Acilino e LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>>. Acesso em: 24/07/2014.

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo**. V.2. Brasília, 1999.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo**. V.3. Brasília, 1999. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Pc/Meus%20documentos/Downloads/Vol%203%20Educao%20Bsica%20do%20Campo%20\(3\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Pc/Meus%20documentos/Downloads/Vol%203%20Educao%20Bsica%20do%20Campo%20(3).pdf)>. Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>>. Acesso em 21/07/2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / MEC. **Panorama da educação no campo**. Brasília/DF, 2007. Disponível em: <<http://www.red-ler.org/panorama-educacao-campo.pdf>>. Acesso em: 27/07/2014.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo**. Parecer n. 36/2001 aprovado em 04 de dezembro de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 22/07/2014.

BRASIL. Secretária Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação no Campo/2006**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf> Acesso em 21/07/2014.

BUENO, Lucimar Moreira. **Escola Milton Santos**. Coluna do blog da Lucia/Domingo, 3 de maio de 2009. Disponível em: <<http://colunadoblogdalucia.blogspot.com.br/2009/05/escola-milton-santos.html>>. Acesso em 22/07/2014.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, R.S. **Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli1.pdf> . Acesso em: 24/07/2014.

ESCOLA MILTON SANTOS DE AGROECOLOGIA. **Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável dos Movimentos Sociais Populares do Campo**. Disponível em: <<http://atemisems.wix.com/escolamiltonsantosvc>>. Acesso em: 22/07/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **A Carta da Terra na educação**/São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010/(Cidadania planetária ; 3). Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/wp->

content/uploads/2012/CCP_Mat_Ref_Livros/EdL_A_Carta_da_Terra_n
a_Educacao_Moacir_Gadotti.pdf>. Acesso em: 26/07/2014.

_____. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2002.

Impressão de leitura

O direito do escravo e do liberto à posse da terra: O caso dos herdeiros de Casimiro Lúcio Ferreira

GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto**. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EDUFF, 2009.

*Mariah Fank*¹

Para entendermos de qual contexto o autor de qualquer livro parte, devemos conhecer basicamente sua trajetória. Nesse caso não é diferente. Para entender a pesquisa e a perspectiva assumida pela autora, assim como as problematizações que propõe, devemos conhecer sobre Elione Silva Guimarães, mais especificamente, sua trajetória como historiadora. Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós-doutorado na UFF. Atualmente é pesquisadora do Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: História Social da Agricultura, História Social da Propriedade, Afrodescendentes, História Social da

¹ Graduanda do 4º ano do curso de História da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: mariahfank@hotmail.com

Escravidão e do pós-emancipação, Zona da Mata mineira, Criminalidade e Direito. Desde 1985 trabalha com organização de fontes documentais e, nos últimos anos, com digitalização de imagens documentais².

O livro “Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)”, resultado de sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e publicado em 2009, permeia uma discussão acerca das mazelas do direito a posse de terras à escravos e ex-escravos no Brasil oitocentista. A autora, que dialoga com os princípios da micro história e com os autores Edward Thompson e Pierre Bourdieu, investiga esses aspectos acerca dos usos e ocupação da terra por escravos e libertos a partir da história de Casimiro Lúcio Ferreira – fazendeiro que deixa suas posses de herança para seus cativos.

Com fontes variadas, como inventários, testamentos, prestação de contas de administração e de tutela, embargos, execução, seu trabalho se delimita aos dois dos principais municípios cafeeiros do Vale do Paraíba mineiro, Mar de Espanha e Juiz de Fora, entre 1850 e 1920. Em suas palavras, assim define sua investigação por meio das fontes utilizadas para este trabalho:

As histórias de Casimiro Lúcio e seus herdeiros me interessam na medida em que permitem resgatar do

² Informações retiradas do site <http://r1.ufrj.br/geac/portal/elione-silva-guimaraes/> Acessado em 16/07/2014.

passado fatos relevantes para o conhecimento da constituição do direito de propriedade sobre as terras rurais brasileiras, da transmissão do patrimônio, da luta dos pobres do campo pela garantia do acesso, ocupação e usufruto dos bens rurais e pela permanência na terra. Ao mesmo tempo, este estudo procurou apontar processos da gênese do campesinato negro em uma região agroexportadora do Brasil oitocentista – o Vale da Paraíba mineiro.³

Ao propor tal discussão, problematiza sobre o direito formal ou informal de acesso, usufruto ou propriedade de bens rurais. Da mesma forma que, ao apresentar sua obra, questiona sobre os conflitos agrários no Brasil, problematizando as polêmicas em relação as comunidades quilombolas, escreve que ainda são insuficientes os trabalhos acadêmicos voltados à questão da posse e propriedade no século XIX e início do XX. Nesse contexto, a autora traz à tona as dificuldades de pesquisa encontradas por muitos que investigam essa temática, desde o trabalho com os arquivos até o trabalho de mapeamento das fontes, esse último, muitas vezes, desmotivador para as pesquisas no campo da História.

Nesse sentido, se propõe a ampliar o conceito “Terra de Preto” de Alfredo Wagner Berno de Almeida, incorporando ao conceito as terras recebidas por legado ou herança pelos ex-escravos, durante o período escravocrata no Brasil, mas que foram retiradas dos libertos e seus descendentes por alguma razão ou motivo.

³ GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto**. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EDUFF, 2009, p. 24.

Sua obra está dividida em seis capítulos, os dois primeiros capítulos se propõem a discutir acerca da economia autônoma dos escravos e sobre o acesso dos libertos à terra por meio de doação, no intuito de possibilitar ao leitor uma discussão teórica mais geral. Nos próximos capítulos discute acerca do conceito “terra de preto” – e, propõe sua ampliação, além de dialogar com as fontes diretamente, problematizando o caso da luta pela herança dos herdeiros de Casimiro Lúcio.

No que tange à questão mais teórica da temática, a autora desenvolve em seu texto uma importante e breve discussão historiográfica sobre a atividade econômica autônoma dos roceiros negros, no qual apresenta os principais debates teóricos sobre o assunto. Os termos “brecha camponesa” ou “economia autônoma do cativo” são usados para denominar as atividades econômicas que escapavam do sistema de *plantation* desenvolvidas nas colônias escravistas. Nesse sentido, seu texto permeia brevemente as discussões propostas por alguns autores e como consideram esses mesmos conceitos, como Caio Prado Jr., Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender, Tadeus Lepkowski, Sidney Mintz, Antônio Barros de Castro, Stuart Schwartz, Maria Helena Machado, entre outros.

Dentre essas teorias discutidas pelos autores citados, Elione Guimarães se identifica com o conceito apresentado por Robert Slenes, que considera a economia autônoma dos escravos como “todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos,

desde o cultivo de roças à caça e, inclusive, ao furto.”⁴ Para apresentar elementos que colaboram com sua perspectiva, Elione Guimarães, retoma algumas fontes que elucidam essa ideia, como relatos de viajantes, notícias de jornais e processos criminais.

Para encaminhar a análise de suas fontes, a autora inicia a discussão acerca dos estudos acadêmicos sobre o acesso à terra e herança dos escravos e libertos, além da legitimação dos filhos escravos. A partir de um diálogo com outros autores que, em suas discussões e pesquisas permearam a temática, como Marcia Motta, Flávio Gomes, Ana Lugão Rios e Hebe de Mattos, a autora apresenta o estudo de alguns casos a partir do acompanhamento de inventários e certidões de nascimento, casamento e óbito. Nesse sentido, ao se aprofundar em um dos casos, a autora ressalta a importância de compreender que se trata de um estudo de caso e, portanto, os resultados não devem ser generalizados, mas sim encarados como uma entre muitas possibilidades.

O caso da herança de Casimiro Lúcio Ferreira de Carvalho é um dos fatos citados nesse diálogo, entretanto, diferente dos outros, esse é o que permitiu a autora acompanhar com mais detalhes o embate jurídico, devido aos muitos processos e artigos de jornais sobre o tema. Portanto, é esse cenário que ela melhor consegue elucidar as questões

⁴ GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto**. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EDUFF, 2009, p. 35.

acerca da posse de terra, herança e legitimação do direito dos filhos de escravos à herança.

A narrativa acerca da herança de Casimiro Lúcio Ferreira se define a partir de que ao morrer deixou um inventário composto por uma grande população de cativos, libertos e “livres de cor”, além de fazendas inseridas na dinâmica da economia do café, no período de 1850 a 1920. Casimiro, solteiro e sem filhos legítimos, dividiu em testamento suas posses entre os sobrinhos e “crias e libertos”, além de ter cedido a alforria a cinco cativos. Nesse sentido, se discute a dificuldade de acesso das crias e libertos, assim como de seus sobrinhos, à herança. O caso de divisão dos bens entre os herdeiros se prolongou por 20 anos, devido a processos e falta de acordos em relação a partilha da herança, ficando conhecido como o “célebre caso de Santana da Barra”.

A partir desse testamento, se tornou possível rastrear processos e inventários que a autora possibilita acessar ao desenrolar dessa divisão de bens, assim como compreender a constituição do direito à terra, a transmissão de patrimônio e a luta pelo acesso à herança por escravos e libertos. Portanto, a leitura da tese de Elione Guimarães, sob o título “Terra de Preto”, nos proporciona discutir acerca do acesso de escravos à terra, além de compreender como se consolidava a situação dos ex-escravos e libertos após 1888, ano da abolição da escravatura.

O sindicato dos trabalhadores rurais, a comissão pastoral da terra e a luta dos expropriados da Itaipu em Guaíra/PR durante aos anos de 1975 e 1990.

Ana Paula Lenhardt¹

Este trabalho é resultado da leitura de uma monografia intitulada “O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra, e a luta dos expropriados da Itaipu em Guaíra/PR (1975-1990)”. Este Trabalho de Conclusão de Curso foi produzido por Simone de Souza Côrrea² e defendida no ano de 2013.

Os anos que decorrem entre as décadas de 1970 e 1990 são marcados por vários conflitos de terras e fronteiras no extremo Oeste paranaense. Diante desses conflitos percebe-se uma forte participação e luta dos sindicatos dos trabalhadores rurais e dos expropriados pela Usina Binacional de Itaipu na cidade de Guaíra, localizada no Oeste paranaense.

Nesse processo destaca-se também o papel exercido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, das mídias locais que difundiam um discurso oficial a respeito das manifestações realizadas pelo Sindicato

¹Acadêmica do 4º ano de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE *Campus* Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas Educação e Letras – CCHEL.

² Simone Côrrea ex-acadêmica do Curso de História da UNIOESTE *Campus* Marechal Cândido Rondon.

dos Trabalhadores Rurais contra a construção da Itaipu e do posicionamento do governo militar diante das manifestações dos expropriados da Guaíra.

Na primeira parte do trabalho a autora da monografia busca apresentar um breve histórico da cidade de Guaíra em relação as disputas de poder e território. Destaca-se que o Oeste do Paraná sempre foi um palco de disputas, sejam elas territoriais ou políticas. O território paranaense passou a ser ocupado mais intensivamente durante a Primeira Republica (1889-1930), nesse período houve grande número de concessões de terras feitas por parte do Governo Federal que pretendia ocupar os “vazios demográficos”. Tais concessões eram baseadas na Lei de Terras de nº 98/1892 que visava a concessões de terras para obras públicas e também para localização de colonos.

Porém, as concessões feitas favoreceram empresas estrangeiras que ocuparam a região e desenvolveram atividades extrativistas e que pouco contribuíram para a colonização da região do extremo Oeste paranaense, tais empresas, em sua maioria argentinas e paraguaias, que ocuparam a região ficaram conhecidas como *obrages*³.

Além da instalação das *obrages* no território brasileiro, outras demarcações de terra foram feitas na região, foram elas, a Companhia de Estrado de Ferro São Paulo-Rio Grande e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, instalada por razão de defesa do território e de cobrança de

³ As obras eram fazendas que tinham características próprias, elas se instalavam em regiões próximas de rios e desenvolviam um sistema portuário por onde escoavam sua produção baseada no extrativismo, principalmente da erva-mate e da madeira.

impostos. Nesse sentido, pode-se pensar que a ocupação do território Oeste paranaense, não se deu pela colonização de migrantes somente, mas também, pela disputa de território.

A colonização da região de Guaíra aconteceu principalmente a partir da instalação da Companhia Mate Laranjeira que foi instalada em 1902 (na região de Guaíra) no território que demarca a fronteira brasileira com o Paraguai. A Mate Laranjeira teve importante papel na região, esta empresa de capital estrangeiro foi construída durante o desdobramento da Guerra do Paraguai. Além disso, ela deu apoio ao exército imperial brasileiro, destinando a ele mantimentos e armamentos e por esse motivo, obtiveram várias vantagens, entre elas concessões de terras para exploração de erva-mate e madeira na região na qual estava situada, além de incentivos fiscais.

Diante disso, pode-se perceber a importância política que a Companhia Mate Laranjeira possuía, não apenas na região, para conseguir concessões de terras, acordos e benefícios, e poder econômico para conseguir melhorias nas estruturas das áreas adquiridas pela empresa, é por essas características que esta empresa era considerada umas das maiores *obrages* da região da bacia do Prata.

No que se diz respeito à colonização do extremo Oeste, as disputas dos territórios e fronteiras se deram desde a formação dos estados nacionais até o estabelecimento das fronteiras pelo tratado de Madrid. Porém, as *obrages* que existiam na região não respeitavam os limites de fronteira estabelecidos por esse tratado e prosseguiram

explorando as terras do território brasileiro, fator que levou a instalação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu. No entanto, os militares instalados em Foz do Iguaçu atuavam como milícias que davam suporte e fiscalizavam o trabalho dos *mensus*⁴ para os *obrageros*⁵.

A Mate Laranjeira tinha um forte controle de sua mão de obra, não apenas realizado pelo capatazes ou pelas milícias, mas exercida também pela força e ameaças vindas dos *obrageros*. Encontra-se no conhecimento popular histórias de execuções e também de funcionários jogados no rio Paraná por desobediência. Essas medidas e também o controle do uso de armamento, bebidas alcoólicas, jogos e o “toque de recolher” garantiam uma alta exploração e controle sobre os trabalhadores.

Esse poder exercido pelas *obrages* no interior do Paraná, motivou o desenvolvimento da campanha da *Marcha para o Oeste* desenvolvida, durante o Estado Novo (1937-1945). Esta campanha tinha por objetivo a nacionalização e desenvolvimento das regiões do extremo Oeste paranaense e também do Centro-Oeste brasileiro.

O controle desenvolvido pela Mate Laranjeira e também seu desenvolvimento econômico chegaram ao conhecimento de Vargas. Em 17 de abril de 1942, sob o Decreto nº 6428/42, o Governo de Vargas encampou todo o transporte ferroviário e hidroviário da localidade,

⁴Mensus eram os trabalhadores das obras, em sua maioria eram caboclos, descendentes ou indígenas da região, trabalhavam em condições análogas a escravidão.

⁵ Donos das obras

inclusive os pertencentes à Mate Laranjeira que perdeu todas suas posses. Assim, todas as posses foram passadas ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), subsidiado pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, que visava dar continuidade na exploração da erva-mate e outras atividades antes realizadas pela Companhia estrangeira na região.

O Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) foi extinto em 1967, pelo Decreto-Lei nº 154, de 10 de fevereiro de 1967, que foi estabelecido diante do desenvolvimento das atividades ervateiras argentinas e pela concorrência do mercado brasileiro e consequentemente desvalorização da cultura que já não resultava nos lucros esperados pelo governo. Com final do ciclo da erva-mate, principalmente na região de Guaíra, os moradores da região, se viram obrigados a buscar outras atividades.

Nessa busca por alternativas os habitantes de Guaíra bem como migrantes de várias regiões do país, como Minas Gerais, São Paulo e Bahia, vinham para o Paraná motivados pela terra fértil e seu baixo preço para o desenvolvimento da agricultura. Essa busca por terras causou novos conflitos, esse fator desencadeou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais⁶ (não confundir com o Patronal) que visava resolver as questões referentes à demarcação de terras e conflitos agrários.

⁶ Sindicato formado por pequenos proprietários, trabalhadores, meeiros, posseiros, boias-frias, entre outros.

Além desses conflitos, o sindicato precisou resolver o problema interno referente ao assistencialismo que dificultou a articulação dos membros referentes ao apoio aos trabalhadores, tanto na terra quanto no trabalho no campo, fator que inviabilizava a articulação e a luta dos trabalhadores rurais.

Com o aumento dos sindicalizados o sindicato não conseguia dar assistência a todos. A partir de 1986 o sindicato conseguiu ir além do assistencialismo após a eleição da nova diretoria que tornou o sindicato mais combativo e menos assistencialista. O sindicato passou a ter pautas mais reivindicativas e também se filiou a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Promoveram e participaram de passeatas e lutas locais e nacionais, passaram também a discutir políticas de Reforma Agrária e a participação popular, direitos e deveres dos agricultores diante da nova Constituição de 1988.

As lutas do Sindicato juntamente com os expropriados da Itaipu ocorreram num contexto de disputa de fronteiras e territórios, poder político e econômico, bem como de repressão da população que já ocorria desde a época da Companhia Mate Laranjeira e que se intensificou no período da Ditadura Civil Militar. Em suma, o trabalho realizado pelo Sindicato era dar apoio ao agricultor familiar para que ele pudesse se manter na terra, e isso significava, não apenas ter a propriedade, mas sim a preservação de uma cultura e modo de vida.

Após a realizar um breve histórico da colonização do município de Guaíra e também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

na segunda parte da monografia Simone Corrêa buscou discutir o envolvimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com a Comissão da Pastoral da Terra e também do Movimento dos Expropriados de Itaipu. A autora inicia referenciando a década de 1970, conhecida no Brasil pelo “Milagre Econômico” e pelas construções de grandes complexos industriais e grandes obras como a Usina Binacional de Itaipu bem como pela repressão aos movimentos sociais. A construção da represa da referida usina gerou um grande número de expropriações e também o fim das Sete Quedas, fato esse que marcou fortemente os habitantes da cidade de Guaíra, pois as Sete Quedas eram um ponto turístico que trazia ao município um grande valor turístico e financeiro. Além de inundarem as Sete Quedas, as águas da represa atingiram parcialmente os municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Terra Roxa do Oeste. Diante disso, a formação do lago de Itaipu causou além das transformações ecológicas e seus consequentes problemas, o problema social da terra, pois muitos agricultores perderam suas terras, casas e posses.

Perante isso, passou a se desenvolver na região várias lutas sociais na busca de indenizações, surgiram assim os movimentos Justiça e Terra (1978), Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO (1980), e o Movimento Sem Terra – MST (1984). Ao longo dessas lutas surgiram vários líderes sindicais e religiosos, os quais se vinculavam a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT foi

fundada em 1985 no Congresso Nacional da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Goiânia-GO. Esta entidade foi fundada durante a Ditadura Civil Militar em resposta à grave situação dos camponeses brasileiros.

As consequências da construção de Itaipu são grandes, em relação às expropriações são cerca de 400 propriedades rurais que foram atingidas e 10,30% do território do município. No que diz respeito a algumas leituras feitas sobre o processo que definem que os habitantes de Guaíra foram passivos em relação aos processos decorrentes da construção da Usina de Itaipu, a autora destaca que, na prática, esta passividade não aconteceu, pois foram muitas as ações e manifestações realizadas no período pelos grupos que foram diretamente atingidos pela construção. Contudo, também deve-se levar em conta que o município de Guaíra estava situado uma região considerada área de segurança nacional devido à sua localização fronteiriça, logo, um espaço que estava sob constante vigília do governo militar brasileiro, fato que tornava essas mobilizações e as pessoas nelas envolvidas alvos diretos de perseguição, mas não impediu a luta.

Durante esse período, circulavam na mídia notícias que ocultavam as manifestações populares contra a Usina de Itaipu e pelas indenizações justas de terras, além disso, circulavam notícias que desinformavam parte da população sobre o real projeto de Itaipu. Assim, é importante enfatizar que os habitantes de Guaíra não eram passivos aos acontecimentos, pois houve manifestações contra a

construção da Usina de Itaipu e também movimentos de luta junto aos expropriados de Itaipu, mas a mídia censurou essas manifestações a fim de manter o controle da população e dos movimentos de apoio à causa não aumentarem.

Deve-se ainda enfatizar que maioria dos expropriados não eram latifundiários nem afortunados, mas pequenos agricultores que tinham seu sustento na agricultura familiar. Muitos tiveram que abandonar suas casas antes do previsto pela mudança do curso do rio Paraná, que devastou tudo o que ficou para trás.

O descaso da Itaipu para com essas pessoas foi algo sem explicação, houve desde o não comprimento das indenizações e indenizações injustas até a valorização dos animais para a reserva de Itaipu, e a desvalorização do homem diante da tragédia que ocorreu em suas vidas por conta da construção da Usina.

Nesse sentido, pensa-se que a Itaipu representou o poder das elites, as vantagens se deram apenas para esses sujeitos mais abastados da sociedade e os prejuízos foram redirecionados para os desfavorecidos, no caso os expropriados. Porém dessa desigualdade surgiram os movimentos sociais, liderados por pequenos agricultores, sindicalistas e algumas entidades religiosas, que se opuseram a tal situação. História ainda pouco conhecida, mas de grande importância para se compreender o processo de construção da região oeste do Paraná.

Referências

CORRÊA, Simone de Souza. **O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da terra, e a luta dos expropriados da Itaipu em Guaíra/PR (175-1990)** (Monografia). Marechal Cândido Rondon, 2013.

**Revista Vernáculo, nº 34
2º sem/2014**

Publicado em Novembro de 2014.

**ISSN 2317-4021
<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>**